

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**GABRIEL CASSALI DOS SANTOS**

**OS RIKBAK TSA E A BR-174: ETNOGRAFIA DE UM PROCESSO E  
HISTÓRIA DE UMA RESISTÊNCIA.**

**PORTO ALEGRE**

**2024**

**GABRIEL CASSALI DOS SANTOS**

**OS RIKBAK TSA E A BR-174: ETNOGRAFIA DE UM PROCESSO E  
HISTÓRIA DE UMA RESISTÊNCIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero.

**PORTO ALEGRE**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Gabriel Cassali dos

Os Rikbaktsa e a BR-174: etnografia de um processo e história de uma resistência. / Gabriel Cassali dos Santos. -- 2024.

184 f.

Orientador: Pablo Quintero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Conflitos interétnicos . 2. Etnologia Indígena e Antropologia Histórica. 3. Projetos de desenvolvimento na Amazônia. 4. Licenciamento Ambiental. 5. Consulta Prévia, Livre e Informada. I. Quintero, Pablo, orient.  
II. Título.

GABRIEL CASSALI DOS SANTOS

OS RIKBAK TSA E A BR-174: ETNOGRAFIA DE UM PROCESSO E HISTÓRIA  
DE UMA RESISTÊNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
para obtenção do título de Mestre em  
Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Quintero.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Pablo Quintero (Orientador)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Katiane Silva

Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## **Agradecimentos**

Agradeço a meu orientador, o professor Dr. Pablo Quintero, pelos ensinamentos, pelo acompanhamento, pelos comentários sempre precisos, pelo apoio, pelo incentivo, pela paciência e por ser uma referência para mim.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Aos professores e professoras que contribuíram para minha formação.

Agradeço à Laura, pelo amor, pelo companheirismo, pela paciência e pelo incentivo nas horas mais difíceis. Por me ouvir, por acolher meus momentos de maior angústia e dificuldade.

Agradeço à equipe que comigo esteve em campo em diversas oportunidades. Pelos momentos compartilhados, pelo companheirismo e profissionalismo durante os árduos meses de trabalho no noroeste de Mato Grosso. Em especial à Larissa, ao Andrei, ao Pablo e ao Héberton. Colegas com os quais tive muito aprendizado.

Agradeço, também, ao Rodrigo, pelo incentivo e auxílio na elaboração dos mapas.

Agradeço à minha mãe.

Agradeço ao meu irmão Gerônimo.

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a minha educação, para a minha formação superior, para o meu trabalho e para a concretização desta monografia.

Agradeço aos povos indígenas do noroeste mato-grossense. Aos Rikbaktsa que me acolheram em suas casas, suas aldeias. Por todo o aprendizado e experiências compartilhadas.

Agradeço a Jair Tsaibata Tsé por todo o aprendizado, e por toda experiência compartilhada durante a expedição em 2019. A quem também dedico esta monografia.

Por fim, agradeço a Nelson Mutzie, falecido em 2020 em razão da covid-19. Agradeço por nos receber em sua casa como se fôssemos sua família. Por toda experiência vivida, e pelos dias de trabalho e alegria compartilhados. Pelo aprendizado. A Nelson também dedico este texto.

## RESUMO

Esta dissertação consiste em uma etnografia do processo de licenciamento ambiental da BR-174 no trecho situado entre os municípios de Cotriguaçu/MT e Colniza/MT, nas etapas que requerem a participação dos indígenas. Especificamente, procuro compreender as relações construídas a partir do encontro simbólico cultural entre os Rikbaktsa e as forças políticas interessadas na construção da rodovia, que culminaram com a inserção de um protocolo de consulta prévia, livre e informada em meio ao licenciamento ambiental. Para tanto, o trabalho busca uma análise histórica e situacional dos eventos ocorridos neste processo em 2017, e em 2019, traçando paralelos com as históricas relações estabelecidas entre os Rikbaktsa e as frentes de expansão econômica, iniciadas nos anos 1950. Além disso, esta pesquisa visa uma análise do processo histórico de contato e “pacificação” dos Rikbaktsa, para melhor compreender como a tutela e a mediação se estabelecem sobre as unidades sociais estudadas, e como os indígenas engendram estratégias de mobilização e resistência política em meio às agências colonizadoras.

**Palavras-chave:** Rikbaktsa; BR-174; análise situacional; conflito interétnico; resistência indígena, frentes de exploração econômica.

## ABSTRACT

This dissertation consists of an ethnography of the BR-174 environmental licensing process, in the stretch located between the cities of Cotriguaçu/MT and Colniza/MT, in the stages that require the participation of the indigenous peoples. Specifically, it aims to understand the relations built from the symbolic cultural encounter between the Rikbaktsa people and the political forces interested in the construction of the highway, which resulted in the insertion of a protocol of prior, free and informed consultation in the midst of environmental licensing. To this end, this research seeks a historical and situational analysis of the events that occurred in this process in 2017 and 2019, drawing parallels with the historical relations established between the Rikbaktsa people and the economic expansion fronts, which began in the 1950s. Furthermore, this research aims to analyze the historical process of contact and “pacification” of the Rikbaktsa people, to understand better how guardianship and mediation are established over the social units studied, and how indigenous people engender strategies of mobilization and political resistance amid colonizing agencies.

**Keywords:** Rikbaktsa people; BR-174; situational analysis; interethnic conflict; indigenous resistance, economic exploitation fronts.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Território Rikbaktsa à época dos primeiros contatos.....	62
Figura 2 – Conversa entre os indígenas e o servidor da SINFRA na residência de Dom Neri.....	99
Figura 3 – Carta dos Cinta Larga.....	107
Figura 4 – Convite da Frente Parlamentar Noroeste.....	108
Figura 5 – Reunião ampliada na escola da aldeia Barranco Vermelho.....	119
Figura 6 – Reunião ampliada na aldeia Curva.....	127
Figura 7 – Fotografia após a oficina de discussão sobre os impactos na aldeia Pedra Bonita.....	131
Figura 8 – Reunião na aldeia Pé-de-Mutum.....	135
Figura 9 – Reunião ampliada na aldeia Babaçuzal.....	139
Figura 10 – Reunião na aldeia Parajuba.....	142



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População dos Rikbaktsa por Terra Indígena. ....	55
Tabela 2 – Aldeias TI Erikpatsa. ....	56
Tabela 3 – Aldeias TI Japuira. ....	58
Tabela 4 – Tipologias dos empreendimentos e suas distâncias das TIs. ....	78
Tabela 5 – Blocos de aldeias da TI Erikpatsa. ....	118
Tabela 6 – Clãs correspondentes a cada seção exogâmica dos Rikbaktsa. ....	140

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da área de Estudo. ....	14
Mapa 2 - TI Erikpatsa. ....	57
Mapa 3 - TI Japuira. ....	59
Mapa 4 - TI Escondido. ....	61

## **LISTA DE SIGLAS**

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

ECI – Estudo do Componente Indígena

OIT – Organização Internacional do Trabalho

TI – Terra Indígena

TIX – Território Indígena do Xingu

FEPOIMT – Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

DSEI – Distrito Especial de Saúde Indígena

UHE – Usina Hidrelétrica

SINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

PBA – Plano Básico Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

SEI – Sistema Eletrônico Interno

CGLIC – Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental

CR – Coordenação Regional

CTL – Coordenação Técnica Local

MIA – Missão Anchieta

PAI – Posto de Assistência Indígena

CONOMALI – Companhia Colonizadora do Noroeste Mato-grossense S.A.

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

SETPU – Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PGR – Procuradoria Geral da República

MPF – Ministério Público Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

FPN – Frente Parlamentar Noroeste de Mato Grosso

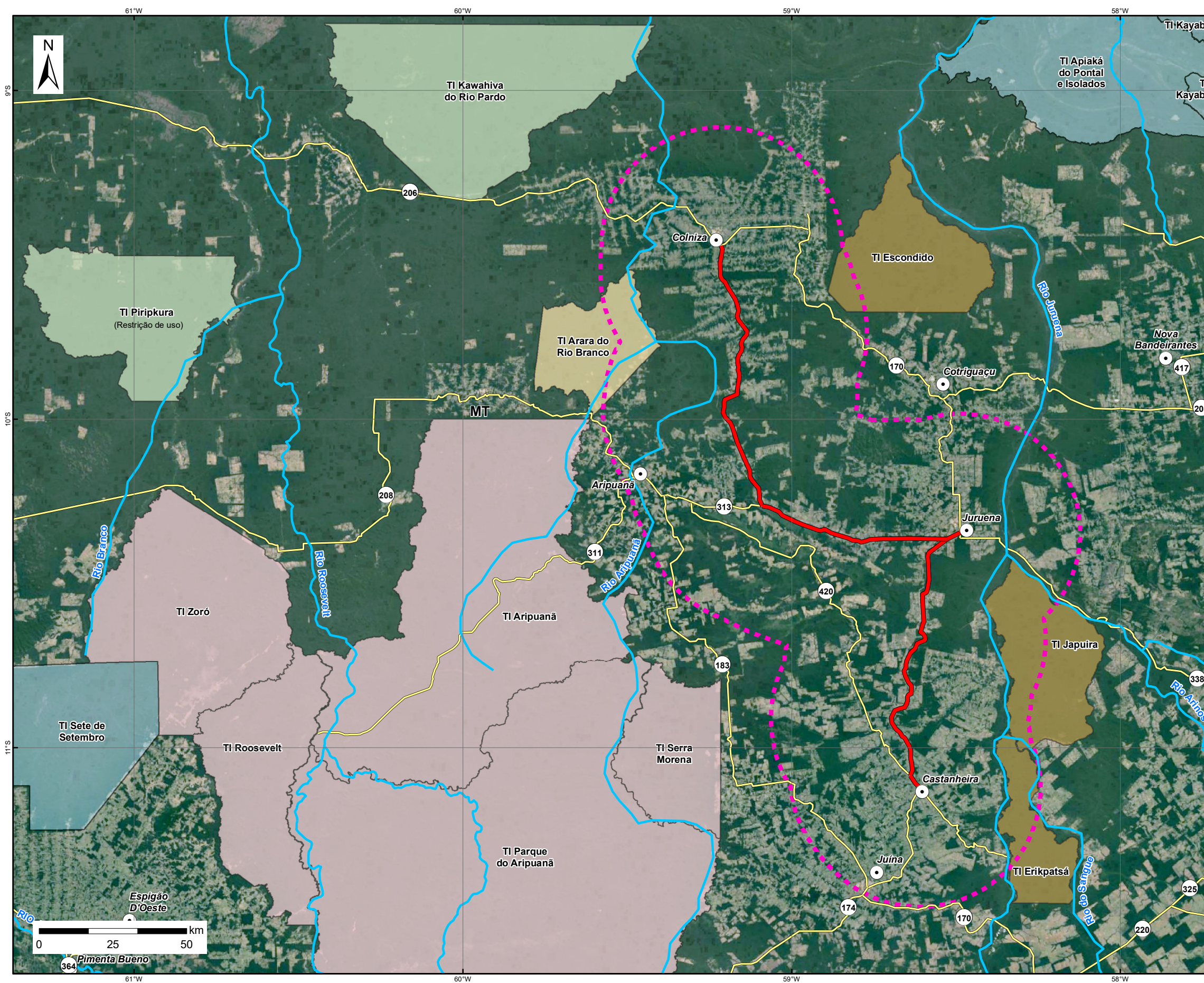
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Objeto e objetivos da pesquisa.....	19
Desenho da pesquisa e metodologia .....	20
1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: ANTROPOLOGIA DE UM PROCESSO.....	26
1.1. Considerações sobre os Estudos das Relações Interétnicas em Antropologia. 28	
1.2. Análise Situacional .....	46
2. OS RIKBAK TSA E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA .....	53
2.1. Os Rikbaktsa .....	55
2.2. O Histórico de Contato .....	64
3. A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA .....	76
3.1. Expedição ao noroeste mato-grossense para apresentar o Plano de Trabalho aos indígenas. ....	84
3.2. O processo entre final de 2017 e início de 2019.....	106
4. A EXPEDIÇÃO DE CONSULTA AOS RIKBAK TSA E CONSTRUÇÃO DO ECI.....	115
4.1. Os Impactos Avaliados e a Validade do ECI.....	143
5. ANÁLISE SITUACIONAL DE UM CONFLITO HISTÓRICO .....	148
5.1. A Tutela como Poder Mediador.....	151
5.2. Atos de Resistência .....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	156
REFERÊNCIAS .....	161
ANEXOS.....	165
ANEXO 1 – ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA FUNAI .....	166
ANEXO 2 – FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO PLANO DE CONSULTA DA FUNAI .....	167
ANEXO 3 – TERMO DA ABERTURA DE CONTA PARA DEPÓSITO DA VERBA DO PBAI .....	168

## **INTRODUÇÃO**

Este empenho dissertativo busca contribuir para os estudos antropológicos relativos ao contato e as relações interétnicas, a partir de uma análise situacional dos modos de agência indígena ao avanço das frentes de expansão econômica. Tomando como campo de análise o licenciamento ambiental da rodovia BR-174, no noroeste mato-grossense, e as implicações deste empreendimento para os povos indígenas da região, circunscritas aos eventos que se desenrolam entre os anos de 2014 e 2019. O Mapa 1, a seguir, apresenta a região do estudo, incluindo a BR-174 e as Terras Indígenas em seu entorno.



**Contexto Regional:**



**Legenda:**

- Sede Municipal
  - ~ Hidrografia
  - ▬ BR-174/MT (trecho em estudo)
  - ▬ Principais rodovias
  - ⋯ Buffer de 40 km (PI 60/2015)
- Terras Indígenas em destaque:**
- Povo Arara do Rio Branco
  - Povo Cinta Larga
  - Povo Rikbaktsa
  - Povos Isolados
  - Demais Terras Indígenas
- Limites Administrativos:**
- ▬ Limite Estadual
  - ▬ Limite do Estado do Mato Grosso

**Informações:**

Informações Cartográficas:  
 Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Dados Cartográficos: IBGE  
 Imagem: Google Earth

Elaborado por:  
 Gabriel Cassali e Rodrigo W. Araujo

**Mapa de Localização da BR-174/MT e das Terras Indígenas.**

Para tanto, trago neste estudo uma etnografia de um processo de “consulta prévia, livre e informada”, conforme previsto no artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Tal consulta se deu em meio ao processo de licenciamento ambiental com a participação dos povos Rikbaktsa e Arara do Rio Branco, visando à obtenção de licença para a pavimentação da rodovia BR-174. A participação dos indígenas nesse processo, se pode dizer, em termos considerados oficiais pelo Estado brasileiro, tem início em 2015 quando a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) avaliou que o empreendimento “pavimentação da rodovia BR-174”, inevitavelmente, causaria impactos aos territórios e aos povos indígenas habitantes da região.

O avanço da fronteira de exploração econômica no território brasileiro, que se traduz na implantação de empreendimentos produtivos, seja de produção energética, seja de infraestrutura de grande porte, tais como rodovias, usinas hidrelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica, pecuária extensiva, mineração, monocultura para exportação, grilagem de terras e especulação imobiliária, está diretamente relacionado a geração de impactos ambientais e socioculturais para diversos povos originários, comunidades tradicionais e/ou remanescentes de quilombo. Ou seja, estes povos foram, e permanecem sendo profundamente afetados por empreendimentos que visam à exploração econômica dos seus territórios. Aquilo que em uma linguagem jurídica, do campo do direito administrativo, se entende como impacto socioambiental, na vida cotidiana das referidas populações significa a luta pela garantia de seus direitos coletivos, pelo acesso a uma vida digna e pelo usufruto exclusivo das suas terras tradicionalmente reconhecidas.

No Brasil, desde a década de 1980, se verifica a construção de um arcabouço jurídico e legislativo relativo às preocupações com o que o Estado entende como “meio ambiente”, em outras palavras, o território nacional. É neste contexto que é criado o processo de licenciamento ambiental para empreendimentos que visam explorar economicamente determinadas regiões. Para obter a licença ambiental, é necessário o atendimento de diversas condicionantes pelo empreendedor, que deseja implantar determinada atividade. Por empreendedor, aqui, entenda-se: empresas, corporações, entidades, grupos, instituições, fundações, particulares ou, até mesmo, o próprio Estado enquanto autarquia, fundação, ministério, secretaria, agência ou órgão. Tal licença e condicionantes são determinadas pelo órgão do Ministério do Meio Ambiente, o Instituto

Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), em nível federal, ou então, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, em níveis estadual e municipal, respectivamente.

Uma das condicionantes é a realização de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de um posterior Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), previstos pela Constituição Federal de 1988. Este estudo tem por objetivo de realizar um diagnóstico socioambiental/socioeconômico da região que será afetada por determinada atividade econômica. O diagnóstico busca detalhar a região segundo a sua flora, fauna, tipologia de solo, uso e ocupação do solo, bem como detalhar as condições de moradia e habitação das pessoas que residem na região que será afetada pela obra. Este detalhamento visa embasar a avaliação de impactos ambientais. Em suma, a razão de ser do EIA é a de avaliar como a vida das pessoas habitantes da área de abrangência do empreendimento será impactada, bem como a sua fauna, e a sua flora, além do meio físico, entendido como o solo, as águas (rios, lagos, lençóis freáticos, mares, etc.) e o ar.

Quando o referido diagnóstico socioambiental aponta que a atividade econômica solicitante da licença irá causar impactos a uma Terra Indígena, então o processo de licenciamento ganha uma nova etapa e uma nova condicionante, que é a elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI). Este consiste em outro diagnóstico socioambiental, agora, especificamente da Terra Indígena afetada e das etnias indígenas que nela habitam. Este diagnóstico<sup>1</sup>, então, é determinante no embasamento dos impactos socioculturais que tal grupo (ou grupos) indígena sofrerá. Neste caso, o órgão responsável por determinar a realização e fiscalização deste estudo é a FUNAI, por meio da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental (CGLIC). A realização deste estudo, contudo, é de responsabilidade do empreendedor interessado na obtenção da licença. Ou seja, o financiamento do estudo e os profissionais que compõem a equipe técnica são de responsabilidade do interessado na obtenção da licença. Tendo os profissionais que atender apenas a algumas especificidades quanto à sua formação acadêmica, critérios estes que são dispostos também pela Portaria Interministerial nº 60, de 2015.

Cabe destacar que o fator determinante que impõe a necessidade de realização de um ECI é a evidência de impactos sobre o *território*, ou seja, sobre uma Terra Indígena

---

<sup>1</sup> Também conhecido como Estudos Etnoecológicos. Este é apenas um outro nome para Estudo do Componente Indígena, frequentemente utilizado pela FUNAI. Todavia, o texto da Portaria Interministerial nº 60, de 2015, se refere ao estudo como Estudo do Componente Indígena (ECI).



demarcada ou em processo de reconhecimento, não havendo na legislação que regulamenta este procedimento administrativo, consideração específica quanto aos impactos causados sobre populações indígenas que não habitam um território demarcado e homologado pela União. Assim, povos indígenas que não habitam áreas demarcadas, mas que possam estar na zona de abrangência dos impactos de um empreendimento, podem facilmente ser desconsiderados pelos Estudos de Impacto Ambiental (DAL SASSO, 2023), uma vez que a FUNAI só é acionada no processo de licenciamento ambiental, quando o raio de abrangência da atividade a ser implantada, inclui dentro de seus limites alguma Terra Indígena reconhecida<sup>2</sup>.

Visto que existe uma legislação e todo um arcabouço normativo que rege o licenciamento ambiental, nesta pesquisa busco abordar os tensionamentos quanto ao andamento de tais processos que, muitas vezes, na prática, em sua aplicação se distanciam daquilo que é previsto nos regimentos, nas portarias interministeriais e resoluções dos órgãos federais competentes, caracterizando, na verdade, uma arena de conflito, onde vigora um jogo de forças políticas em disputa, num cenário de luta pelo uso da terra. Evidentemente, este cenário de disputa se dá de forma assimétrica, entre agências de características coloniais e povos dominados, onde as relações de poder suscitam processos de resistência e colaboração com a dominação e o avanço da fronteira de exploração econômica (FERREIRA, 2007).

Assim, a etnografia deste trabalho trata de uma estratégia de ação política enquanto forma de resistência dos Rikbaktsa. Tal estratégia resultante da organização das representações indígenas dos Rikbaktsa e dos Arara do Rio Branco tem sido recorrente nestas situações de conflito com as forças estatais. Ou seja, tampouco é uma ação política desconhecida pelos agentes estatais e agências tutelares. Se verifica, nos últimos anos, uma tendência dos movimentos indígenas a construir um cenário onde se dá a aplicação do artigo 6º da convenção 169 da OIT. Outros eventos atestam esta tendência, como o licenciamento da mineradora de Belo Sun, em Vitória do Xingu, o processo de licenciamento da UHE Belo Monte, a definição do traçado da rodovia BR-242 em Mato Grosso, o licenciamento da duplicação da BR-222 no Ceará (LEÃO; SAYAGO, 2013), o licenciamento da BR-116 no Rio Grande do Sul (DAL SASSO, 2023), dentre diversos outros processos, em que os povos indígenas têm se valido de uma legislação externa ao

---

<sup>2</sup> A distância que uma atividade precisa ter de uma Terra Indígena para esta ser incluída no Estudo de Impacto Ambiental é detalhada pela Portaria Interministerial nº 60, de 2015.

procedimento administrativo do licenciamento ambiental, que é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Esses processos mencionados mostram que a normativa prevista para o licenciamento ambiental não dá conta destes cenários de disputa por uso da terra segundo uma lógica de exploração econômica em larga escala. Tais empreendimentos foram licenciados à revelia de reivindicações, ações políticas, processos judiciais ou estudos atestando a gravidade dos impactos socioambientais previstos.

Apesar de a convenção 169 da OIT ser um acordo internacional do qual o Brasil é signatário, e por esta razão a convenção ter poder de lei federal no país, entretanto, não há regulamentação interna, ou seja, não há uma lei que regulamente a execução da convenção 169. Existe, porém, alguma jurisdição sobre o tema, conforme alguns processos foram sendo judicializados pelo país<sup>3</sup>. Não é objetivo central deste trabalho abordar como o Estado lida com a inserção da convenção 169 – OIT em diferentes contextos jurídicos-administrativos, contudo, cabe destacar o elemento tutelar nesta estratégia de resistência política, que ocorre através da manipulação de códigos simbólicos e referências oriundas das agências coloniais. Em suma, o artigo 6º desta convenção, que aborda justamente sobre a questão da consulta prévia, estabelece que os povos indígenas e tribais devem ser consultados sobre procedimentos administrativos que possam afetar as suas Terras tradicionalmente reconhecidas.

As organizações indígenas dos Rikbaktsa, sabendo desta possibilidade estratégica para estabelecer um diálogo e negociação com os agentes a serviço do empreendimento BR-174, lançaram mão do texto da Convenção 169 - OIT, no que diz respeito à consulta prévia, livre e informada. Este movimento foi realizado acionando o Ministério Público do estado de Mato Grosso, para que a Secretaria Estadual de Infraestrutura (SINFRA) de Mato Grosso estabelecesse um diálogo com os Rikbaktsa, de maneira a respeitar sua participação no processo de licenciamento do referido empreendimento. Destaco, porém, que a reivindicação das organizações indígenas não era de embargo do processo (ou das obras), mas que o processo simplesmente os considerasse como impactados pelo empreendimento e os consultassem antes do início das obras na rodovia BR-174. É precisamente aqui que inicia o campo etnográfico de minha pesquisa.

---

<sup>3</sup> Para mais sobre este tema, há uma publicação do próprio Ministério da Infraestrutura, de 2019, na qual uma série de artigos abordam como a convenção 169 da OIT tem aparecido no contexto do licenciamento ambiental.

## **Objeto e objetivos da pesquisa**

Assim, este estudo etnográfico se direciona para as relações e dinâmicas interétnicas e institucionais circunscritas pelo processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-174, naquelas etapas que concernem à construção do Estudo do Componente Indígena junto ao povo Rikbaktsa, em Mato Grosso. Ou seja, não se trata de uma etnografia do sistema nativo, dinâmicas internas ou estruturas da sociedade Rikbaktsa, mas sim, de uma etnografia do processo, do encontro, das relações estabelecidas nos espaços de discussão que reúnem diversas instituições e representações, tais como: lideranças indígenas Rikbaktsa, funcionários públicos da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso, procuradores do Ministério Público Federal, políticos da frente parlamentar, técnicos consultores, servidores públicos da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso - FUNAI e da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental - FUNAI, além de representante da diocese da igreja católica de Juína/MT, representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), dentre outros atores.

É neste campo delimitado que esta etnografia se coloca, circunscrevendo o encontro, o conflito, a relação, e o contato entre universos simbólicos e materiais distintos, em uma situação de dominação e desigualdade. É neste contexto, neste momento de estabelecimento e de construção das relações, não apenas interétnicas e interinstitucionais, mas também, de relações de interdependência que são estabelecidas neste processo, que se busca verificar quais são os códigos simbólicos mobilizados pelos diferentes atores para se manifestar, para materializar interesses, conduzir comportamentos e defender posições numa arena de debates suscitada pelo processo de licenciamento da rodovia BR-174. Neste sentido o trabalho investiga o complexo campo de relações sociais, e de poder, desta situação social (GLUCKMAN, 1986) ou situação histórico e etnográfica (OLIVEIRA, 1999).

Com efeito, o objetivo geral deste trabalho é compreender, a partir de uma análise antropológica, de caráter histórico e processual, como se dá a resistência dos Rikbaktsa frente a uma situação de dominação e avanço das frentes de expansão econômica.

De maneira específica, o trabalho também pretende: 1) descrever os cenários onde se constroem as relações sociais neste processo, entre agências coloniais, indígenas e

outros atores, tentando evitar uma perspectiva dualista nos modelos interpretativos; 2) explorar como determinados códigos simbólicos são mobilizados pelos atores presentes nos eventos para materializar interesses individuais ou coletivos, reivindicando direitos e reafirmando posições; 3) analisar quais as características, os fatores e as dinâmicas presentes nesta situação estudada, bem como se dão os mecanismos de resistência e colaboração com o processo de dominação, a partir de uma leitura etnográfica.

### **Desenho da pesquisa e metodologia**

Esta pesquisa se debruça sobre uma realidade de conflito no território brasileiro que extrapola o âmbito do mero “desenvolvimento” e da construção civil em termos de infraestrutura do país, segundo os procedimentos administrativos do licenciamento ambiental. Os eventos que analiso mais adiante no texto, dizem respeito ao avanço das frentes de exploração capitalista e colonial no país, e que neste processo enfrentam um “gargalo” na legislação brasileira, que são os territórios tradicionalmente reconhecidos, onde determinadas formas de exploração e acumulação econômica são, ou restritas, ou proibidas. Desta forma, se observa que a colonização em andamento no território do país enfrenta “barreiras” como os movimentos indígenas articulados e como a Constituição Federal de 1988 que, ainda, ao menos em termos legais, garante os direitos originários dos povos indígenas. No entanto, neste ponto entendo que a pesquisa revela a importância da etnografia como método de pesquisa e base de produção teórica. Ou seja, este estudo busca ir além da genérica descrição de forças políticas opostas atuando em uma arena de disputas, assimétrica, tendo indígenas em um lado e Estado brasileiro no outro, num contexto de avanço da exploração capitalista do território.

Outra razão pela qual esta pesquisa se faz relevante está fundamentada na centralidade de uma etnografia de um processo de relações institucionais, com a participação de diversos atores, de diferentes campos e organizações, e que cumprem diferentes papéis nos eventos analisados. Atores que circulam no campo observado assumindo diferentes identidades conforme o lugar que ocupam e, conseqüentemente, mobilizando diferentes discursos, tanto político quanto institucionais ou tecnicistas. Ou seja, a etnografia está centrada nas dinâmicas assumidas pelos Rikbaktsa durante os

eventos observados, porém, não se coloca como uma etnografia substantivista, com enfoque na cosmologia ou nas dinâmicas “internas” do povo Rikbaktsa. Se trata de um trabalho centrado no tecido relacional, nos encontros entre universos simbólicos distintos, na construção de mediações entre esses universos e na mobilização de diferentes interesses dentro deste campo.

Ademais, é de suma importância discutir as avaliações de possíveis impactos socioculturais e socioambientais causados por empreendimentos como o que é descrito neste trabalho. Já que, por parte do Estado brasileiro, de seus órgãos ambientais competentes, por mais que existam indicações de inviabilidade econômica e ambiental, e que sejam previstos impactos irreversíveis, os empreendimentos são levados adiante na maioria dos casos. Parece que os únicos fatores capazes de produzirem um embargo definitivo a determinados empreendimentos são o esgotamento da fonte ou a ausência de financiamento. O que nos motiva a avaliar e discutir a relevância de determinadas medidas compensatórias executadas nestes casos, que tendem a ignorar a realidade sociocultural impactada, causando, paradoxalmente, mais impactos do que o que fora avaliado previamente.

Em vista disso, analisar as dinâmicas específicas que adquirem as relações interétnicas neste campo de disputas e conflitos com diversas entidades estatais, civis e privadas, tendo como foco a resistência política dos Rikbaktsa, implica considerar, como menciona João Pacheco de Oliveira (1988), os mecanismos internos da situação de dominação, abordando a íntima relação que se articula entre as instituições nativas e as instituições coloniais. Imprescindível, também, considerar o caráter paradoxal inerente à dinâmica existente entre a dominação e a resistência, conforme elucida o importante trabalho etnográfico de Andrey Cordeiro Ferreira (2007), realizado entre os Terena. No qual o autor mostra a partir de um profundo estudo das agências tutelares entre os Terena, como a colaboração dos dominados é condição de instauração da situação de dominação e, ao mesmo tempo, a fragilidade deste sistema.

Ampliando este quadro teórico no qual pretendo assentar as bases desta etnografia, todo o percurso dos eventos descritos e analisados neste trabalho pressupõe relações sociais e interétnicas permeadas por mecanismos tutelares, imbricados nas relações institucionais dos indígenas. Para esta argumentação, recorro aos autores que profundamente estudaram os regimes tutelares no Brasil: João Pacheco de Oliveira (1988) e Antônio Carlos de Souza Lima (1995). Importante destacar que o regime tutelar tem

sua origem após as guerras de conquista colonial, quando a subordinação dos povos indígenas e o controle de seus territórios ganha uma nova roupagem. Ou seja, sob a situação de reserva, se instaura a gestão tutelar de suas áreas e de sua força de trabalho em proveito da acumulação de capital pelas agências estatais, primeiro pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), depois Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, por último, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) (FERREIRA, 2007).

Completando este quadro teórico, proponho pensar o campo das frentes de expansão econômica não apenas do ponto de vista do avanço da colonização tomando uma perspectiva da dominação e estabelecimento da lógica capitalista de acumulação do excedente. Procuro, também, aproximar a este modelo interpretativo a noção trazida a partir de José de Souza Martins (2009), sobre fronteira. Fronteira, naquilo que Martins (2009) coloca não como um limite divisor entre a barbárie e a civilização, não como um divisor entre natureza e cultura, não como um limite divisor entre etnias e diferentes identidades (BARTH, 2000), tampouco um limite geográfico, mas fronteira enquanto uma situação, um lugar sociológico onde é possível uma elaboração situacional daquilo que é considerado humano e aquilo não é considerado humano e, portanto, passível de dominação e degradação. Ou seja, construir um debate entre a noção de fronteira enquanto *um lugar com regras próprias*, e a noção de contato interétnico como situação, como um fenômeno histórico e que requer uma análise histórica própria (GLUCKMAN 1987, OLIVEIRA, 1988).

É a partir dos referidos conceitos e modelos interpretativos que desenvolvo esta etnografia e as análises que seguem. Outro fator a se considerar neste trabalho diz respeito à delimitação do campo etnográfico, ou seja, literalmente os limites dos eventos em análise, a circunscrição do campo, e que está diretamente relacionada a posição que ocupei dentre os eventos analisados. Importante destacar o meu lugar nos eventos observados, que são fundamentais para compreender as possibilidades de realização deste trabalho como um todo.

Os eventos analisados neste trabalho ocorridos entre os anos 2014 e 2020 decorrem do andamento do licenciamento ambiental da rodovia BR-174. Em parte desse período, entre 2017 e 2019, atuei neste processo como antropólogo auxiliar, membro da equipe técnica designada para desenvolver dos Estudos do Componente Indígena (ECI), para avaliar os impactos socioambientais sobre os indígenas Rikbaktsa e Arara do Rio

Branco. A equipe técnica era composta de profissionais de diferentes disciplinas, como biólogos, geógrafos, engenheiros e antropólogos, todos contratados pela empresa consultora responsável por realizar os estudos para obtenção de licença da rodovia BR-174. Tal empresa, por sua vez, era contratada pela Secretaria de Infraestrutura (SINFRA) do estado de Mato Grosso, por meio de licitação pública, portanto, devia prestação de contas ao poder público do estado de Mato Grosso. Podemos dizer que o empreendedor requerente da licença, neste processo, é o próprio Estado, materializado na Secretaria de Infraestrutura de Mato Grosso.

A realização do Estudo do Componente Indígena tem início em 2017, a partir da emissão de um Termo de Referência pela FUNAI, exigindo uma avaliação de impactos com os povos indígenas afetados pela rodovia. Então ocorre a elaboração de um Plano de Trabalho para a elaboração dos estudos. Este Plano de Trabalho precisa ser aprovado pela FUNAI, apresentado aos indígenas e aprovado por eles, para que os trabalhos iniciem. Em 2017, porém, os Rikbaktsa e Arara do Rio Branco não aprovaram, nem desaprovaram o Plano de Trabalho, mas exigiram que, antes da realização do ECI, as etnias afetadas pela rodovia fossem consultadas a respeito deste empreendimento. A partir de então, uma série de eventos, que descrevo a seguir, ocorrem até que, em 2019, se dá o início da consulta aos referidos povos indígenas.

Em 2017 ocorreu o primeiro trabalho de campo, quando estive com a equipe técnica apresentando o Plano de Trabalho às representações Rikbaktsa e Arara do Rio Branco. Uma série de eventos se desenrolam neste trabalho de campo, porém, sem a autorização dos indígenas para começar os estudos. Registrei uma série de encontros e eventos ocorridos que contribuíram para a ocorrência de um novo trabalho de campo dois anos depois. Em 2019, então, os indígenas autorizam a realização dos estudos (ECI), porém, com a condicionante de que o processo de consulta prévia ocorra concomitantemente ao estudo de impacto ambiental.

Assim, nesta etapa do trabalho de campo, formou-se uma equipe técnica com sete pessoas: antropóloga coordenadora, geógrafo, biólogo, engenheiro, antropólogo auxiliar (eu) e dois interlocutores Rikbaktsa, que seriam responsáveis por conduzir a equipe pelas três Terras Indígenas Rikbaktsa, intermediando a realização dos trabalhos, facilitando o acesso da equipe aos lugares de importância nas aldeias e nos territórios. Sobre este trabalho realizei um duplo registro, um que serviu de embasamento empírico para os

estudos de impacto ambiental, e um outro registro etnográfico que apresento aqui nesta dissertação.

Atuando como antropólogo auxiliar neste processo, tive acesso a toda a comunicação ocorrida entre as instituições participantes deste processo, como a FUNAI, MPF, SINFRA, DNIT, empresa consultora e organizações indígenas. Entretanto, para a realização deste estudo, sem que houvesse implicações de cunho ético sobre o conteúdo do trabalho, não me vali de minha posição de funcionário da empresa para acessar a documentação oficial e registros de reuniões ao longo do processo. Após a realização do ECI com os Rikbaktsa e Arara do Rio Branco e seu protocolo na FUNAI, tive meu vínculo com a empresa consultora encerrado. Assim, obtive acesso à documentação oficial do processo de licenciamento, que incluem atas de reuniões, ofícios trocados entre as instituições estatais, todos estudos realizados, os planos de trabalho, e-mails trocados entre os atores e agências, a partir de solicitação à FUNAI para fins de pesquisa, garantida pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011). Ou seja, todo o material empírico que utilizo para embasar as descrições e análises deste trabalho é de caráter público, não havendo razões para comprometimento ou prejuízo de nenhuma das partes ou particulares envolvidos no processo.

Destaco também que o direcionamento de minha etnografia aos eventos ocorridos apenas entre os Rikbaktsa advém de uma decisão pragmática. Uma vez que o processo envolve também a etnia Arara do Rio Branco, optei por etnografar os eventos com os Rikbaktsa em razão de que o trabalho de campo desenvolvido com esta etnia permitiu melhor analisar as problemáticas que pretendo tratar neste trabalho. Os eventos que etnografei junto aos Rikbaktsa me permitem uma abordagem mais apropriada das perspectivas teóricas que pretendo colocar neste trabalho. Já os eventos que vivenciei ao longo do processo com os Arara do Rio Branco apresentam características e dinâmicas diferentes, e que exigiriam um trabalho de campo mais comprometido e mais extenso do que o que pude realizar. Assim como partir de outros modelos teóricos interpretativos, em que seria necessário abordar, questões mais centradas na territorialidade, no processo de retomada das suas terras, e nos aspectos relativos às identidades emergentes (OLIVEIRA, 1999), que julgo serem temas mais salientes e de maior urgência para o povo Arara do Rio Branco.

Assim, no primeiro capítulo tento desenvolver melhor como historicamente a Antropologia tem lidado com as relações interétnicas e as possibilidades de sua



teorização, pensando alternativas metodológicas para a construção desta monografia. No segundo capítulo desenvolvo a ideia de situação de fronteira como pano de fundo para as relações de contato travadas entre agentes colonizadores e os grupos Rikbaktsa, apresentando o contexto territorial e histórico no qual este povo desenvolveu relações com as frentes de expansão econômica.

No terceiro capítulo discorro sobre o trabalho de campo realizado em 2017, bem como apresento a sistematização de todo o processo de licenciamento da BR-174 a partir dos dados do Sistema Eletrônico Interno da FUNAI, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (SEI – FUNAI 1470626 e SEI – FUNAI 1386623). No quarto capítulo, discorro sobre o segundo trabalho de campo realizado em 2019, com vias de execução da consulta aos povos indígenas e realização do diagnóstico socioambiental para o ECI. Em seguida, por fim, no quinto capítulo esta monografia pretende analisar os eventos e situações sociais e históricas tratadas nos outros capítulos, retomando alguns pressupostos teóricos apresentados e discutidos no primeiro capítulo.

## 1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: ANTROPOLOGIA DE UM PROCESSO.

*“os contextos tampouco estão lá, simplesmente. Também eles precisam ser analiticamente construídos à luz de nossos pressupostos acerca do mundo social”.*

COMMAROF e COMMAROF (1992).

Partindo do pressuposto de que há um choque simbólico e cultural, que envolve atores diversos, interesses e ideologias diversas, que é suscitado pelo licenciamento ambiental das obras em uma rodovia, a análise que proponho aqui tem como objeto central justamente este encontro, as relações que são construídas em torno desta situação social, permeada por eventos diversos: reuniões, encontro entre políticos, assembleias, expedições de campo, diagnóstico socioeconômico, consulta aos indígenas, comunicação entre órgãos de governo, lobismo político e empresarial.

Antes de mais nada, é importante situar o lugar do etnógrafo nesta pesquisa. Como já mencionado, este trabalho só foi possível devido a meu vínculo empregatício, a serviço de uma corporação contratada pelo Estado de Mato Grosso para realizar estudos de impacto ambiental, atendendo às condicionantes legais para construção da rodovia. Com efeito, a ideia deste trabalho surge em meio ao processo de licenciamento, em meio às minhas atividades profissionais enquanto antropólogo contratado. Ou seja, não fui contratado para desenvolver uma pesquisa própria com fins de obtenção de diploma de mestre em antropologia social, mas tratei de aproveitar o trabalho que desenvolvia, coletando informações e construindo dados por conta própria ao longo dos eventos que observava e participava.

Deste modo, o *Estudo do Componente Indígena* (ECI) que contribuí para elaboração, apresenta dados construídos pela equipe multidisciplinar, para os quais dediquei imenso tempo de trabalho, porém, o ECI omite diversos dados construídos a partir de minhas observações e vivências e que pretendo apresentar nesta etnografia que construo, agora, no mestrado acadêmico. Assim, enquanto contribuía para a construção do ECI, também me dediquei a elaborar cadernos de campo, registros precisos dos eventos que julguei fundamentais para a escrita desta etnografia. De certo modo, o ECI é, também, uma das principais fontes bibliográficas desta pesquisa, já que apresenta um imenso diagnóstico socioeconômico e multidisciplinar da região afetada pela rodovia,

bem como sobre os Rikbaktsa, desde os dados históricos, cosmológicos e de organização social, bem como dados morfológicos e oriundos das expedições a campo.

Pude acompanhar duas expedições a campo neste processo, uma em 2017, e outra em 2019. O processo de licenciamento se inicia em 2014, mas apenas em 2017 se dá a primeira ida a campo da equipe técnica para organizar a realização do ECI junto aos Rikbaktsa. Foi a partir deste momento (setembro de 2017) que passei a registrar os eventos com a intenção de aproveitá-los em uma pesquisa futura, que culminou com meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, em 2021. Os registros do processo vão até novembro de 2019, quando meu vínculo com a empresa se encerrou, sendo este momento o “ponto de corte” temporal de minhas análises. Até o meu ingresso no PPGAS da UFRGS, contava apenas com diversos registros de campo em cadernos e com todos os materiais que circularam no processo de licenciamento dentro da FUNAI, que obtive acesso a partir da Lei de Acesso à Informação. Em 2021 é que se inicia todo o trabalho de compilação das informações e dados de campo, junto a um projeto que se pretende pensar as relações interétnicas suscitadas por este processo, além de categorias como a situação de dominação, o regime de tutela indígena que atravessava as relações, as estratégias de resistência política conduzidas pelos Rikbaktsa e o contexto de fronteira que transpassa as relações sociais na região noroeste de Mato Grosso.

Então, para um detalhamento adequado da metodologia que utilizo neste trabalho, recorro às noções de *campo* e de *situação social*, de Gluckman (1967), mas tomando emprestado uma releitura destes conceitos realizada por João Pacheco de Oliveira (1987) em seu importante trabalho junto aos Ticuna no Alto Solimões, que culminou em sua tese de doutoramento.

Também apoio as análises deste trabalho na noção de *resistência* política proposta por Ferreira (2007), que é construída a partir de uma extensa etnografia junto aos Terena, em Mato Grosso do Sul, a qual lhe rendeu a tese de doutoramento. Noção esta, que caminha atrelada ao estabelecimento da *tutela* indígena, enquanto um processo histórico que contribuiu para a formação do Estado brasileiro e na regulação das relações entre as frentes de expansão econômica e os povos indígenas.

Para entender como as relações interétnicas se desenrolam no tempo ao longo dos eventos descritos é preciso compreender como a tutela indígena permeia as relações sociais entre os Rikbaktsa e como este fator configura um elemento amortecedor dos

impactos do avanço das frentes de exploração capitalista e das agências coloniais sobre os territórios indígenas. Assim, busco discutir ao longo dos capítulos os trabalhos de João Pacheco de Oliveira e de Antônio Carlos de Souza e Lima, que desenvolveram relevantes estudos sobre a tutela indígena no Brasil.

É importante salientar como foi constituído o olhar do pesquisador, quais teorias e conceitos que me levaram a selecionar certos fatos como relevantes, fazendo silêncio sobre outros e quais os pressupostos implícitos nas explicações que pretendo apresentar. Então, destaco, a seguir, minha posição quanto aos conceitos e teorias abordados, explicitando e fundamentando o esquema de análise que utilizo, trazendo algumas comparações com alternativas existentes e justificando as razões desta escolha.

### **1.1. Considerações sobre os Estudos das Relações Interétnicas em Antropologia**

As relações interétnicas, se pode dizer, estão na origem da disciplina Antropologia Social, por mais que em sua fase evolucionista antropólogos tentassem abordar o fenômeno da cultura em um estado “puro”, livre de influências, em sua forma “autêntica”, “genuína”. Como se as sociedades e as próprias culturas pudessem ser tidas como entidades autônomas ou autocentradas, isoladas de qualquer tipo de contato intercultural. Também se pode dizer que a Antropologia é derivada do capitalismo, conforme Eric Wolf (2005), “sem o imperialismo não haveria antropólogos, mas também não haveria pescadores dené, baluba ou malaios a serem estudados”. Ela se funda enquanto uma tentativa dos europeus colonizadores de estudar os diferentes povos e suas diferentes culturas a partir dos relatos de viajantes exploradores, que buscavam expandir o mercado europeu com o resto do mundo, na busca por ouro, mão-de-obra escravizada e os mais diversos produtos e *commodities* produzidos na América, África e Ásia. Ou seja, a Antropologia funcionou tanto como conhecimento teórico para a administração colonial quanto olhar crítico desta mesma administração colonial (TROUILLOT, 1991).

Inicialmente, fundamentados em uma visão evolucionista do mundo, carregada de preconceito e percepções equivocadas sobre atividade humana, o pensamento ocidental calcava seu saber no pressuposto de que a sociedade europeia, centrada no império britânico, era um modelo de civilização, exemplar, desenvolvida, rebuscada, e ocupava a

posição mais alta na hierarquia do desenvolvimento das culturas humanas. Tal percepção acompanha o senso comum até o presente momento, por muitos anos foi basilar do pensamento científico e, ainda hoje, influencia muitas monografias em antropologia. Entretanto, não é a intenção aqui contar a história da antropologia, passando por todas as diferentes escolas de pensamento e suas influências. Apenas tentar situar o local dos estudos do contato e das relações interétnicas na disciplina, bem como as escolhas teóricas e instrumentos metodológicos que são colocados nesta etnografia. Além disso, mas não menos importante, pretendo aqui uma discussão sobre alguns obstáculos epistemológicos aos estudos do contato interétnico a partir da leitura crítica de João Pacheco de Oliveira, pois pretendo neste trabalho utilizar de sua noção sobre *situação histórica*, que se trata de uma reelaboração metodológica da *situação social*, de Max Gluckman (1967).

Em sua tese de doutorado em Antropologia, João Pacheco de Oliveira (1987) traz à tona uma importante revisão diacrônica dos estudos do *contato*, na qual este autor resgata historicamente como estes estudos foram avançando no âmbito da disciplina ao longo dos séculos XIX e XX. Em sua revisão bibliográfica, João Pacheco destaca os pressupostos teóricos e conceitos enraizados nas origens da disciplina, calcados por autores clássicos, tanto evolucionistas como funcionalistas, que constituem obstáculos ao estudo do contato e das relações interétnicas. No seu entendimento, alguns pressupostos teóricos, que nunca são revelados adequadamente para que possam ser discutidos e colocados sob avaliação, formam uma barreira ao desenvolvimento de estudos da relação interétnica. Aqui saliento que quando João Pacheco de Oliveira menciona “contato”, está se referindo à relação interétnica, ou intercultural, podemos dizer.

Segundo Oliveira (1987), uma equivocada postura teórica que tendia a considerar a sociedade enquanto uma entidade autorregulada, ou seja, uma ideia de que a sociedade era fruto de um processo natural da atividade humana, e não do desenrolar de uma série de eventos historicamente explicáveis, levou a uma naturalização do conceito sociedade, tendo como principais defensores alguns antropólogos considerados fundadores da disciplina: Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer. Posteriormente, tendo como importantes nomes que preconizavam o trabalho de campo, Franz Boas e Bronislaw Malinowski.

Esta naturalização da sociedade decorria de uma tentativa de aplicação às Ciências Sociais métodos e pressupostos advindos das Ciências Biológicas. Assim, a sociedade era comparada a um organismo vivo, com um sistema fisiológico, com unidades sociais e

instituições sendo como órgãos de um sistema vivo mais amplo. Ou seja, se tentava aplicar às sociedades, populações, agrupamentos humanos, povos, etc. as ditas leis da natureza. Além disso, o pensamento evolucionista hierarquizava as diferentes culturas conforme seu grau de avanço industrial, ou seu grau de semelhança à sociedade inglesa, europeia, ocidental, industrial da época (final do século XIX), e conseqüentemente hierarquizava também as diferentes raças, num racismo científico comum à época, e que contribuiu para o racismo contemporâneo especialmente no Brasil. Com efeito, a “naturalização da sociedade” implicava em entender seus fenômenos como naturais, completamente explicáveis por fatores internos decorrentes de processos ligados ao desenvolvimento ou melhoramento das unidades sociais e instituições, ou então processos ligados a patologias, desequilíbrios da ordem social.

Assim, as unidades sociais e instituições sociais assumem um caráter homólogo ao de um órgão, dentro de um sistema fisiológico, que cumpre uma função no todo, tal qual um organismo vivo. Daí a crítica a uma naturalização da sociedade, pois não há um entendimento histórico nem processual dos fenômenos, tampouco das transformações das instituições sociais, não há uma contextualização dos objetos estudados pela antropologia.

João Pacheco se apoia em preceitos e orientações de Bachelard para mostrar como alguns pressupostos teóricos clássicos, como os acima citados em menção ao evolucionismo característico do início da disciplina, contribuíram para dificultar o estudo do contato interétnico. Entretanto, o autor pondera que não nos cabe olhar para o passado com a intenção de reconstituir as teorias num esforço de inventariar as diferentes correntes de pensamento com vistas a uma historicização da ciência, nem tampouco considerar que as teorias seguem uma linearidade dentro de um contínuo melhoramento e aperfeiçoamento ao longo do tempo. Mas sim, entendermos que a produção teórica e conceitual sempre se assenta em pressupostos teóricos e redes conceituais já aceitas em sua época. E que o trabalho de produção de conhecimento responsável não consiste em apresentar respostas, mas captar a racionalidade na construção de possíveis tentativas de resposta (OLIVEIRA, 1987).

É nesta tentativa que, geralmente, se encontram limites, entraves, obstáculos muitas vezes cristalizados que impedem o progresso da pesquisa. É por esta razão que escolhi iniciar este capítulo pela discussão dos principais empecilhos que se colocam aos estudos do contato interétnico, e apresentando algumas tentativas de “soluções” teóricas que foram desenvolvidas ao longo do tempo, mas que não passam imunes à certas

influências evolucionistas/funcionalistas. Influências estas que atualmente ainda vigoram em estudos de caráter antropológico tais como laudos, diagnósticos socioeconômicos (como mostrarei mais adiante neste trabalho), ou mesmo trabalhos etnográficos de maior imersão em um grupo com objetivo heurísticos.

Na lógica evolucionista/funcionalista as categorias de análise se restringiam a comparativos entre unidades sociais, tais como parentesco, família, religiosidade, rituais, organização política, caça, coleta, atividades produtivas, etc. As sociedades eram subdivididas nestas categorias para serem estudadas e, num esforço de comparação se colocava a sociedade dita primitiva ao lado da europeia ocidental buscando estabelecer uma homologia entre unidades sociais. Ou seja, se tentava estabelecer uma forma de família ou organização nuclear das sociedades ditas primitivas para comparar com a família nuclear da sociedade moderna, o mesmo com a religiosidade e os rituais, com a organização política, atividade econômica e assim por diante. Estes estudos, apesar de terem justificativas como desenvolvimento científico e de caráter teórico relevante para a época, cumpriam com objetivos coloniais de dominação das sociedades ditas primitivas, muito em razão de serem estudos de caráter descritivo, visando catalogar todas as características das unidades sociais analisadas.

Para João Pacheco de Oliveira (1987), nas análises feitas pela corrente teórica evolucionista/funcionalista é possível destacar três propriedades teóricas principais, que podemos entender como posturas teóricas, como pressupostos. Segundo ele, a primeira propriedade é a descontinuidade. Esta implica no entendimento das sociedades enquanto sistemas fechados em si, não havendo relações entre diferentes culturas, e tratando as diferenças culturais como decorrência de diferentes estágios na hierarquia evolutiva em que se encontram as sociedades.

A segunda propriedade se trata de uma abstração feita na análise. Consiste em catalogar todos os aspectos entendidos como de caráter geral, que se repetem em todos os indivíduos do grupo em estudo. Ou seja, a característica tida como típica do grupo é registrada, aquela que é tida como singular, ou contingente, é tida como não passível de explicação, não é de interesse, logo, descartada como sendo algo da ordem da dimensão empírica, apenas. A terceira propriedade é condição que permite a abstração da análise. Ou seja, a análise científica de uma entidade social deve observar exclusivamente as características morfológicas e funcionais que ela apresenta. Deve evitar qualquer contextualização, já que contextualizar um aspecto em análise seria reforçar as suas

singularidades, e aos evolucionistas só interessa aquilo que é passível de registro como algo recorrente a todos os indivíduos do grupo, ou seja, que é colocado como um traço tradicional, “genuíno” da cultura do grupo analisado, pressupondo que os indivíduos assumem as características culturais.

Estas três propriedades analíticas, segundo Oliveira (1987), tornam impossível pensar as relações entre diferentes culturas enquanto fatos passíveis de teorização. Para ele não é possível construir teoria sobre as relações interétnicas a partir de pressupostos evolucionistas, funcionalistas, ou mesmo excessivamente estruturalistas. Como estudos que, por exemplo, se ocupam predominantemente com aspectos ditos “internos” da sociedade pesquisada, tais como família, parentesco, organização social ou cosmologia, como se os aspectos “externos” estivessem ligados às estruturas de dominação ou aos processos de ajustamento ao seu meio ambiente, que naturalmente eram ignorados pelos antropólogos da época. Esta centralidade da pesquisa em uma preocupação com aspectos “internos” ou “intrínsecos” obstaculizam a racionalidade para uma teorização das relações interétnicas.

As críticas que João Pacheco de Oliveira tece sobre as abordagens antropológicas que desvalorizam estudos do contato interétnico vão no sentido de alertar para a desconsideração de toda uma realidade vivida pelas sociedades estudadas e que é tratada meramente como dado empírico, como contingência histórica, eventual, sem possível explicação científica ou como fenômeno de valor apenas utilitário. Suas críticas à esta postura com a qual parte da antropologia lida com o fenômeno do contato e das relações interétnicas são de que este fenômeno fica relegado muitas vezes a uma mera crítica ou até mesmo justificativa de/para uma política de colonização. E aqui já não está remetendo apenas aos evolucionistas, difusionistas ou funcionais-estruturalistas da disciplina, mas a pesquisadores contemporâneos. Em outras palavras, ele está alertando para o fato de que pesquisadores se debruçam estudando os sistemas nativos enquanto ignoram a presença colonial que propiciou as condições de realização do próprio estudo.

Outro ponto levantado pelo autor é a tentativa de teorização das relações interétnicas, a partir do que ele chama de “solução dualista”. Quando a concepção do contato é dada por uma perspectiva evolucionista, surge um dualismo na análise do fenômeno. Este costuma considerar uma sociedade tribal/indígena/tradicional/nativa de um lado e uma sociedade branca/colonial/ocidental de outro. E as duas sociedades não



são tidas como contemporâneas uma da outra, mas sim, em estágios diferentes de evolução, desenvolvimento e progresso cultural.

A descrição do fenômeno do contato interétnico partir de valores e pressupostos evolucionistas, calcados em uma perspectiva dualista entre sociedade moderna e tradicional, acaba caindo no seguinte esquema: moderno / tradicional, heterogeneidade / homogeneidade, relações impessoais / relações pessoais, secular / sagrado, família nuclear / família extensa, vínculo econômico / vínculo sanguíneo de parentesco, presença de instituições especializadas / ausência de instituições, status por escolha individual / status por prescrição, compartimentação da vida social / contato direto entre todos da comunidade, avançados / atrasados, branco europeu / nativos indígenas e africanos (OLIVEIRA, 1987). Para o autor, é aqui que surgem os problemáticos conceitos relativos à aculturação e assimilação cultural. Que nada mais era do que a maneira que muitos trabalhos até 1950, aproximadamente, entendiam o fenômeno das mudanças sociais, ou seja, as transformações sociais ocorridas pelo avanço do capital sobre sociedades colonizadas ou pelo fim de antigas colônias britânicas e europeias no continente africano. A transformação social ou cultural era entendida sempre como elemento desagregador, ou estático, ou então ignorado por muitos antropólogos.

Bela Feldman-Bianco (1987), resume bem esta fase da antropologia observando que a partir dos primeiros trabalhos de campo, na Austrália ou nas ilhas do pacífico, realizados com povos de pequeno porte demográfico, que geograficamente eram tratados como aparentemente isolados de contextos mais amplos de relações, tendo as relações baseadas principalmente em laços de parentesco, eram entendidas como sociedades simples (simplicírias), homogêneas. Como eram tidos como povos onde capital ainda não havia penetrado em todas as relações, fosse transformando todos em possível mão-de-obra, fosse transformando a terra em mercadoria, ou seja, terra e trabalho não eram ainda tidos como valores de mercado (FELDMAN-BIANCO, 1987), então estes povos eram vistos como “marginais” em relação ao centro do sistema-mundo, e acreditava-se possível estudá-los enquanto microcosmos em si, como totalidades, como sociedades estáveis e sem “perturbações da ordem”.

Retorno a Oliveira (1987), então, onde este ressalta alguns elementos importantes relativos à aculturação e assimilação. Primeiro, que estes conceitos pressupõem um fluxo cultural de valores que partem de uma cultura e vão para a outra, sendo sempre da cultura branca ocidental europeia para a indígena, tribal, africana. Ele coloca que uma tentativa

de se resolver tal cenário consistia em dar uma aparência de científico para as trocas culturais, focando apenas nas trocas culturais. Entretanto, apenas focalizar as mudanças culturais, em uma situação de dominação, por exemplo, poderia ocultar justamente que há uma situação de dominação. Sendo assim, os estudos da aculturação também acabaram servindo aos interesses da colonização e sua ideologia, ocultando qual dos lados era o beneficiado com as trocas culturais, e ocultando as capacidades de um lado ou de outro para interromper o fluxo das trocas. Além disso, fica oculto também uma escala de importância para as trocas culturais, já que os impactos sobre uma cultura e sua organização social são maiores do que na outra. De forma geral, o autor coloca que para os teóricos da aculturação, a mudança cultural possui uma direção geral e única. Ainda, o contato intercultural seria uma anomalia que tende a ser superada com o tempo, já que as características culturais da sociedade industrial ocidental tomariam uma escala global e se imporiam sobre as outras culturas.

Ademais, João Pacheco de Oliveira aponta uma falha importante nas teorias da assimilação e da aculturação, que está na tentativa de definir os limites da condição de indígena, ou seja, quem é indígena e quem já não é mais, porque foi assimilado por outra cultura. Os autores adeptos desta linha da assimilação entendiam que a mudança cultural característica da assimilação era um processo inevitável. Ou seja, a “perda cultural” é um processo irreversível.

Aqui, é importante destacar a impossibilidade do viés da assimilação, ou da integração. Em outras palavras, por quais razões este processo jamais se completaria. Mesmo que o indígena se tornasse um “índio-genérico” sem mais traços próprios de sua cultura em particular (aceitando que existem traços tradicionais próprios e exclusivos de sua cultura, numa ideia de pureza cultural) e privado inteiramente de seu quadro referencial tradicional, sempre existirá um sentimento de ser diferente tanto em razão da manutenção do preconceito do branco para com os indígenas, mestiços ou remanescentes, como pelo fato de que os indígenas não seriam integrados à sociedade nacional ocupando posições de poder, mas sempre ocupando estratos e classes inferiores, posições de subalternidade (OLIVEIRA, 1987).

Prosseguindo em sua revisão dos pressupostos teóricos que obstaculizam a racionalidade e a teorização das relações interétnicas, o João Pacheco de Oliveira destaca o importante papel que cumpre Malinowski para a Antropologia, tanto no que diz respeito à revisão de antigos pressupostos evolucionistas, sendo um adepto do relativismo cultural,

quanto naquilo que concerne ao desenvolvimento de instrumentos, ferramentas e metodologias centradas no trabalho extensivo de campo, com uma longa imersão, calcada no conceito de observação participante. O destaque que Oliveira dá para Malinowski é, também, por ter sido um dos primeiros antropólogos preocupados com a questão do contato interétnico, e preocupado com as transformações culturais decorrentes deste processo. Neste sentido, Malinowski, de fato, se diferencia de seus antecessores na disciplina, evitando análises teleológicas características do evolucionismo. Ele busca teorizar o contato estabelecendo ordens de racionalidade diferentes, representadas pelas culturas em relação, em processo de interação. Também na obra de Malinowski se verifica sua preocupação com o caráter prejudicial do estabelecimento das agências coloniais na vida cotidiana das populações com quem trabalhou. Em seus termos, conforme observa Teófilo da Silva (2016), a mudança cultural advém justamente da intervenção colonialista, sendo, porém, um processo unidirecional, com as agências coloniais no polo ativo da mudança cultural e os nativos no polo passivo.

No entanto, Malinowski não abandona o funcionalismo-estrutural característico de seu período, mas tenta complexificá-lo, como que abrindo um novo ramo na corrente funcionalista, se propondo a pensar a mudança cultural dos nativos (OLIVEIRA, 1987). Não buscava produzir novos conceitos, e gerais, mas novos métodos que pudessem melhor operacionalizar a pesquisa, em um movimento de distanciamento de um funcionalismo mais “ortodoxo” de Radcliffe-Brown (SILVA, 2016).

O contato interétnico, para Malinowski, é entendido como uma tríade, onde há a cultura europeia, a cultura do nativo e uma terceira cultura, forjada a partir do encontro dessas duas: o modelo das três realidades culturais. Ele propõe, então, que se analise este encontro entre as duas culturas diferentes com uma perspectiva funcionalista, tomando unidades sociais de caráter homólogo e comparando-as. Tendo o pressuposto de que é possível ter instituições de caráter homólogo nas duas culturas em interação. Ou seja, instituições na cultura nativa e na europeia, que se equivalem pela função que desempenham. A própria definição de cultura em Malinowski (fortemente influenciado por Durkheim) se coloca, apenas, na centralidade das instituições e satisfação de suas necessidades:

“A cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue por meio da procriação; a contiguidade

espacial, relacionada à cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não menos importante, o uso do poder na organização política. Cada cultura deve sua integridade e sua autossuficiência ao fato de que satisfaz toda a gama de necessidades básicas, instrumentais e integrativas.” (MALINOWSKI, 1970, p. 46).

Seu esquema analítico consistia em uma tabela com três colunas, uma para a cultura europeia, outra para a cultura africana e a terceira para o encontro das duas, que mostraria o que seria da comparação ou contato das instituições culturais (unidades sociais) de cada uma das sociedades em interação. A terceira coluna, a do contato, é a que manifestaria o fenômeno da reação, o resultante da interação. Isto seria a base da mudança cultural para Malinowski. É nesta instância, onde as culturas estão em interação, que as instituições seriam substituídas por novas, originadas a partir de uma fusão de características homólogas, fundidas ou modificadas conforme a necessidade. Em outras palavras, a cultura do contato (terceira coluna) seria nada mais que o resultado da combinação das diferentes formas que colonizadores e colonizados encontraram para satisfazer suas necessidades básicas oriundas da própria *situação de contato*.

Para Pacheco de Oliveira, Malinowski acerta em propor que o contato é em si um fenômeno complexo, contraditório e heterogêneo, apesar de sua proposta de análise reducionista. Mas seu esquema é limitado, e sua teoria chega a um impasse justamente porque o modelo utilizado por Malinowski ainda supõe uma noção naturalizada de sociedade. Ele aceita a heterogeneidade do fenômeno do contato, mas não a heterogeneidade das culturas em interação, tomando as sociedades enquanto homogêneas internamente. Seu modelo de sociedade consiste em um conjunto de instituições que desempenham funções sociais no sentido de satisfazer necessidades, estando estas instituições interrelacionadas em um todo maior equilibrado e coerente. Embora ocupado em entender como se dá a mudança cultural, seu modelo naturalizado de sociedade só permitia pensá-las enquanto organismos integrados e harmônicos, o que ainda obstaculiza uma teorização do contato interétnico.

Esta é justamente a preocupação que demonstra João Pacheco de Oliveira (1987), os fundamentos sobre os quais estava assentada a construção do modelo científico de sociedade não permitiam que o pesquisador tomasse com relevância os fatos do contato interétnico, ficando estes apenas como registros de campo, constatações empíricas, sem maiores relevâncias teóricas. Em suma, no modelo de Malinowski, o pesquisador precisa reduzir o fenômeno do contato a unidades simples, para que possa analisá-lo, aceitando a

sobreposição das três culturas: a colonizadora, a colonizada e a cultura do contato interétnico.

Outro fator importante destacado por Oliveira (1987), é sobre o distanciamento e a diferenciação que há entre as agências coloniais instaladas em terras nativas (o que já indica uma transformação decorrente do contato) e as agências coloniais que estão na metrópole. Segundo ele, isso implica para o pesquisador em ter de descrever com esmero tanto as instituições e agências coloniais em terras nativas, quanto aquelas que estão na metrópole. Assim como descrever com esmero as instituições nativas. Já que a absorção de costumes e crenças dos europeus pelos nativos não se dá de maneira homogênea, a heterogeneidade pertence aos dois universos culturais simbólicos. As crenças e os costumes também variam em seu processo de incorporação pelos nativos, segundo diversos fatores, conforme diferentes graus de relacionamento, importância do nativo para a comunidade, lugar que ocupa, importância religiosa, ritual ou econômica. Da mesma forma, os agentes coloniais também incorporam costumes nativos.

As preocupações de João Pacheco de Oliveira sobre a elaboração teórica e conceitual em torno do fenômeno do contato podem ser resumidas basicamente nas seguintes formulações. Primeiro, a construção de conceitos em torno desse fenômeno não pode se limitar a reformulações apenas operacionais, de cunho metodológico instrumental, ou descritivo. Para ele é necessário uma ruptura teórica profunda, que redefina a natureza de unidades sociais, reavaliando os principais pressupostos teóricos que estão na origem da disciplina Antropologia. Isto implica na desconstrução da noção de sociedade naturalizada. Não requer um abandono da noção de sociedade enquanto uma entidade complexa e com um campo de influências passível de ser circunscrito, mas implica em abandonar por completo a ideia de sociedade coesa, homogênea, equilibrada, funcional, tal qual um organismo vivo, um sistema integrado.

Segundo, é fundamental entender o contato como um fenômeno crítico, que requer ferramentas investigativas que deem conta das realidades observadas. O que implica em instrumentos metodológicos alternativos, diferentes daquilo que se estava utilizando de caráter excessivamente funcionalista-estrutural. Para o autor, a partir da combinação destas duas orientações: uma ruptura teórica e um rearranjo das metodologias condutoras das pesquisas, se pode, então, pensar o fenômeno do contato, ou das relações interétnicas, enquanto passíveis de teorização.

Apenas a partir dos anos 1960, segundo ele, se verifica esta virada de perspectiva com relação aos estudos das relações interétnicas, ressaltada pela antropologia política e antropólogos processualistas. Uma virada que significou mudança não apenas no modo de condução das pesquisas, mas uma nítida preocupação em reformular conceitos fundantes da Antropologia, tendo em uma leitura de Max Gluckman e sua obra ainda com característica funcionalista-estrutural da década de 1950<sup>4</sup>, um dos principais motivadores desta nova perspectiva. Gluckman, no entanto, apesar de crítico de Malinowski, ainda não apresenta em sua obra uma teorização nos moldes em que julga necessário João Pacheco de Oliveira, mas seu olhar um tanto crítico a certos preceitos funcionalistas estruturais já permite a construção de bases metodológicas e instrumentais que melhor operacionalizam os estudos de sociedades complexas, onde as relações interétnicas constituem a centralidade dos eventos observados.

Em sua leitura, Gluckman se opõe e constrói uma crítica à ideia das três culturas de Malinowski, mostrando que ele falha ao tentar subordinar a realidade a um fraco modelo teórico. A crítica de Gluckman sugere que o problema na leitura de Malinowski estava em conceber a situação de contato como um todo harmonioso e cooperativo entre europeus e africanos, onde os grupos estavam envolvidos por interesses e intenções comuns (SILVA, 2016). Gluckman sugere que Malinowski não considerou que havia conflito tanto quanto cooperação e adaptação nas situações de contato entre africanos e europeus, ele propõe que não há “três sociedades” passíveis de uma descrição e análise esquemática, mas sim que os segmentos europeus e africanos fazem parte de um mesmo campo social, plural e interdependente.

Com efeito, Gluckman entra neste quadro de autores de referência para um novo olhar sobre os estudos das relações interétnicas porque seu trabalho vai justamente questionar as bases teóricas sobre as quais Malinowski trabalhou. Gluckman se opõe a importantes pressupostos basilares do modelo naturalizado de sociedade, tais como a descontinuidade entre unidades sociais e a identificação “natural”, “automática”, dos indivíduos de um grupo com os valores coletivos e sociais deste mesmo grupo. Em sua leitura de Gluckman, Oliveira (1987) coloca que as unidades básicas de análise não podem ser pensadas como entidades fechadas em si e homogêneas. Neste viés, o contato não pode ser pensado apenas como um fator de desagregação das culturas que estavam

---

<sup>4</sup> GLUCKMAN, Max. Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p.227-345.

em estado pleno, coeso e homogêneo, conforme pensavam os antigos clássicos e cânones da antropologia. No viés trazido por Gluckman, e corroborado por João Pacheco de Oliveira em sua tese (1987), o contato interétnico se coloca como um elemento básico da organização social.

Gluckman propõe pensar analiticamente como se dão os diferentes equilíbrios ao longo do tempo, ou seja, pensar historicamente como a mudança social se desenrola, concomitantemente a situações de interdependência entre diferentes eventos que reúnem grupos conflitantes entre si, mas que mantem laços de interesses. Ou seja, a sociedade, neste caso, é composta de grupos plurais. Para Gluckman sociedade e comunidade são noções completamente diferentes. Uma sociedade é sempre plural, mas a ideia de comunidade, em Gluckman, por exemplo, está mais para um *contexto de interação*, ou então, um conjunto de atores que estabelecem uma convivência social em um determinado momento.

Neste sentido, Gluckman propõe que há uma sociedade na Zululândia, plural e ligada por laços de interesse e dominação, hierarquizada segundo uma estrutura racializada de dominação, baseada na superioridade biológica dos brancos. Entretanto, sua análise se propõe a entender os diferentes equilíbrios históricos desta sociedade branca-nativa ao longo do tempo, e como estes diferentes equilíbrios se relacionam. Ele sugere que há padrões de interação entre os diversos grupos, o que gera uma situação de equilíbrio e interdependência entre esses grupos. A sociedade é composta por grupos diversos e heterogêneos que compartilham padrões de interação, rompendo com a ideia de culturas homogêneas internamente. Nesta, há um amplo campo de interdependência no qual os indivíduos de diferentes grupos culturais têm normas padronizadas de interação e comportamento, ou seja, europeus brancos e nativos africanos interagem segundo diversos laços, interesses e segundo diversas normas de manutenção das próprias relações, que não excluem nem o conflito nem a colaboração latente nesta interação.

Para João Pacheco de Oliveira, a ideia de campo de Gluckman contribui para “dessubstancializar” a análise social, e sua contribuição metodológica está em colocar a sociedade e o próprio fenômeno do contato interétnico/interracial como fenômenos históricos, e que devem ser entendidos e analisados enquanto processos históricos. De certo modo, diz Oliveira (1987), Gluckman contribui para inaugurar uma antropologia processualista, tomando dados históricos e documentais para pensar processos sociais.

Aqui, creio ser relevante contextualizar brevemente o trabalho de Max Gluckman em relação ao campo antropológico. O autor é oriundo da escola Funcionalista-estrutural, de Oxford, mas acaba fundando a escola de Manchester, a qual teve como principal preocupação desenvolver instrumentos metodológicos para um estudo mais adequado das ditas “sociedades contemporâneas”, que se colocam como “sociedades complexas”, não mais “sociedades isoladas”, homogêneas, entendidas como totalidades ou microcosmos de si mesmas. Esta escola, composta por autores discípulos de Gluckman, está preocupada em pesquisar justamente a “mudança social”, e para tanto passa a desenvolver diferentes metodologias e adequações a um novo campo que se apresentava para a antropologia, não só em razão de diferentes dinâmicas verificadas entre agrupamentos urbanos, mas principalmente com a crise e fim de diversas colônias europeias no continente africano, que motivaram antropólogos a redirecionar as pesquisas e a pensar antropológicamente a transformação da sociedade. O funcionalismo-estrutural, muito influenciado por Émile Durkheim, se dedicava a pesquisar a manutenção da sociedade, questionava o que mantinha a “ordem” nas sociedades. Já este novo período, quando nasce a escola de Manchester, os antropólogos estão mais dedicados a pesquisar a transformação da sociedade, calcados em uma leitura mais próxima de Max Weber, formando uma corrente de pensamento influenciada pela “teoria da ação”. Conforme Feldman-Bianco (1987), a teoria da ação passa a valorizar mais as estratégias adotadas pelos indivíduos, por atores sociais, com intencionalidades que fogem aos papéis sociais prescritos pela estrutura. Segundo a autora, Raymond Firth faz uma importante distinção entre estrutura social e organização social, fundamental para entender melhor como se estabelece a teoria da ação:

[...] são dois aspectos complementares da ação social que correspondem, respectivamente, à forma e ao processo na vida social. A estrutura social envolve o desempenho de papéis e proporciona o contexto para a ação. A organização social equivale à atividade ordenada, que inclui tanto os papéis sociais quanto as atividades decisivas mais espontâneas que não seguem simplesmente o desempenho de papéis. (FELDMAN-BIANCO, 1987, p. 22.)

Esta perspectiva tentava conciliar uma análise das formas e estruturas sociais com as atividades dos indivíduos enquanto atores, que operam esta estrutura social. Com efeito, unidades básicas de análise como “função social”, “valores morais”, “morfologia social”, “equilíbrio social”, “padrão social”, foram dando lugar a unidades como “atores sociais”, “grupos sociais”, “eventos”, “redes”, “manipulações”, “estratégias”, “conflitos”,



“disputas”, “fluxo”, “campo”, “arena”, “situação” (FELDMAN-BIANCO, 1987). Segundo a autora, as limitações metodológicas desta perspectiva se deram na dificuldade em delimitar campos de análise, não adentrando áreas que seriam atribuição de diferentes disciplinas, ou então na dificuldade em generalizações, em realizar o movimento de pensar as influências do macro sobre o micro. De modo geral, a teoria da ação é uma corrente de pensamento que contribui generosamente com diferentes formas de se pensar a etnografia e o trabalho de campo em situações nas quais a construção metodológica e conceitual é dificultada pelo caráter próprio do objeto de pesquisa, que possui delimitações muitas vezes artificiais ou fluidas.

Para Gluckman, podemos dizer que o próprio objeto de pesquisa da antropologia passa a ser entendido como histórico. Assim, para um estudo da mudança social, é necessário a pesquisa em um dado período de tempo que abrange a problemática estudada. Tentando entender as interdependências existentes entre os grupos a partir de uma ótica que considera a história como processo, considera dados documentais, e considera gente (indivíduos ou grupos), tempo e espaço. Neste sentido a ideia de “campo” ganha importância. Em Gluckman, “campo” seria uma extensão social ou territorial; e as áreas de conduta que o campo envolve mudam à medida que atores entram no processo, ou se retiram. O campo, que circunscreve os limites da observação, depende do processo que se está estudando. Logo, depende do pressuposto teórico que guia a pesquisa, já que as unidades de análise, a priori, não tem limites previamente ou genericamente definidos. A noção de campo, neste caso, tem conotação apenas instrumental e metodológica, não implica em construção teórica conceitual.

Importante ressaltar estas considerações, em razão das análises em diferentes cenários, ou diferentes campos, que pretendo mais adiante neste estudo. Assim como alguns conceitos e noções metodológicas que tomo emprestado de alguns autores que tem seus trabalhos vinculados à anteriormente mencionada “teoria da ação”. Noções estas que serão retomadas ao longo do texto conforme apresento os dados de campo.

Retorno a João Pacheco de Oliveira em sua revisão sobre os obstáculos à teorização das relações interétnicas para discutir mais algumas noções e conceitos elaborados por autores que se empenharam em uma “antropologia do contato”, já que algumas dessas elaborações conceituais acredito serem de grande valia em meu trabalho, assim como o olhar crítico lançado sobre elas pelo referido autor.

Oliveira (1987) destaca, ainda, algumas possibilidades teóricas relativas ao contato interétnico abordando-as numa leitura crítica, como a noção de “situação colonial” de Georges Balandier, “fricção interétnica” de Roberto Cardoso de Oliveira e a noção de “encapsulamento” de Frederick George Bailey. Dessas, interessam para este trabalho algumas considerações de Cardoso de Oliveira e Balandier.

A crítica de João Pacheco de Oliveira sobre a situação colonial de Balandier reside no fato desta se colocar como uma noção demasiadamente genérica e pouco operacional para os estudos da mudança social. Esta noção elaborada por Georges Balandier busca fugir de uma antropologia pragmática/prática/empirista, busca não tratar os fatos como etnologicamente puros, isolados/preservados, e busca não tratar a mudança social como oriunda de processos isolados (inserção na economia monetária, catequização, etc.), ou seja, eles constituem um todo, e no particular impõem algumas orientações aos agentes e processo de transformação.

Balandier valoriza a noção de totalidade, na qual um processo apenas não pode ser responsável pela mudança, ela decorre de um todo mais amplo. Sua ideia de “situação” se assemelha a ideia de “contextualização”, ou pano de fundo histórico. Ele, assim como Gluckman seu contemporâneo, critica Malinowski com relação às limitações da concepção de instituição enquanto forma de atender às necessidades dos grupos, bem como à ideia de que a mudança social se daria entre instituições culturais homólogas. Aqui é importante ressaltar que estes autores (Gluckman e Balandier) estão elaborando seus trabalhos em uma época diferente, posterior a de Malinowski, na qual o cenário em muitos países colonizados tem se transformado rapidamente num processo de descolonização e urbanização (década de 1950 e 1960), tanto no continente africano quanto no americano. Se verifica movimentos migratórios das zonas rurais para as zonas urbanas, o que marca também a preocupação de pesquisas etnográficas de caráter mais urbano, e o esforço de elaboração metodológica citado anteriormente com relação à teoria da ação e os autores da escola de Manchester. Inclusive os termos se modificam, a preocupação com a “mudança cultural” torna-se preocupação com a “mudança social” (FELDMAN-BIANCO, 1987).

Retornando à noção de situação colonial, nas palavras do próprio Balandier, esta seria algo como:

“a dominação imposta por uma minoria estrangeira, ‘racial’ e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o relacionamento entre civilizações heterogêneas: uma civilização de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impondo-se sobre civilizações sem técnicas complexas, de economia atrasada, de ritmo lento e radicalmente ‘não-cristãs’; o caráter antagônico das relações que ocorrem entre as duas sociedades que se explica pelo papel de instrumento a que está condenada a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, de recorrer não somente à ‘força’, mas ainda a um conjunto de pseudojustificações e de comportamentos estereotipados, etc. (BALANDIER, 1963).”

O próprio autor deixa em aberto a descrição, e sugere que cada elemento listado, cada parte, seja entendida dentro de uma totalidade maior, global, que a noção de situação colonial seja entendida de forma sistêmica. É justamente neste ponto que João Pacheco de Oliveira centra sua crítica à noção enquanto válida para uma proposição teórica mais robusta para o campo dos estudos do contato, ou das relações interétnicas. Entretanto, trago esta noção neste capítulo pela sua relevância em alguns momentos do campo que descrevo mais adiante, creio que se encaixa como uma boa referência, apesar dos apontamentos trazidos no texto de Oliveira (1987), não pelo aparente caráter genérico da definição conceitual, mas pelos pressupostos que Balandier está considerando em sua elaboração. Pressupostos tais como considerar que as sociedades colonizadas são frutos de duas histórias diferentes: uma história referente à confluência de diversos povos que se entrecruzavam e se sobrepunham, e uma referente à história própria da colonização e expansão europeia, que imprimiu um choque cultural simbólico e dominador<sup>5</sup>

Sobre a teoria da fricção interétnica, julgo importante citá-la, também, para uma melhor compreensão das escolhas conceituais e metodológicas que estabeleço neste trabalho. A noção de fricção interétnica é fruto de um vasto e importante trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira junto aos processos de estabelecimento de contato com os indígenas no Brasil e sobre a abordagem do Estado brasileiro para com os povos indígenas. João Pacheco de Oliveira decide dividir o conceito em três momentos diferentes, segundo o desenvolvimento da obra de Cardoso de Oliveira sobre este assunto.

---

<sup>5</sup> Pressupostos estes que me parecem corroborados também por Eric Wolf (2005).

São eles: definição da noção; enquadramento sociológico; e problemática da identidade étnica.

Segundo Oliveira (1987), a definição de fricção interétnica é: “situação de contato entre duas populações dialeticamente unificadas através de interesses diametralmente opostos, ainda que interdependentes”. A definição possui conexões com a obra de Balandier, no que concerne à ideia genérica sobre dominação e situação colonial, enquanto um fenômeno global: uma maioria dominada por uma minoria, grupos relacionados entre si em termos de domínio e submissão e que são estruturalmente demonstráveis. A fricção interétnica denota uma continuidade na relação, denota uma continuidade também em termos de conflito, mas não necessariamente produtor do caos, da desordem, da anomia, ou desorganização social. Ou seja, a fricção transmite a ideia de um ato contínuo, com algum grau de conflituosidade, porém não disruptiva, não desagregadora, o que tira o caráter “acidental” do processo de contato, também elimina o pressuposto de que a condição de indígena é passageira (OLIVEIRA, 1987, p.46). Assim, o autor coloca que em Roberto Cardoso de Oliveira a teoria da fricção interétnica, inicialmente, abandona os pressupostos de assimilação, aculturação, ou a ideia de que a “indianidade” fosse momentânea e seria sobreposta por uma “cultura moderna”. Entretanto, “fricção” aponta para uma ideia de conflito temporário, ou um desajuste temporário. Assim, o contato, ou fricção interétnica, é entendido em termos de relações sociais, mas ressaltando o aspecto genérico dos grupos em fricção, considerando-os como organizações sociais, grupos tribais, sociedades tribais, sociedade nacional, sociedade envolvente, populações, etc. E não enquanto unidades culturais ou unidades portadoras de cultura. Seriam dois sistemas sociais em conflituosidade, mas que pelo caráter temporário da fricção, acabariam constituindo um sistema interétnico integrado.

João Pacheco chega a dizer que em textos posteriores, Roberto Cardoso de Oliveira reconhece que seus estudos tratam de como o indígena se integra na sociedade brasileira/nacional, propondo que gradualmente os indígenas abandonariam seus traços culturais conforme fossem integrados, sendo dominados por uma cultura industrial. Assim, segue João Pacheco de Oliveira em sua crítica, a noção de fricção interétnica acaba sendo substituída por uma noção de sistema interétnico, o que implica em problemática semelhante a solução dualista, ou a das três realidades culturais de Malinowski: com indígenas de um lado, a sociedade nacional expansionista de outro e

uma terceira realidade constituída pela dialética das relações entre classes sociais e grupos tribais.

Aqui, João Pacheco de Oliveira (1987) destaca um ponto importante nos estudos realizados por Fredrik Barth (2000), que o diferencia da noção de fricção interétnica de Roberto Cardoso de Oliveira. Em Barth, o esquema analítico permitiria a abertura ao estudo das variações de situações, concebendo casos em que as identidades étnicas conduzem comportamentos e dirigem as relações, e casos em que a etnicidade não dirige os comportamentos dos indivíduos, ou seja, os grupos não necessariamente se organizam em linhas étnicas. Para Barth (2000), o contato interétnico é um fato constitutivo que prescinde a própria organização interna e ao estabelecimento de uma identidade de um grupo étnico. O contato interétnico forja o estabelecimento de uma identidade étnica e propicia a organização interna, logo, a identidade é fruto do contato com a diferença, do contato com o outro. Este contato atualiza valores culturais étnicos, mas que nunca são assumidos automaticamente, compulsoriamente, não são absolutos em cada indivíduo naturalmente, sem que nada aconteça.

Ainda, os conceitos de “frentes de expansão” e “agente intercultural”, também cunhados por Roberto Cardoso de Oliveira (1968), sofrem a crítica de João Pacheco de Oliveira no sentido de não serem compatíveis teoricamente. “Agente intercultural” implicaria em uma inconsistência ao não ser compatível com a noção de “fricção interétnica”, pois se opõe à noção de grupo étnico enquanto produto da interação social. Já “frentes de expansão” seria compatível com a noção de “fricção interétnica” justamente porque significa o processo de extensão das relações capitalistas ao campo brasileiro. E aqui julgo importante esta percepção, pois nesta etnografia trabalho nesta direção, tomando como pressuposto de alguns processos históricos abordados, justamente a ideia de avanço de frentes de expansão e exploração econômica em determinados territórios, porém, assumindo uma linha marxista na leitura de determinados eventos, considerando a desigualdade material entre determinados grupos (que podem ou não se organizarem segundo a clivagem étnica) como fruto da expropriação e esbulho de terras<sup>6</sup>, da dominação e do processo colonial.

Em suma, a crítica de João Pacheco de Oliveira à noção de fricção interétnica é sobre este conceito não dar conta teoricamente dos grupos e indivíduos não-indígenas que

---

<sup>6</sup> Também abordado neste estudo quase como sinônimo de “grilagem de terras”.

estão em contato com os indígenas, já que, diz o autor, não carregam necessariamente isomorfismo ou similaridade estrutural com padrões ou grupos dominantes na dita sociedade nacional ou evolvente (OLIVEIRA, 1987 p. 49). Assim, ele propõe que superemos tais dificuldades buscando conceitos e esquemas analíticos que possam refletir de modo mais adequado a diversidade de situações de contato em termos de: composição interna; escala; interdependência e conflito entre as unidades sociais verificadas. Para tanto, a seguir procuro delinear alguns instrumentos metodológicos e melhor contextualizar estas possibilidades de adequação dos estudos sobre as relações interétnicas.

É com base neste cenário apresentado com relação a algumas considerações importantes sobre os estudos das relações interétnicas que pretendo tecer as análises neste trabalho, tomando a questão étnica (ou racial) como um elemento importante nas relações que observo em campo, e que atua, ou funciona como um (de)marcador social, em diferentes formas nas diferentes situações que são trazidas nesta etnografia, tanto na organização temporária de grupos com interesses determinados, quanto na questão de determinar o uso e reivindicar o direito pelo uso de determinados territórios.

Em outras palavras, este empenho etnográfico se lança na tentativa de elaborar teorizações a partir de conflitos travados em torno do direito de uso e exploração de determinados territórios, bem como do direito a um modo de vida diferente dos padrões dominantes, e que tem a questão étnico-racial como um elemento que ora determina certas relações, ora se constitui enquanto elemento agregador de grupos em conflito, ora enquanto elemento de luta política e resistência, ora enquanto elemento determinante no processo histórico de avanço das relações capitalistas de produção nos territórios sobre quais este estudo se debruça.

## **1.2. Análise Situacional**

Partindo da leitura do ensaio “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, de Max Gluckman, pretendo o desenvolvimento desta etnografia adequando alguns modelos analíticos, conceitos e instrumentos metodológicos cunhados por este autor, já que meu trabalho de campo se divide entre a observação e registro de diferentes

situações sociais em diferentes períodos e em diferentes momentos de um mesmo processo histórico.

Além disso, pretendo um embasamento histórico das relações que marcam o povo Rikbaktsa desde os seus primeiros contatos com as agências coloniais<sup>7</sup>, que ocorrem por intermédio das frentes de expansão capitalista impulsionadas por diferentes ciclos de exploração econômica, e que persistem até o momento da realização desta etnografia, porém, se desenrolando no tempo segundo diferentes formas e sob diferentes arranjos relacionais. São estas relações sociais a que me refiro quando lanço mão da categoria “relações interétnicas”.

Não pretendo aqui sugerir que os Rikbaktsa, ou os canoeiros do rio Juruena, se constituem como um povo, uma cultura, uma sociedade tradicional, um sistema social integrado e fechado em si mesmo, autônomo, e que vem sendo acossado há décadas por uma complexa estrutura colonial com um potencial de crescimento, infiltração e regramento das relações sociais de todos os âmbitos, como se a sociedade Rikbaktsa fosse uma bola de bilhar que eventualmente chocou-se com outra bola de bilhar, chamada de sociedade nacional, numa referência a Wolf (2005). Não se trata aqui, no esforço de reconstrução de um processo histórico que ocorre na região habitada pelos Rikbaktsa, de tentar, conforme bem nos alerta Eric Wolf (2005, p. 42): “buscar réplicas puras do passado pré-capitalista, pré-industrial, nas orlas e nas margens do mundo industrial capitalista”. Nem tampouco, segundo o mesmo autor (idem): “descartar a percepção antropológica segundo a qual a existência humana acarreta a criação de formas culturais que se afirmam na capacidade humana de criar símbolos”. Em outras palavras, o que destaco aqui é um cuidado para o não reducionismo da categoria etnia, ao mesmo tempo não afastar o etnônimo Rikbaktsa das influências coloniais que atuam sobre os povos indígenas e seus símbolos, conforme oportunamente coloca Jean-Loup Ammselle (2017) em suas reflexões sobre a problemática da construção da etnia enquanto afirmação de uma identidade coletiva pós-colonial. A unidade ou possível coesão “interna” de um grupo étnico é consequência de relações de interdependências que se atualizam em um dado contexto histórico e cultural específico. Com efeito, parte importante desta etnografia, e que certamente não será esgotada neste trabalho, é buscar situar justamente

---

<sup>7</sup> Segundo os registros oficiais, por volta da década de 1950.

os conflitos, aproximações e divisões que influenciam diretamente nas situações sociais que observei, oriundas de faccionalismos históricos entre os Rikbaktsa.

O esforço metodológico aqui, se direciona a uma tentativa de reconstrução histórica da territorialidade Rikbaktsa e de uma série de processos que se desenrolam no tempo, em uma nítida expansão colonial que impõe uma situação de dominação sobre tais territórios. A expansão de uma situação de dominação, não se dá sem resistência, e em se tratando do cenário brasileiro no qual tal etnia indígena se insere, também não está livre do regime tutelar e tudo o que envolve estas relações entre povos indígenas e as agências que vieram a se constituir enquanto estado nação do Brasil. Neste sentido, as observações que tento elaborar nos capítulos que seguem estão também referenciadas no pressuposto de que a resistência dos Rikbaktsa é fundamental na condução e determinação deste processo histórico de colonização que acossa seus territórios e seu modo de vida, que se propõe diverso às atividades ditas produtivas pelas forças dominantes capitalistas.

Neste sentido, as situações descritas nos capítulos que seguem são perpassadas a todo momento por movimentos de resistência e colaboração, num processo contraditório de tentativa de sobrevivência à dominação ao mesmo tempo que se busca subvertê-la naqueles meandros em que a dominação encontra gargalos, ou limites para conduzir as relações sociais. Para esta discussão tomo por referência a noção de resistência elaborada por Andrey Ferreira (2006), a partir de uma releitura dos estudos de James Scott, que sistematiza e conceitua diferentes formas de resistência e formas de luta, protesto e ação que não necessariamente intencionam subverter ou superar a dominação. Dentre o importante trabalho de James Scott e a bastante oportuna releitura de Andrey Ferreira, por enquanto, para as análises que tecerei sobre meus trabalhos de campo neste texto, pretendo focar momentaneamente na seguinte categoria de resistência, que creio estar bastante próxima das formas de ação que pude registrar em campo: “o objetivo da resistência camponesa não é diretamente superar ou transformar um sistema de dominação, porém, ao contrário é sobreviver nele – hoje, esta semana, esta estação...” (SCOTT, 1986, apud FERREIRA, 2006). É com este viés que pretendo inicialmente elaborar algumas aproximações com o campo de ação dos Rikbaktsa frente ao processo de licenciamento ambiental em que realizei a etnografia.

Retorno à análise de situação, para melhor detalhar algumas categorias de importância metodológica. Nesta análise situacional, conforme as considerações já trazidas acima, busco neste trabalho evitar pressupostos particularizantes, naturalizadores



e percepções que inviabilizem possíveis enquadramentos teóricos sobre as relações interétnicas, evitando também visões dualistas e substantivistas na abordagem das situações analisadas.

O que pretendo enquanto análise situacional é dar conta de diversos atores relacionados por determinadas ações e eventos. Apreendendo relações abstratas e valores grupais a partir da observação da conduta manifesta nos eventos. É neste sentido que se coloca a ideia de interdependência de Gluckman, ou seja, a descrição das situações ganha densidade, e conduz progressivamente à indicação de padrões de interdependência entre os atores e agências participantes do campo. Conforme coloca Oliveira (1987), com isso a distinção entre descrição e análise vai se tornando artificial.

Também fundamento as elaborações em Gluckman devido a seu esforço para reconstruir um passado Zulu pré-britânico, apontando talvez com um teor funcionalista-estrutural, diferentes formas de equilíbrio entre os Zulus e as outras tribos com as quais se relacionavam, tanto em termos de conflito e dominação, como em termos colaborativos, no sentido de que a configuração regional das relações entre as diferentes tribos resguardava certa continuidade, certo equilíbrio a partir de interdependências que garantiam uma continuidade do sistema integrado. Tal configuração é profundamente transformada com a colonização e estabelecimento dos boêres e britânicos no litoral sul africano. Guardadas as proporções na transposição de tal modelo analítico, é possível pensar a dinâmica de ocupação e deslocamento pelo território Rikbaktsa pré-colonial com vistas a compreender alguns dramas atuais vividos por esta população, já que suas terras indígenas atualmente não abrangem diversos territórios de importância para reprodução de atividades de afirmação simbólico cultural. Não intenciono aqui, todavia, uma análise da mudança social em simplistas “antes e depois” da colonização. Não se trata disso, mas sim de buscar apresentar um cenário de expansão da colonização, e compreender como as populações Rikbaktsa se relacionam com as agências coloniais de maneira a absorver este contato cultural e protagonizar as transformações regionais ocorridas a partir dos eventos que se pretende discutir neste trabalho.

Pensar a ideia de campo na análise situacional, então, implica na delimitação de um cenário onde os eventos ocorrem, ou seja, é possível abordar diferentes contextos em um mesmo campo. Ele é passível de decomposição em diferentes situações sociais. Neste sentido, delimito como campo de ocorrência dos eventos etnografados o processo de licenciamento ambiental naqueles eventos em que os Rikbaktsa tomam parte. Entretanto,

aquilo que estou chamando de reconstrução de um processo histórico de contato e relações interétnicas entre frentes de expansão colonial e os indígenas, se trata de uma elaboração histórica de como foi se desenvolvendo no tempo o cenário regional onde se inserem os territórios reivindicados como de ocupação Rikbaktsa, e que são visados pelas agências coloniais em termos de exploração econômica.

Dentro do campo circunscrito no qual se desenrolam os eventos contemporâneos, os quais compõem o trabalho de campo propriamente dito, busco traçar um conjunto de atores sociais, indivíduos e grupos; caracterizar ações e comportamentos destes atores envolvidos; e delimitar um conjunto de eventos que localizam no tempo uma situação social, ou como propõe João Pacheco de Oliveira (1987), uma situação histórica.

Neste sentido, fazendo esta adaptação de modelos ao campo proposto aqui, a análise situacional se coloca como um conceito que permite abranger a pluralidade de atores envolvidos, resgatando formas de organização, valores, ideologias, apreendendo os padrões concretos de interação existentes entre eles, e destacando as manipulações e estratégias de ação que são colocadas em prática por cada ator. Nos eventos que descrevo a seguir, o desafio se coloca como a tentativa de captar as significações que cada ator atribui aos padrões de interação, bem como o modelo pelo qual eles os codificam e os integram no seu quadro referencial primário. Em outras palavras, como os atores situados nos eventos observados manipulam códigos simbólicos e impõem estratégias de ação ao mesmo tempo que buscam transpor para o seu quadro simbólico cultural os eventos vivenciados e suas nuances. Por exemplo, a formação de grupos de trabalho com membros indígenas e não-indígenas, onde os interesses dos indivíduos do grupo são oriundos de diferentes valores e quadros referenciais. Assim como a forma que cada membro do grupo absorve os eventos vivenciados diverge, mas para a manutenção do grupo, os padrões de interdependência são mantidos com vistas a dar continuidade, num aparente equilíbrio que garante a sobrevivência do grupo frente às situações vividas. A organização de indivíduos em grupos pode variar de um contexto para outro de uma situação para outra, porém, a clivagem étnica se mantém. Ou seja, interesses e referenciais ligados à etnia se mantem em jogo apesar dos diferentes contextos de interação nos quais os indivíduos se colocam.

Equilíbrio em Gluckman resulta de processos históricos que produzem relações de interdependência entre as partes da estrutura social na Zululândia. É resultante não de alguma organização de uma situação, mas sim das relações de interdependência entre

partes diferentes da estrutura social de uma comunidade em um período particular. São relações de interdependência e expectativas que criam linhas e possibilidades de ação e ordenação. Equilíbrio não se trata de sistemas integrados com continuidade no tempo. O que o autor sugere, a partir de sua análise histórica, é que em diferentes momentos do tempo, existem diferentes padrões de interdependência que garantem um equilíbrio no sistema social, e sua preocupação está em verificar quais os rearranjos e ajustamentos que ocorrem para que surjam novos padrões de interdependência, numa verificável mudança no equilíbrio.

Assim, a situação social, em Gluckman, se pode dizer, engloba diferentes categorias: um conjunto de atores sociais, indivíduos ou grupos; ações e comportamentos dos atores; eventos que referenciam a situação social a um dado momento no tempo. Neste sentido, se pode pensar este modelo analítico dando prioridade aos padrões de interdependência. Trazendo para o contexto deste trabalho, a intenção é verificar a existência de diferentes padrões de interdependência entre os atores situados no campo, refletindo sobre as razões de passagem de uma situação a outra, ou de um padrão para outro. É aqui que este conceito contribui e se apresenta como um instrumento para estudar de forma comparativa a mudança social, que certamente é uma proposta que não se esgota nesta etnografia.

Importante também ressaltar que a ideia de interdependência, aqui, não implica em uma relação de simetria entre os atores, ou de reciprocidade. Ou seja, pode permanecer ainda a diferenciação entre os atores quanto a graus de capacidade na condução das situações, ou seja, diferenciações quanto ao poder de cada ator envolvido. Ao mesmo tempo, o estabelecimento do equilíbrio está ligado à intencionalidade manifestada dos atores, conectada aos seus interesses e ideologias. Ou seja, não há neutralidade numa situação social, prevalece os interesses da classe hegemônica, dominante, ou “mais forte” economicamente ou belicamente.

Uma outra dimensão da noção de situação social, cunhada a partir de uma releitura e adequação de João Pacheco de Oliveira (1987) sobre Max Gluckman, é a ideia de situação histórica. Esta, se coloca como uma tentativa de estabelecer os esquemas de distribuição de poder entre os atores sociais. Uma análise situacional que pressupõe o manuseio das situações sociais e da noção de campo, segundo próprio autor, se parecendo de certo modo a análises de conjuntura política. De todo, modo, a abordagem por situações considera as referências históricas para analisar o processo, sem desconsiderar

o entendimento de como os atores participantes interpretam e percebem os eventos registrados.

É a partir da combinação destas noções teóricas e metodológicas dispostas que pretendo discorrer sobre os registros de campo e sobre as análises de processos históricos vivenciados pelos Rikbaktsa.

## 2. OS RIKBAKTA E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA

Para pensar como a territorialidade do povo Rikbaktsa é adentrada e transformada pelas frentes de expansão econômica, proponho uma reflexão sobre seu histórico de contato, a partir da ideia de situação de fronteira, tomando uma leitura de José de Souza Martins (2009). Neste sentido, busco contextualizar o desencontro resultante do choque entre universos culturais simbólicos distintos: as frentes de exploração econômica e os povos indígenas. José de Souza Martins se propõe a discutir o conceito de fronteira a partir de uma pesquisa de 30 anos sobre o rapto de pessoas, sobre os conflitos no campo e a situação social das comunidades camponesas no contexto de ocupação do território amazônico.

Este autor aborda a mediação que o rapto de pessoas recorrente nas fronteiras da “civilização”, que circunscrevem também fronteiras étnicas, cumpre. Como um processo que tanto define uma situação de fronteira, como resulta dela, no sentido de que o rapto de pessoas cumpre com uma função social no cenário de conflito interétnico na Amazônia. Para algumas etnias indígenas trata-se de uma prática de construção da alteridade, seja por intermédio da morte do raptado para consumo<sup>8</sup>, no caso dos Rikbaktsa, seja para a anexação do outro no grupo étnico para fins de crescimento demográfico, como no caso de alguns povos Kayapó (MARTINS, 2009). Já para frentes colonizadoras, não indígenas, o rapto teria funções de escravização, transformação dos indígenas em trabalhadores forçados, ou para fins de extermínio étnico.

Assim, com o intuito de enriquecer o entendimento da problemática da fronteira (não só) enquanto fronteira étnica, de historicidades diversas com tempos que não fluem na mesma direção, como um lugar de conflito e, por consequência, de morte; o rapto, sendo um processo que emerge na situação de fronteira, se configura, também, como um tipo de morte cultural e social (MARTINS, 2009).

---

<sup>8</sup> É sabido que os Rikbaktsa praticavam a antropofagia à época dos primeiros contatos com a dita “sociedade nacional”, conforme amplamente registrado em diários de campo dos missionários jesuítas que os contataram nos anos 1950, e abordado em etnografias posteriores (DORNSTAUER, 1975; MARTINS 2009; ARRUDA; 2019, PACINI, 1999).

Dentre as diversas contribuições que este autor traz, destaco, inicialmente, um segmento específico sobre a situação de fronteira, que traz o sentido de totalidade, de pano de fundo, de um contexto para o conflito interétnico e regional:

[a situação de fronteira] trata-se, pois, de uma situação singular de conflito por meio da qual a totalidade se propõe como referencial que dá sentido não só aos raptos em si mesmos, mas àquilo que eles sugerem e revelam como expressões das modalidades de encontro no desencontro que a fronteira propõe. (MARTINS, 2009, p. 32)

Assim, proponho um entendimento do cenário histórico que trago a seguir nesta monografia, levando em consideração não só a questão da alteridade, mas também as definições culturais do limite do humano pelos diferentes grupos sociais e étnicos que a fronteira põe em conflito (MARTINS, 2009). Construindo um determinado cenário histórico, com determinado contexto geográfico/econômico/social e o tratando como uma situação de fronteira. Para além de uma leitura do contexto enquanto um sistema poliétnico, com suas estratificações, divergências de valores entre contradições e disputas por domínio (BARTH, 2000), creio que é imperativo considerar que tal situação de fronteira é um lugar de morte social/cultural, e de violência extrema, que transcende a questão das fronteiras étnicas e coloca a questão sobre as fronteiras entre o humano e o desumano.

Para abordar os Rikbaktsa neste capítulo, então, recorro às vivências que tive a oportunidade de compartilhar com este povo durante os trabalhos de campo em 2017 e 2019, registradas em meus diários de campo. Além disso, também me valho dos extensos trabalhos etnográficos de Rinaldo Arruda (2019), Aloir Pacini (1999), Adriana Athila (2006) e Paula Pires (2012), que contribuem amplamente para uma reconstrução histórica do contato entre os Rikbaktsa e as frentes de colonização e exploração econômica, bem como do processo de “pacificação” conduzido pelos missionários jesuítas e registrado nos diários de campo do Padre João Evangelista Dornstauder (1975).

Contudo, este trabalho se debruça primordialmente sobre as áreas, ou o território, ocupado e utilizado pelos Rikbaktsa, e que passa a ser fruto de disputa pelas frentes colonizadoras, com vistas a ocupação, controle e exploração econômica dessas terras. Conseqüentemente, tento abordar, com isso, um contexto histórico, uma situação histórica de conflito, de luta pelo uso e ocupação de territórios, tentando mostrar onde e de que maneira os Rikbaktsa habitavam (e habitam), e como um empreendimento tal qual a BR-174 está inserido em uma situação de conflito.

## 2.1. Os Rikbaktsa

Os Rikbaktsa, também conhecidos desde a época dos primeiros contatos, como “canoeiros”, são um povo indígena tido como pertencente ao tronco macro-jê, segundo as etnografias que se dedicam às características morfológicas, linguísticas, de parentesco e organização social. Athila (2006) e Pires (2012), colocam os Rikbaktsa como um povo de características similares aos povos Jê, porém, inseridos em uma região amazônica de histórica ocupação por povos tupi, o que pode ter influenciado algumas de suas características socioculturais. O idioma Rikbaktsa apresenta poucos traços linguísticos semelhantes ao tupi, e segundo o Projeto de Documentação de Línguas Indígenas mantido pelo Museu do Índio, ligado à FUNAI, a língua Rikbaktsa está classificada pela UNESCO como ameaçada de desaparecimento.

Suas aldeias não seguem o padrão comumente observado entre os Jê, com a aldeia sendo uma clareira circular na mata, tendo casa central (casa de guerreiro ou *mykyry*, para os Rikbaktsa) e as casas das famílias na periferia da aldeia. Entretanto, conforme regularmente ocorre nas etnias do tronco Jê, reproduzem o sistema de metades exogâmicas, com residência uxorilocal e patrilinearidade. As duas metades<sup>9</sup> possuem diversos clãs, mas atualmente, as regras de casamento têm se enfraquecido entre os Rikbaktsa, e os clãs não têm se casado com os seus correspondentes na outra metade.

Atualmente, os Rikbaktsa habitam três Terras Indígenas: Erikpatsa, Japuira e Escondido. Sua população total, atualmente, segundo o censo indígena de 2022 elaborado pelo IBGE é de 1635 pessoas. Este total se refere aos indígenas residentes nas três terras indígenas referidas acima. A população por terra indígena é apresentada na Tabela 1.

**Tabela 1 – População dos Rikbaktsa por Terra Indígena.**

TI Erikpatsa	TI Japuira	TI Escondido
1094	461	80 pessoas
Total: 1635		

Fonte: IBGE (2022).

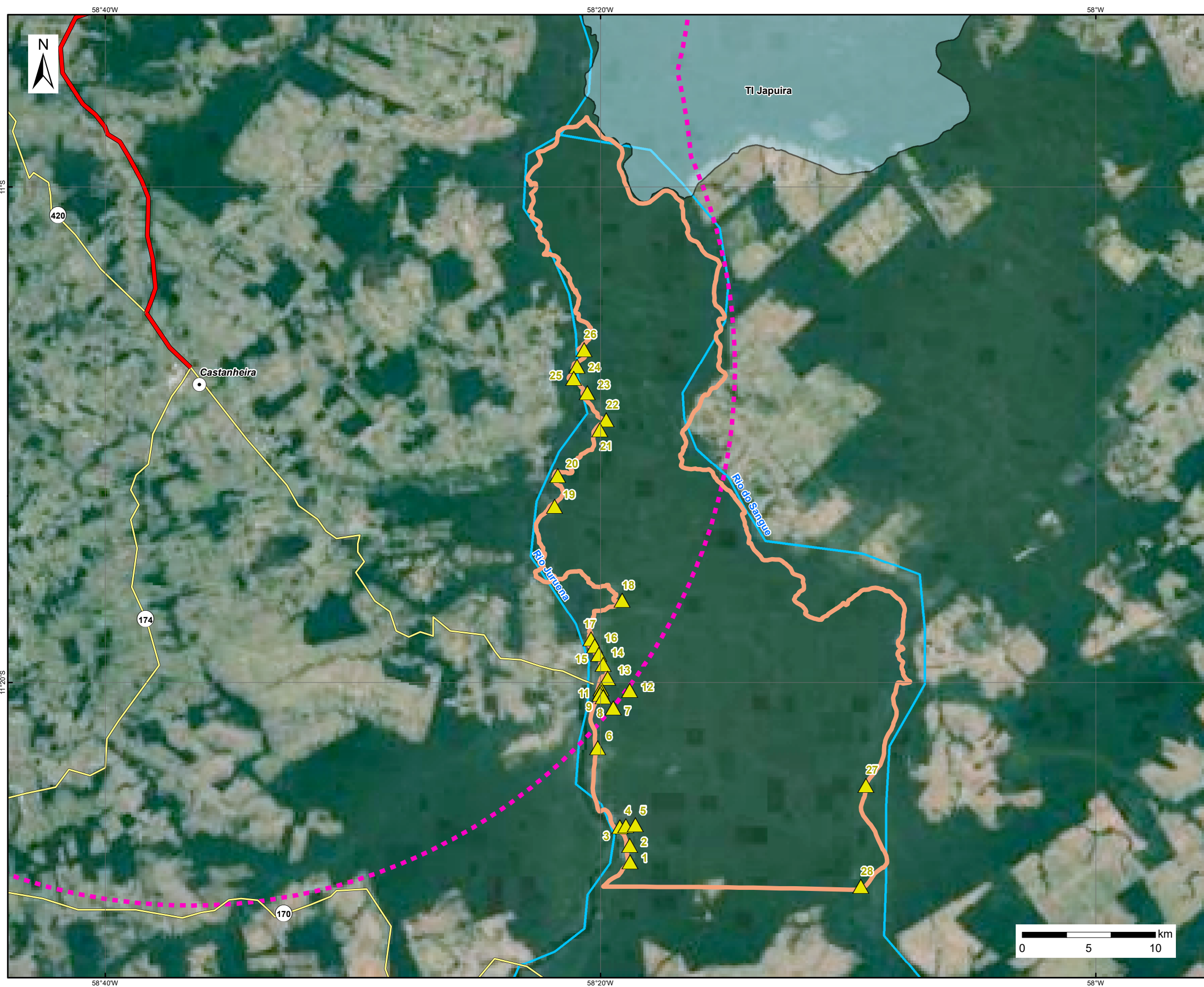
A TI Erikpatsa conta com as seguintes aldeias, conforme a Tabela 2, a seguir. E, abaixo, é apresentada no Mapa 2.

<sup>9</sup> Arara Amarela (*Makwaraktsa*) e a Arara Cabeçuda (*Hazobiktsa*).

**Tabela 2 – Aldeias TI Erikpatsa.**

<b>Bloco 1 ao sul</b>	<b>Bloco 2 mais central</b>	<b>Bloco 3 ao norte</b>
3. Barranco Vermelho	18. Beira-Rio	19. Areia Branca
5. Boa Esperança	6. Cajueiro	20. Bacaval
2. Cabeceirinha	14. Curva	21. Nova
1. Divisa	17. Curvinha	23. Pedra Bonita
28. Escolinha	12. Laranjal	26. Santa Rita
4. Palmeira do Norte	8. Pedregal	24. Seringal I
27. Posto Novo	13. Primavera	25. Seringal II
	7. Primavera do Oeste	22. Velha
	10. Segunda	
	15. Segurança	
	11. União	
	9. Vale da Cachoeira	
	16. Vale do Sol	





Mapa de Localização da TI Erikpatsá.

Contexto Regional:



Legenda:

- Aldeias da TI Erikpatsá
- Sede Municipal
- BR-174/MT (trecho em estudo)
- Principais rodovias
- Terras Indígenas em destaque:**
- TI Erikpatsá
- Buffer de 40 km (PI 60/2015)
- Demais Terras Indígenas
- Hidrografia
- Limites Administrativos:**
- Limite Estadual
- Limite do Estado do Mato Grosso

Informações:

Informações Cartográficas:  
 Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Dados Cartográficos: IBGE  
 Imagem: Google Earth

Elaborado por:  
 Gabriel Cassali e Rodrigo W. Araujo

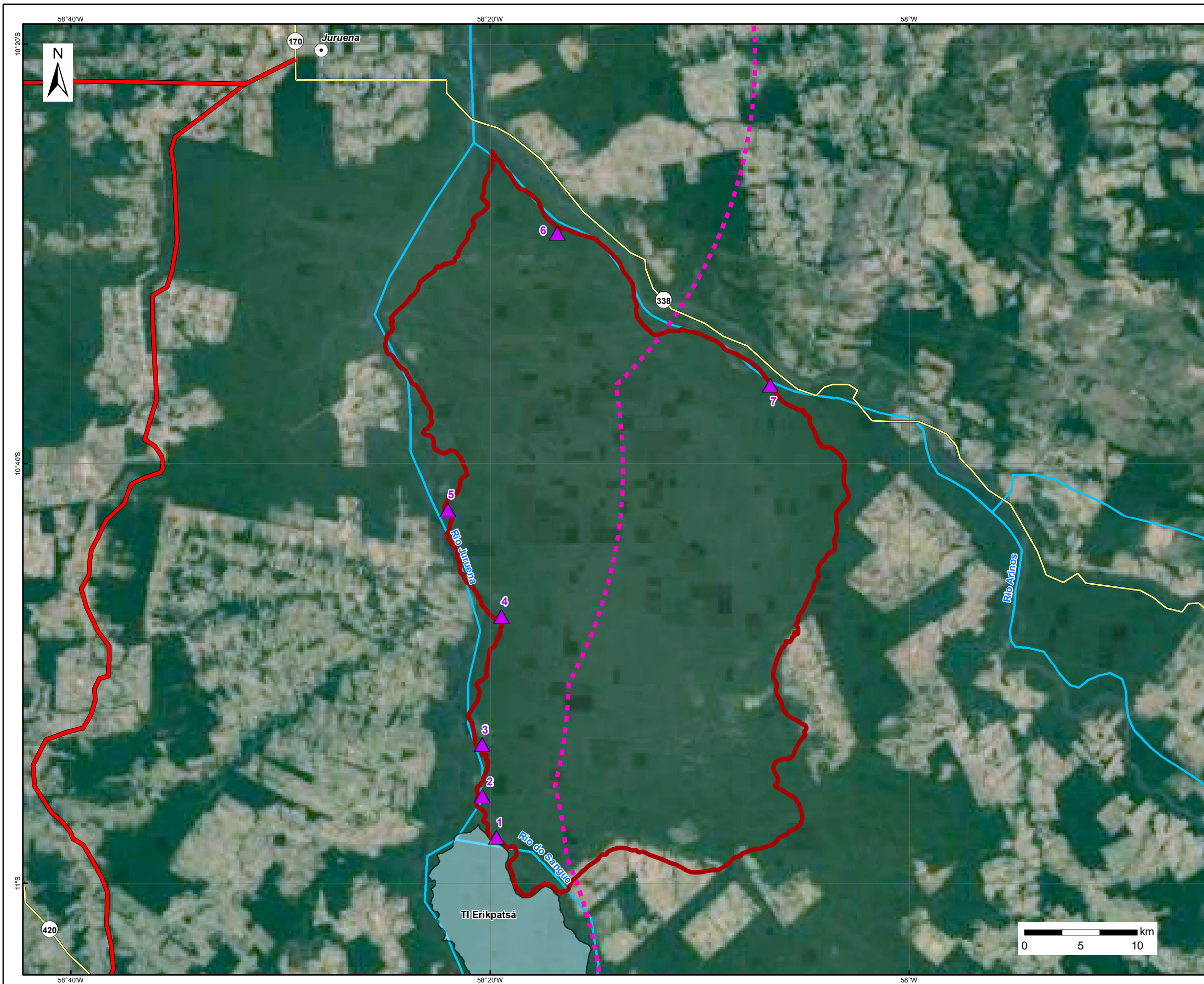
A TI Erikpatsa se localiza no território do município de Brasnorte/MT, apesar de que os Rikbaktsa têm maior relação com a cidade de Juína/MT, pela proximidade com a sede urbana. Conforme abordado a seguir, antes de ser TI Erikpatsa, esta região foi tornada uma reserva indígena em 1968, por decreto presidencial. Este decreto se deu em meio a um processo de aglutinação dos Rikbaktsa em postos de assistência, administrados pelos missionários jesuítas. A formação desta Terra Indígena está ligada a acordos entre os missionários e os seringalistas da região, que foram vendendo algumas fazendas para compor o território dos Rikbaktsa a ser demarcado. A TI foi homologada apenas em 1991, quando então foi renomeada como Erikpatsa, e com uma área de 79.934 hectares.

A TI Japuira foi demarcada em 1985, com 148.450 ha. No entanto, os Rikbaktsa se apropriam da terra apenas em 1986, sem a ajuda do Governo. Os próprios Rikbaktsa expulsaram os invasores das terras. A TI Japuira, contígua ao Norte da TI Erikpatsa, foi homologada em 1991 como território de ocupação tradicional e permanente Rikbaktsa, e sua área é de 152.509 ha.

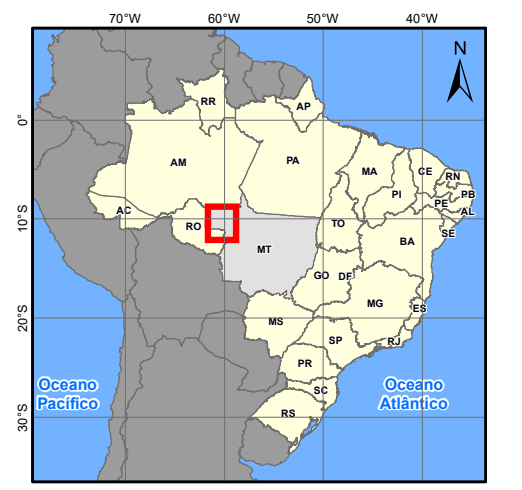
A TI Japuira conta com as seguintes aldeias, conforme a Tabela 3. E é apresentada no Mapa 3, a seguir.

**Tabela 3 – Aldeias TI Japuira.**

Nº	Aldeia
1	Divisa Marcolino
2	Jatobá
3	Pé-de-Mutum
4	Cerejeira
5	Japuira
6	São Vicente
7	Castanhal



**Contexto Regional:**



**Legenda:**

- Aldeias da TI Japuíra
- Sede Municipal
- BR-174/MT (trecho em estudo)
- Principais rodovias
- Terras Indígenas em destaque:**
- TI Japuíra
- Buffer de 40 km (PI 60/2015)
- Demais Terras Indígenas
- Hidrografia
- Limites Administrativos:**
- Limite Estadual
- Limite do Estado do Mato Grosso

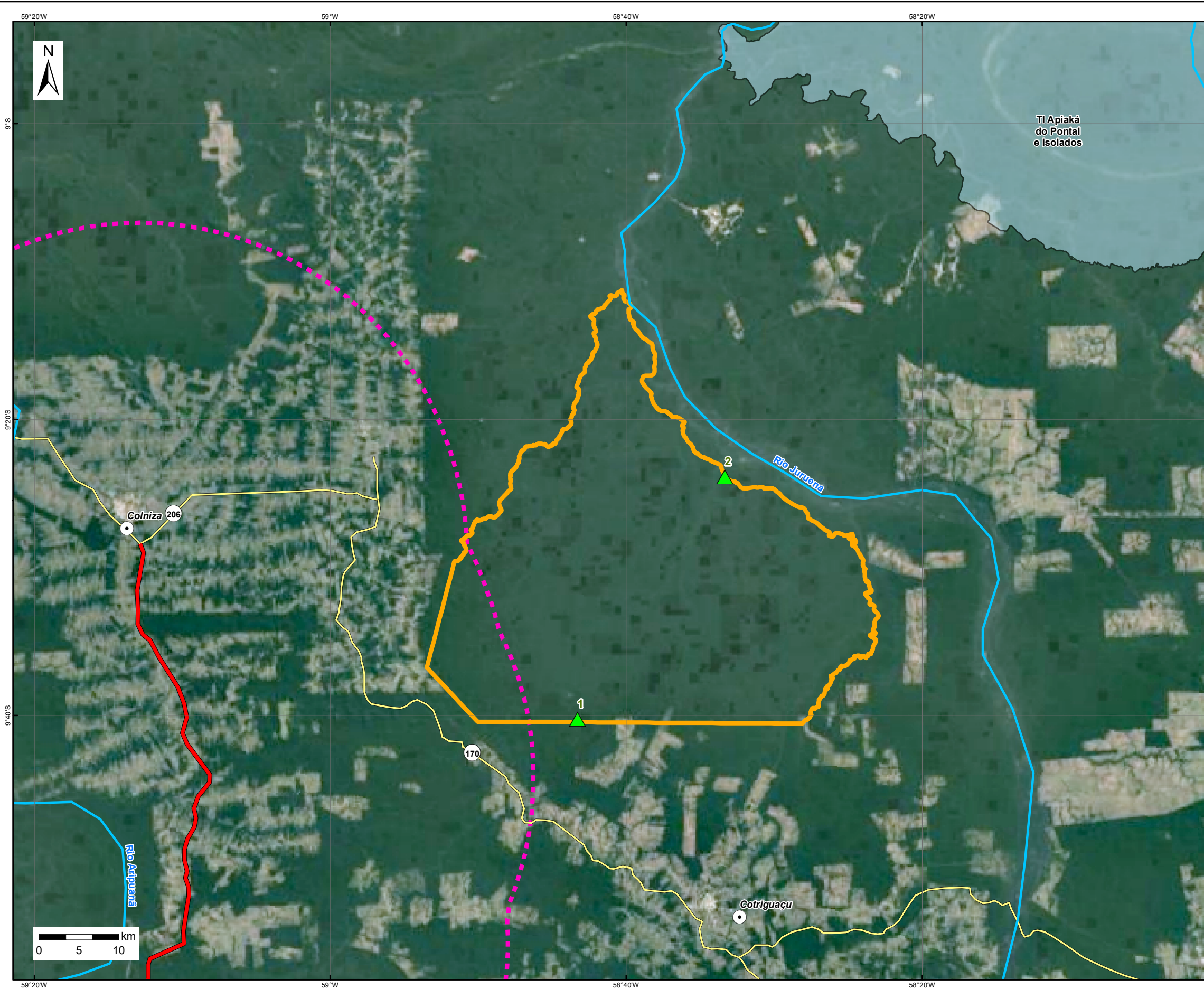
**Informações:**

Informações Cartográficas:  
 Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Dados Cartográficos: IBGE  
 Imagem: Google Earth

Elaborado por:  
 Gabriel Cassali e Rodrigo W. Araujo

**Mapa de Localização da TI Japuíra.**

A TI Escondido conta com as aldeias Babaçuzal (1) e Parajuba (2), conforme é apresentado no Mapa 4, abaixo. Esta foi a última a ser demarcada e homologada, após diversas mobilizações dos Rikbaktsa pelo território. Os grupos Rikbaktsa chegaram a ocupar a região da TI Escondido diversas vezes, tal qual ocorreu na retomada de Japuira, conforme abordo a seguir. No ano de 1996 conseguiram a sua demarcação. A TI Escondido possui uma área de 169.139 hectares, e se situa totalmente dentro dos limites territoriais do município de Cotriguaçu/MT. É a área Rikbaktsa mais ao norte, e na margem esquerda do rio Juruena, ela faz divisa com diversas fazendas de gado e áreas de manejo florestal, além do Assentamento Nova Cotriguaçu.



**Contexto Regional:**



**Legenda:**

- ▲ Aldeias da TI Escondido
- Sede Municipal
- ~ Hidrografia
- ▬ BR-174/MT (trecho em estudo)
- ▬ Principais rodovias
- Buffer de 40 km (PI 60/2015)
- Terras Indígenas em destaque:**
- TI Escondido
- Demais Terras Indígenas
- Limites Administrativos:**
- Limite Estadual
- Limite do Estado do Mato Grosso

**Informações:**

Informações Cartográficas:  
 Sistema de Coordenadas Geográficas  
 Datum: SIRGAS 2000  
 Dados Cartográficos: IBGE  
 Imagem: Google Earth

Elaborado por:  
 Gabriel Cassali e Rodrigo W. Araujo

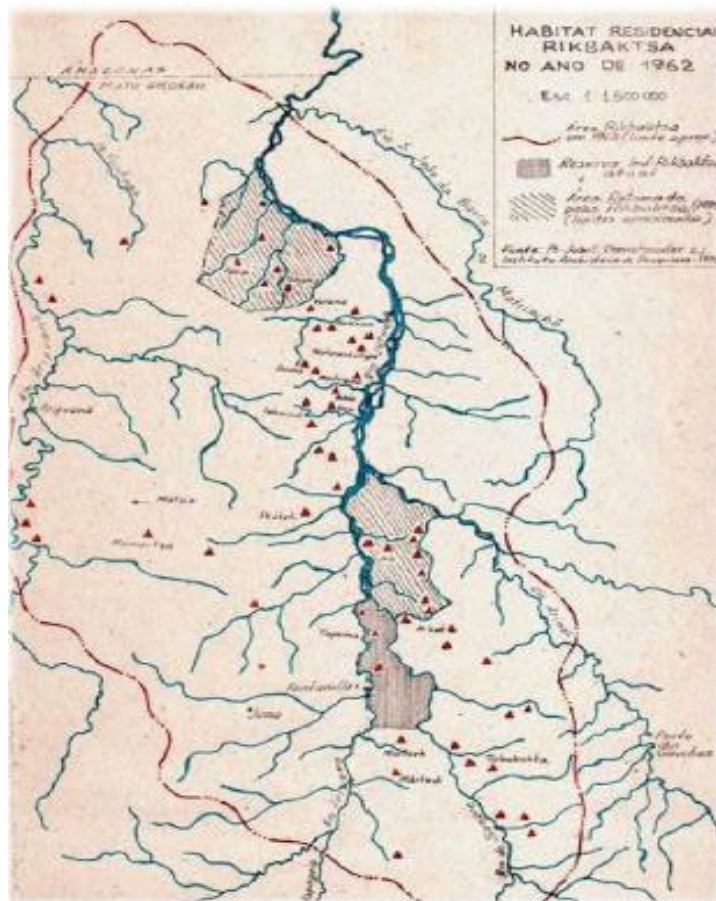
**Mapa de Localização da TI Escondido.**

Historicamente, os Rikbaktsa habitavam uma região muito mais ampla do que o atual território conformado nas suas três terras indígenas. Conforme corroborado por Arruda (2019, p. 103):

seu território tradicional espalhava-se pela bacia do rio Juruena, desde a barra do rio Papagaio ao sul até quase o Salto Augusto no alto Tapajós, ao norte; a oeste expandia-se em direção ao rio Aripuanã e a leste até o rio Arinos, na altura do rio dos Peixes, configurando uma região de cerca de 50.000 quilômetros quadrados.

A Figura 1, abaixo, ilustra o vale do rio Juruena e o território habitado pelos Rikbaktsa antes de serem transferidos compulsoriamente de seus *Wahoro* (também chamado pelas etnografias de “malocas”), e posteriormente confinados em aldeias dentro de uma Terra Indígena delimitada.

**Figura 1 – Território Rikbaktsa à época dos primeiros contatos.**



Fonte: Missão Anchieta (1962).

A área de aproximadamente 50.000 quilômetros quadrados (ARRUDA, 2019) se estende a muito além das Terras Indígenas hoje reconhecidas como tradicionalmente habitadas por estes indígenas. Toda esta região era também habitada por outras etnias que

conviviam com o povo Rikbaktsa, seja mantendo relações bélicas, rituais, seja mantendo uma simples coexistência no mesmo espaço geográfico, se utilizando dos recursos naturais daquela área. O próprio município de Cotriguaçu era uma região, também, habitada e manejada por grupos Rikbaktsa, por grupos Apiaká e pelos Cinta-Larga (ARRUDA, et al., 2019).

Os Rikbaktsa se limitavam a oeste pelo rio Aripuanã e pelo território dos indígenas da etnia Cinta Larga, que eram seus inimigos históricos. Entretanto, segundo relatos dos próprios indígenas ao longo do trabalho de campo, os Rikbaktsa mantinham malocas próximas a região do município de Aripuanã, área que, também de acordo com seus relatos, percorriam anualmente para realizar a coleta de hastes para elaboração de suas flechas, pois a matéria prima destes artefatos não é encontrada na região próxima às margens do rio Juruena, nem dentro das áreas hoje demarcadas como suas Terras Indígenas. Informação corroborada por Schultz (1964, p. 213):

Durante o verão, de maio a fim de agosto, os índios Erigpagtsá costumam ausentar-se de suas malocas, marchando através da selva para os altos rios, em busca de hastes para flechas. As malocas, então, estão virtualmente desabitadas, restando apenas alguns índios, que por motivo de doença não podem participar da grande excursão anual. (sic)

É possível afirmar que a BR-174 atravessou o meio da territorialidade tradicional do povo Rikbaktsa. Arruda (2019), corrobora com a informação de que os Rikbaktsa percorriam a região entre os rios Juruena e Aripuanã, “da barra do Arinos para baixo, ocupavam as duas margens. Percorriam regularmente o município de Aripuanã, mantendo aldeias entre este rio e o Juruena”. Em vista disso, é natural que os Rikbaktsa ainda percorram seu antigo território tradicional em busca de recursos que também são tradicionais em seu modo de vida.

Este território atualmente está ocupado por diversos municípios da sociedade nacional, fazendas, e outros empreendimentos, e é atravessado pela BR-174. Segundo os relatos de alguns indígenas, a cidade de Juína também está situada no território de uma antiga “aldeia Rikbaktsa”. Esta informação não é improvável, visto que a região entre rios Juruena e Aripuanã era habitada e manejada pelos Rikbaktsa, conforme apresentado, também, na figura acima, elaborada pelos missionários da MIA.

A distribuição espacial dos Rikbaktsa, ao norte, chegava até a região do Salto Augusto, uma cachoeira situada quase no rio Tapajós, próxima da fronteira do estado de Mato Grosso com o estado do Amazonas. O Salto Augusto fica a jusante da Terra

Indígena Escondido, e aparece em relatos dos próprios indígenas Rikbaktsa como sendo o limite que consideram entre o “alto Juruena” (a montante do Salto Augusto) e o “baixo Juruena” (a jusante do Salto Augusto), conforme corroborado por Schultz (1964):

Sob o nome de “alto Juruena” compreende-se o trecho rio acima, desde o “Salto Augusto”. Rio do Sangue e Arinos são seus dois únicos afluentes importantes.

Entretanto, segundo relatos dos próprios Rikbaktsa, os mais antigos circulavam além do Salto Augusto: “chegando até rios largos, em que não se enxergava a outra margem, e enfrentando índios bravos”. Já pelo lado leste, os Rikbaktsa tinham seu território limitado pela bacia do Arinos e pelos indígenas Apiacá e Kayabí, que até hoje vivem nesta região. Ao Sul, a barra do rio Papagaio era o ponto mais distante que relatam ter circulado, justamente na região onde se estabeleceu a Missão Anchieta, no internato de Utiariti.

Atualmente, a territorialidade deste povo está bastante modificada, se adaptando aos municípios que foram se estabelecendo na região, e que ainda estão em constante crescimento. Os Rikbaktsa foram transformando as relações que estabelecem com o entorno das suas Terras Indígenas e, mesmo com o interior das Terras Indígenas, que suscitaram um padrão de ocupação e uso que em muito se diferencia das suas relações tradicionais com o território, com os rios e com as matas. As três Terras Indígenas Rikbaktsa, atualmente, se estabelecem enquanto três “ilhas” de vegetação em meio a um mosaico de fazendas, lotes, municípios e empreendimentos. O avanço da agropecuária, da pesca turística, da mineração e da colonização da região pelo Estado, por intermédio da construção de estradas, representa uma ameaça direta aos seus territórios.

## **2.2. O Histórico de Contato**

O histórico de contato entre os Rikbaktsa e as frentes de expansão colonizadora e de exploração econômica remonta a alguns processos econômicos em curso no Brasil no final da década de 1930 e início da década de 1940, com o início do terceiro ciclo da exploração de borracha na Amazônia. Este período também é marcado pela eclosão da



segunda guerra mundial<sup>10</sup>, acontecimento que contribuiu para um aumento da demanda por borracha, aumentando a exploração da seringa para exportação, no Brasil.

Historicamente, a territorialidade dos Rikbaktsa<sup>11</sup> foi afetada por dois principais processos migratórios advindos de políticas nacionais de desenvolvimento econômico. Tais políticas tinham por objetivo, além de ocupar áreas tidas como vazios demográficos, levar infraestrutura mínima para que a colonização e a exploração econômica pudessem se estabelecer.

O primeiro processo migratório consistiu nas incursões na região, pela Comissão Construtora da Linha Telegráfica Estratégica de Mato Grosso ao Amazonas, dirigida pelo Coronel Cândido Mariano Rondon, que explorou a região com o intuito de levar linhas telegráficas para o interior do Brasil, traçando comunicação entre as cidades de Cuiabá, Manaus e Santo Antônio do Madeira (atual Porto Velho). Estas expedições não se limitavam a uma obra pública de interesse governamental, carregavam consigo o objetivo de “civilizar” os indígenas, segundo a filosofia positivista, que embasava o trabalho do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN à época. “Civilizar” ou catequizar os indígenas consistia em transformá-los em trabalhadores rurais, integrá-los às populações camponesas, num contexto de peonagem (MARTINS, 2009). O próprio SPILTN inaugurou, à época, internatos, que eram locais para abrigar os indígenas, ensinar-lhes a língua portuguesa e “integrá-los à sociedade nacional como cidadãos brasileiros” (ARRUDA, 2019).

Por volta da década de 1930, as estações telegráficas deixam de integrar o escopo das obras com teor desenvolvimentista para o Estado brasileiro. Concomitantemente, o SPILTN vai diminuindo suas incursões entre os indígenas e abandona alguns internatos. Com efeito, as missões de ordens cristãs, como Salesianos, Franciscanos, Luteranos, Protestantes e Católicos Jesuítas vão ganhando terreno nas incursões para contatar os indígenas, bem como catequizá-los, reativando os internatos deixados pelo SPILTN. É neste período, entre 1930 e 1940, que se inicia o segundo grande movimento migratório

---

<sup>10</sup> Evento que contribuiu para a emigração de diversos membros da congregação católica das regiões da Alemanha e Áustria, e muitos cidadãos alemães para a região sul do Brasil. Imigrantes que, nas décadas seguintes, também estariam em projetos colonizadores do interior da Amazônia, no noroeste Mato-grossense. Dentre estes, muitos eram missionários jesuítas que vieram a contribuir para o estabelecimento da MIA e da Prelazia Diamantino em Mato Grosso.

<sup>11</sup> Não só dos Rikbaktsa, mas de diversas outras etnias indígenas estabelecidas na região, tais como: Parecis, Nambikwara, Cinta Larga, Enawenê-Nawê, Iranche, Tapanhuma, Kayabi, Xavante, dentre tantas outras.

que leva grandes contingentes de pessoas para o noroeste mato-grossense em busca da exploração da seringa, os ditos “soldados da borracha”.

Segundo Arruda (2019), a atividade seringalista durante a década de 1940, atingia de forma sistemática as bacias hidrográficas dos rios Juruena, Aripuanã, Arinos e do Sangue, que conformam uma região de ampla circulação dos grupos Rikbaktsa, além dos Cinta Larga e Kayabí. A exploração dessas bacias hidrográficas pelos seringueiros, combinada a um massivo fluxo migratório, se chocou brutalmente com os povos indígenas da região, forçando alguns grupos a migrarem e se fixarem em outras áreas, o que propiciou encontros entre povos inimigos, como é o caso dos Rikbaktsa, que travavam lutas contra os Cinta Larga e os Kayabí. Conforme explica Arruda (2019):

Atingindo os territórios de grupos tribais antes só marginal e esporadicamente alcançados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As escaramuças genocidas e a difusão de doenças letais para os povos indígenas, além de promover sua crescente depopulação, tiveram o dom de acentuar os conflitos inter-tribais, alguns preexistentes, à medida que as crescentes invasões tendiam a deslocar os grupos de seus próprios territórios para os territórios de outros.

Este cenário de guerra, tanto entre colonizadores e seringueiros quanto entre os indígenas, resultou em enfraquecimento de alguns grupos, seja pelas mortes em conflito, seja pelas doenças contraídas em contato com as frentes de expansão. Neste contexto, o rapto de crianças e mulheres era comum, já que muitas vezes os seringueiros encontravam aldeias ou acampamentos dos indígenas com apenas mulheres e crianças presentes, numa situação em que os homens estavam caçando, pescando, ou já haviam sido abatidos por algum encontro com pistoleiros na região, conforme mostram os diários de Dornstauder (1975) e a etnografia de Pacini (1999).

Neste contexto, em 1947, então, a Missão Prelazia de Diamantino, encampou o internato de Utiariti, e estabeleceu a Missão Anchieta como responsável, para buscar o contato com os indígenas da região, catequizá-los, numa nítida missão “civilizatória”. Utiariti se localiza às margens do rio Papagaio, a cerca de 300 quilômetros (por rio) ao sul da atual Terra Indígena Erikpatsa. O internato tinha a pretensão de ser autossuficiente economicamente, provendo seus habitantes e quem mais chegasse até lá com necessidades de atendimento de saúde, com toda a assistência possível (PACINI, 1999).

Conforme Pacini (1999) aborda em sua pesquisa etnográfica, o internato contava com irmãos e irmãs jesuítas, imigrantes alemães, austríacos, crianças e adolescentes das etnias Pareci, Nambikwara, Iranxe, Apiaká, Kayabí, Cinta Larga, Xavante, filhos de

seringueiros locais e, mais tarde, por volta dos anos 1950 e 1960, com crianças e jovens Rikbaktsa. Todos eles retirados de suas aldeias ou “malocas”, tirados do convívio de suas famílias, e levados à força pelos missionários para internatos como Utiariti. Muitos, é claro, eram encontrados na selva, ou em aldeias recentemente massacradas por pistoleiros e seringueiros locais, sendo os únicos sobreviventes de seus grupos. Muitos casos, também, em que os indígenas procuravam os internatos, sabendo que lá teriam algum tipo de atendimento para dar conta de sua situação de saúde, em avançados graus de contaminação por sarampo e outras enfermidades.

Entretanto, apesar de se propor autossuficiente, Utiariti não conseguia atender à demanda de alimentação para o grande contingente que frequentava e habitava o internato na região. Era constantemente abastecida pelo projeto “Aliança pelo Progresso”, pela CONOMALI<sup>12</sup> e pela Prelazia Diamantino (PACINI, 1999). Neste ambiente, os indígenas eram ensinados sobre atividades mecânicas, marcenaria, apicultura<sup>13</sup>, criação de gado, corte e costura, dentre as atividades de manutenção das hortas. Tais atividades, contudo, segundo os relatos dos Rikbaktsa que obtive em campo, eram obrigatórias, e deviam servir para o desenvolvimento do próprio internato. Os relatos de diversos Rikbaktsa da geração que passou por Utiariti eram de muita mágoa em relação ao período que estiveram no internato. Segundo suas memórias, os trabalhos na roça e na pecuária eram forçados, obrigatórios, o uso da língua materna era proibido, e o aprendizado do português e das lições cristãs obrigatório nas classes. A disciplina no internato era rígida, e os indígenas estavam sujeitos a punição por qualquer descumprimento disciplinar, tal como atraso em alguma tarefa, ou se negar a trabalhar na roça ou no trato dos animais. As punições eram diversas, mas no geral os castigos incluíam uso da violência e força física, relatos que são corroborados por Athila (2006).

Apenas para melhor situar os acontecimentos, cabe uma brevíssima reconstituição da história do município de Diamantino, onde se situava a Missão Prelazia<sup>14</sup> de Diamantino. E para uma melhor contextualização de sua influência no contato com os

---

<sup>12</sup> Companhia Colonizadora do Noroeste Mato-grossense S.A.

<sup>13</sup> Alguns Rikbaktsa levados para Utiariti, conforme abordo mais adiante nesta monografia, até o presente momento, ainda mantem o cultivo de abelhas em suas aldeias.

<sup>14</sup> Prelazia, no que se refere à igreja católica e suas divisões administrativas e hierárquicas, nada mais é do que de uma diocese em formação, vinculada a uma congregação ou ordem religiosa. A diocese nada mais é do que uma forma de organizar territorialmente a influência de tal ordem ou congregação religiosa sob a administração de um bispo. A arquidiocese é o conjunto administrativo que reúne as dioceses, sendo representada administrativamente pelo arcebispo.

Rikbaktsa, cabe uma pequena retomada na sucessão de eventos que culmina no estabelecimento da MIA em Utiariti, segundo a documentação levantada por Pacini (1999). Diamantino se tornou município por meio de decreto da coroa portuguesa, ainda no Brasil colônia, no século 18. O município levou tal nome pela mineração de diamantes e ouro à época. No século 19 (já após a expulsão dos jesuítas do Brasil, por meio de decreto do Marquês de Pombal), a mineração perde força na região de Diamantino, causando emigrações da região. Em 1930 Diamantino se torna Prelazia, e por volta de 1934, os missionários indigenistas passam a chegar na região, também os jesuítas, novamente autorizados a atuar no país. Estes, tinham a missão de ampliar a prelazia de Diamantino, tornando-a uma Diocese, a Missão Diamantino. O trabalho dos jesuítas na região não era outro se não a catequização dos indígenas, com a justificativa de levar humanidade e civilidade à região, pacificando os indígenas e os protegendo dos contatos com as frentes de seringueiros e outros avanços da sociedade nacional em busca da exploração econômica. A Missão Diamantino, então, ganha uma “filial”, uma extensão de sua escola, a 430 quilômetros de Diamantino, na direção oeste de Mato Grosso, o internato de Utiariti. Novamente, com a justificativa de tentar chegar aos indígenas antes das frentes de exploração econômica (na época, a empresa seringalista), os missionários, mobilizados por Padre João Evangelista Dornstauder, iniciam expedições para buscar contato com os Rikbaktsa.

Assim, o primeiro contato, dito pacífico, com os Rikbaktsa, segundo a MIA, foi em julho de 1957, por intermédio das “missões volantes”, empreendidas pelo Padre João Evangelista Dornstauder, conforme mostram os extensos trabalhos de pesquisa documental e etnográfica de Arruda (2019) e Pacini (1999), corroborados por Athila (2006) em sua etnografia. A “pacificação” dos Rikbaktsa, empreendida e encabeçada pelo Padre Dornstauder, tem início em julho de 1957 e dura até 1962, somando mais de 90 expedições e incursões na selva nas áreas habitadas pelos Rikbaktsa (PACINI, 1999). Dornstauder buscava, também, “pacificar” os Seringueiros, lhes ensinando formas de lidar com os indígenas que encontrassem na selva, lhes assegurando de que era possível estabelecer um contato pacífico. Suas metodologias eram basicamente as mesmas utilizadas pelos sertanistas do SPILTN, com algumas atualizações.

Neste processo de contato e “pacificação”, muitos percalços eram enfrentados. A fama de canibalismo/antropofagia praticado pelos Rikbaktsa, como mostram os diários de campo do Padre Dornstauder (1975 apud PACINI 1999, p 63), também citada na

leitura de José de Souza Martins sobre o rapto de pessoas (1999), reforçava o estereótipo de “selvageria” por parte dos Rikbaktsa, o que atiçava os ânimos violentos entre os seringueiros, ao mesmo tempo, o temor de topar com grupos Rikbaktsa pela selva. Além disso, havia conflitos interétnicos entre os indígenas e entre grupos Rikbaktsa rivais, que habitavam diferentes regiões. Conforme Arruda (2019), alguns grupos fixados próximos às nascentes de córregos, longe dos rios largos como Juruena, do Sangue e Arinos, e outros grupos mais às margens dos rios maiores, que eram os grupos contatados pelos missionários.

Em entrevista com Paulo<sup>15</sup>, um idoso Rikbaktsa com quem tive a oportunidade de conversar tal como se estivéssemos num rodeio no mykyry<sup>16</sup>, os Rikbaktsa se exercitavam, dormiam pouco, praticavam arco e flecha e treinavam durante a maior parte do dia para os encontros conflituosos, tanto com outras etnias indígenas, como seringueiros e colonizadores que porventura estivessem perambulando por seus territórios. Procedimento também corroborado pelo trabalho de Moura e Silva (1975). Segundo as palavras de Paulo, traduzidas por Jair:

Ele tá dizendo que nós éramos muita gente, ele tá dizendo que tinha outra etnia também, né. Nosso povo acabou com ele. Nosso povo é considerado como guerreiro né. Nosso povo acabou com etnia na região. Não sobrou ninguém. Ele tá dizendo que de primeira nosso pessoal não ficava velho, assim, parece que era tudo jovem, se você olhava assim, às vezes tinha 60, 70 anos, mas você pensava que ele ainda era jovem ainda. Se você olhar assim, não tinha nem cara de velho. Eles fazia exercício o dia todo, né. Não dormia, não. Uma hora de dormida pra eles já era suficiente, porque eles também tinham medo, né. Medo de os outros matar o nosso povo, né. Ele tá dizendo que nós era bastante gente. Os anciãos contavam que foram pro lado do Pará, conheceram muita coisa, muita coisa. Ele falou que antes disso, morreu muitos nosso parente, aí depois que começou o contato (sic). (Entrevista com Paulo Rikbaktsa, aldeia Pé-de-Mutum, tradução de Jair Tsaibata Tse, agosto/2019)

A fala de Paulo revela a constância da luta, uma situação de conflito ininterrupta. Os Rikbaktsa também estavam em batalhas com outros povos indígenas da região, lidando ao mesmo tempo com rivalidades “internas” (o que influenciava nos seus deslocamentos e no estabelecimento das aldeias), e resistindo à guerra com as frentes de

<sup>15</sup> Paulo era um dos mais velhos da aldeia Pé-de-Mutum, conhecedor das plantas medicinais e técnicas de produção de medicamentos. Sua idade era desconhecida, mas sua aparência indicava uma idade avançada, por volta de 80 anos. O que indica uma alta probabilidade de que seu nascimento tenha sido na década de 1930 ou de 1940, antes do contato com missionários e do início do terceiro ciclo da borracha. Paulo era um jovem quando surgem os primeiros registros, na região, sobre uma guerra entre os seringueiros e os Rikbaktsa.

<sup>16</sup> Mykyry seria o equivalente à “casa dos homens”, verificada nas aldeias dos povos Jê, ou do tronco macro-Jê. Também chamada pelos Rikbaktsa de “rodeio”, era um espaço nas aldeias destinado a conversas entre os homens mais velhos e os mais jovens, em que eram ensinadas as histórias, mitos, cantos e onde também tratavam de assuntos concernentes a todo o grupo.

expansão, encabeçadas pelos contingentes de seringueiros e colonizadores. O “contato” citado por Paulo, traduzido por Jair, na verdade se refere ao período já “pós-guerra”, aos anos que vieram após a chamada “pacificação” dos Rikbaktsa, ao período de demarcação das reservas.

De acordo com os relatos dos Rikbaktsa, o processo de “pacificação” é reconhecido como intermediado pelos missionários jesuítas que atuavam na região, com destaque para o Padre Dornstauder, que foi tido pelos Rikbaktsa como um importante cacique que faleceu, mas voltou à vida como não-indígena (PACINI, 1999). Dornstauder foi “absorvido” pela cosmologia Rikbaktsa, ganhando um lugar de prestígio e importância em sua memória.

Conforme os registros e as pesquisas documentais, o processo de “pacificação” dos Rikbaktsa pode ser dividido em duas frentes. O internato da MIA em Utiariti, e os Postos de Assistência Indígena - PAIs. As expedições do Padre Dornstauder normalmente acabavam transportando crianças indígenas para o internato. Contudo, a partir de 1958, com o estabelecimento de contatos pacíficos com grupos Rikbaktsa, alguns PAI são instalados na região em que circulavam. Alguns postos eram aproveitamentos de antigos barracões de seringa, outros eram aproveitamento de antigas aldeias Rikbaktsa<sup>17</sup>. Os PAI acabaram se tornando, de certo modo, “postos avançados” do internato de Utiariti. Para não ter de se deslocar até Utiariti, os Rikbaktsa afetados por muitas enfermidades, assolados pela guerra com os seringueiros e seringalistas da região, passaram a recorrer aos PAIs, em busca de alimento, abrigo e cuidados de saúde. Estes PAIs eram geridos por missionários, e abrigavam outras etnias também, eram espaços de contato interétnico e multiculturais (PIRES, 2012), tendo agentes de Estado, missionários, freiras, indígenas de todas as etnias da região, seringueiros e trabalhadores rurais.

Entre os anos 1950 e 1960, os Rikbaktsa enfrentaram as frentes de contato com missionários jesuítas, missionários luteranos, franciscanos, dentre outras congregações, além de enfrentarem a guerra contra o avanço da exploração seringalista, que era abertamente financiada pelos empresários seringalistas da região. Segundo Arruda

---

<sup>17</sup> Alguns *Wahoro* foram aproveitados como PAI, segundo Athila (2006). *Wahoro* seria a “maloca” onde ficava instalada uma família extensa, o que poderia ser equivalente ao que atualmente se chama aldeia Rikbaktsa.

(2019), “Muitos seringueiros passaram a ser contratados entre detentos trazidos da cadeia de Cuiabá e orientados para matar índios”. E conforme o relato de Dornstauder (1975):

Os Rikbaktsa impuseram-se com a guerrilha. O látex minguou nos canecos nos pontos de conflito direto, até quase paralisação. Com o argumento dos ataques Rikbaktsa, os seringueiros fomentaram o clima de distúrbios, como anarquia de grupos e pessoas, desorganização de serviços por demora de prazos e fugas. A vida tornou-se insuportável, quando os Rikbaktsa atingiram o seringal no melhor da safra. Um surto de rebelião contra os seringalistas se formou até atingir os indícios de uma explosão.

Neste processo ao longo dos anos 1950 e 1960, os jesuítas acabaram atuando para “amortecer” o choque da atividade dos seringueiros na exploração do território Rikbaktsa, que resultou na morte de diversos indígenas, e dos próprios seringueiros. Este processo culminou na fixação dos Rikbaktsa em Postos de Assistência Indígena, onde havia algum atendimento de saúde e missionários implementando a catequização. Alguns destes postos tornaram-se aldeias maiores, o mesmo ocorreu com as antigas feitorias da seringa. Um exemplo é a aldeia Barranco Vermelho na TI Erikpatsa, que antigamente fora um PAI dos missionários.

De acordo com Athila (2006), o que os estudos sobre o histórico de contato com os Rikbaktsa tratam como “pacificação”, se trata de um fenômeno complexo, que foi implementado ao longo de diversas expedições às áreas habitadas pelos Rikbaktsa, perdurando por uma década. Neste período, as trocas, os cuidados, epidemias e o alto nível de mortandade dos indígenas frente a este processo de conciliação, mostram interesses diversos por parte dos “pacificadores”, segundo a autora. Para Athila (2006), o que se verifica é uma busca por catequização geral, numa empreitada proselitista mascarada por uma busca de paz, uma paz necessária, porém, conveniente, pois facilitou a invasão definitiva dos territórios Rikbaktsa pelas frentes de exploração econômica.

A fixação dos Rikbaktsa nos PAIs, transformou para sempre seu modo de ocupação do território e mesmo organização social, que se caracterizava por uma constante circulação pela mata, desde as cabeceiras dos rios até as margens de rios maiores. Além disso, com o tempo, enfrentando muitas epidemias e milícias armadas, os Rikbaktsa passaram a procurar cada vez mais se fixar nos PAIs. Com efeito, os missionários, que incentivavam a concentração dos indígenas em aldeias e áreas menores, conseguem a demarcação da reserva Rikbaktsa em 1968 (área onde se localizava o posto Barranco Vermelho, na atual TI Erikpatsa). Esta reserva teve auxílio dos jesuítas em sua formação, que advém, em parte, da compra de lotes, fazendas e seringais de seringalistas

que queriam se desfazer de suas áreas, visto que a exploração da borracha perdia força ao final dos anos 1960. Áreas de fazendeiros que, na verdade, eram ocupações do território anteriormente utilizado pelos Rikbaktsa.

A constante circulação combinava com uma vida fundamentada na caça, pesca e coleta, com a abertura de roças pequenas próximas às ditas malocas, e realizando mudanças sazonais de lugar. Neste cenário de constante fuga e busca por auxílio prestado pelos missionários dos PAIs, os grupos Rikbaktsa sofreram uma grave depopulação (PIRES, 2012; PACINI, 1999 e ATHILA, 2006).

Deste modo, a fixação nos postos foi uma saída para evitar o extermínio. Em contrapartida o seu modo de vida seria transformado por uma questão de sobrevivência. Nestes locais, que mais tarde, com a gradual retirada dos missionários, transformaram-se em aldeias Rikbaktsa, acabaram tendo que desenvolver roças maiores e a trabalhar com agricultura para dar conta do grande contingente de pessoas que passou a se concentrar nos PAIs. A reserva Rikbaktsa ficou pequena para os grupos que ali passaram a viver. Além disso, tiveram de conter os deslocamentos sazonais pela área, se sedentarizando:

Antigamente, mudavam as aldeias de lugar com frequência. Entretanto, desde a demarcação da área indígena Rikbaktsa em 1968, até 1986, quando começaram a reocupar a área indígena do Japuira, a tendência foi a de ficarem em aldeias fixas e maiores, atraídos pela assistência missionária e forçados pela maior exiguidade do espaço territorial (ARRUDA, 2019).

Em 1969, após mudanças nas linhas de atuação dos missionários, após muitas críticas e acusações à igreja católica, de práticas colonizadoras e de impor trabalhos forçados aos indígenas (PACINI, 1999), foram feitas mudanças na MIA. O internato em Utariti foi fechado, e os missionários espalharam-se pelos povos indígenas da região, que estavam em Utariti (PACINI, 1999). Entretanto, ainda levou anos para que os PAIs, que também foram esvaziados pela MIA<sup>18</sup>, e passassem a se configurar enquanto aldeias Rikbaktsa.

Ao longo dos anos 1970, então, se dá um movimento de concentração dos Rikbaktsa nos PAIs, já sem a mesma presença missionária, mas ainda com os procedimentos de pacificação e aglutinação (PACINI, 1999) dos indígenas. Os grupos mais ao norte, de Japuira e do Posto Escondido (um posto de pacificação que a missão luterana não conseguiu manter e acabou por abandoná-lo) estavam fragilizados pelos

---

<sup>18</sup> Segundo Pires (2012), em 1990 ainda havia jesuítas nas áreas Rikbaktsa.



confrontos e pelos contatos, o que fez os missionários, contando com ajuda dos grupos Rikbaktsa do PAI Barranco Vermelho, atraírem esses indígenas para o sul, e se fixarem em Barranco Vermelho e na que hoje é conhecida como Aldeia Nova. De acordo com Athila (2006), em 1973 houve um grande deslocamento de grupos Rikbaktsa sobreviventes da área do Escondido e do Japuira para a aldeia Nova e Barranco Vermelho. Tal deslocamento teria se dado por insistência dos jesuítas em agrupar os Rikbaktsa, usando a justificativa de que não poderiam prestar assistência, ou auxiliar os grupos do baixo Juruena, no Posto Escondido e no Japuira.

Este processo de concentração dos Rikbaktsa é interpretado por Athila (2006), como uma estratégia de liberação das suas áreas para ocupação pelos colonizadores, fazendeiros, grileiros e seringueiros. Tal estratégia não era apenas de conhecimento dos jesuítas, mas se constituía enquanto um procedimento de atuação junto aos Rikbaktsa, num acordo com os seringalistas locais, trabalhando a favor da colonização, já que seu intuito era a concentração dos indígenas em uma área reduzida, favorecendo a ocupação sistemática do território.

Neste cenário de reagrupamento dos Rikbaktsa em áreas menores, também ocorrem conflitos internos entre as facções. A área reservada para os Rikbaktsa era insuficiente, e tinham de buscar recursos fora do território reservado. Assim, na década de 1980, estes indígenas se mobilizaram e passaram a ocupar a área da atual TI Japuira, que é demarcada em 1985, e homologada em 1986. Esta história de conflito pela terra Japuira é contada por Arruda (1987), no artigo “A Luta por Japuira”, que incluem massacres promovidos pelo Estado, arregimentando milícias, polícia e exército para usar a força contra os indígenas, com a justificativa de estar combatendo a guerrilha. Após meses de ocupação, resistência, e expulsão dos fazendeiros da área, em 1986 a TI Japuira é homologada e registrada em cartório.

A TI Escondido foi demarcada já na década de 1990, homologada em 1998. As TIs Erikpatsa e Japuira são contíguas, já a Escondido fica mais ao norte, do outro lado do rio Juruena, separada das outras TIs por diversas fazendas e propriedades privadas. Apenas em 1991, a reserva Rikbaktsa se tornou TI Erikpatsa, e foi demarcada e homologada conforme o atual território.

É possível pensar o processo histórico de contato e concentração dos Rikbaktsa em postos de assistência, posteriormente em aldeias e por fim Terras Indígenas, como

uma estratégia implementada pelos jesuítas e missionários com o intuito, inicialmente, de interromper as mortes entre os Rikbaktsa. O contato dos missionários teve um primeiro momento de se apresentar como possíveis aliados dos indígenas, utilizando de medicamentos para salvá-los de ferimentos e epidemias. Em seguida, os missionários passam a agrupar as crianças e jovens no internato para catequização, ensino da língua portuguesa e a religião cristã (além de utilizá-las como mão-de-obra para manutenção do próprio internato). Num terceiro momento, passam a se criar PAIs, já que era impossível levar todos os indígenas para o internato Utiariti, e para facilitar seu agrupamento e controle em torno de um local administrado pelos missionários. Por fim, se dá a aquisição de terras e a demarcação da área antigamente habitada pelos Rikbaktsa.

Neste processo, os missionários colaboraram com a colonização e principalmente com os seringalistas da região. Em contrapartida, atuaram para evitar um genocídio ainda mais grave entre os indígenas, contendo uma possível extinção dos Rikbaktsa pelas epidemias e conflitos armados. Athila (2006) coloca que, contudo, os Rikbaktsa já procuravam o contato com os missionários por saberem que estes tinham recursos para lidar com ferimentos e doenças que os seringueiros traziam. Ainda, as etnografias sugerem que os Rikbaktsa já tentavam contato com os seringueiros, mas que foram confundidos com ameaças de ataque, o que acabava em massacre dos indígenas. Contudo, nem todos os contatos com os seringueiros eram conflituosos, com bem registram as etnografias e cadernos de campo da época. O próprio apelido de “Canoeiros” para se referir aos Rikbaktsa é posterior a contatos com os seringueiros. Os Rikbaktsa não costumavam habitar as margens dos grandes rios (como o fazem atualmente), sendo habitantes das nascentes de córregos menores, no interior das matas em regiões mais altas, ou seja, não dominavam a técnica de produzir canoas. Tal necessidade e aprendizado ocorre após contato com os seringueiros, vendo o uso que davam para as cascas de determinadas árvores:

Levando-se em conta que os Rikbaktsa costumavam morar afastados dos cursos dos rios principais, no interior da mata, segundo informações dos próprios índios [...] Não eram, na verdade, “canoeiros”, usavam toscas embarcações de cascas de árvores apenas para atravessar os rios, tendo incorporado o uso de canoas de tronco escavado em época recente, tomando os seringueiros como exemplo. (ARRUDA, 2019)

Tal processo de contato permite algumas leituras de situação, no que concerne às suas consequências históricas. A atuação dos missionários colaborou com a colonização, ao mesmo tempo que deixou alguns legados para os Rikbaktsa no sentido de mobilização

em torno da demarcação de suas terras frente ao poder judiciário. Os processos de demarcação das terras Erikpatsa e Japuira passam pela mediação e tutela dos missionários num primeiro momento, na década de 1960, e depois na década de 1980. Ao mesmo tempo que jesuítas colaboraram para o avanço das frentes de expansão nos territórios Rikbaktsa os agregando em pontos fixos, colaboraram com a mobilização Rikbaktsa em torno da retomada de suas áreas que eram ocupadas anteriormente ao contato. De fato, os grupos que habitavam o posto do Escondido estavam fragilizados pelos garimpeiros e seringueiros em seu território, e buscavam auxílio, porém, estavam a uma distância longa dos PAIs. A aglutinação (PACINI, 1999) de grupos rivais dos Rikbaktsa nos PAIs acabou por evitar um maior número de mortes, e deu condições para posteriormente estes grupos retomarem as áreas antigamente ocupadas. É possível afirmar que as missões estavam tentando resolver um problema criado por elas mesmas, no entanto, cabe a leitura de que estes primeiros contatos com os missionários, a educação escolar recebida no internato, as atividades aprendidas pelos indígenas, de certo modo, contribuíram para que os Rikbaktsa adequassem seu modo de vida a uma nova situação histórica, a de aldeamentos em Terras Indígenas cercadas pelas fazendas no seu entorno.

### 3. A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA

Em termos oficiais, o processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-174 tem início no dia 02 de maio de 2014, quando a então, na época, Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana – SETPU emite a ordem início dos serviços. Esta ordem indica o início, segundo o documento oficiado pela secretaria, da “Elaboração dos Estudos Ambientais, Supervisão e Gerenciamento Ambiental da Rodovia BR-174, Objeto de Termo de Compromisso Assinado entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o DNIT para implantação e Pavimentação dessa Rodovia, no Segmento Castanheira/MT – Colniza/MT, com extensão de 272,2 km” (sic). Ou seja, as obras na rodovia BR-174 ocorrem por meio de um acordo entre governo federal e governo estadual de Mato Grosso, no sentido de que há uma transferência de recursos para que o poder público estadual execute o projeto de engenharia. Esta ordem de serviço emitida pela SETPU no diário oficial do estado de Mato Grosso indica justamente a finalização da contratação de empresa consultora, por meio de licitação pública, para a execução dos referidos serviços destacados no ofício: Estudos Ambientais, Gestão Ambiental e Supervisão de Obras.

Com a realização dos referidos Estudos Ambientais, que são os estudos que avaliam como as obras da rodovia vão impactar a região, e posterior revisão destes estudos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA de Mato Grosso (que é o órgão que concede a licença ambiental), foram detectadas dentre as análises do Estudo Ambiental, algumas indicações de possíveis impactos sobre as terras e povos indígenas da região. As indicações são extraídas precisamente do seguinte parágrafo:

Apesar de abandonada, a BR-174 é considerada estratégica para os estados de Mato Grosso e Rondônia. É por ela que trafegam, dia e noite, faça chuva ou faça sol, tenham ou não atoleiros ou se registrem outras irregularidades decorrentes da mais completa falta de conservação, dezenas de caminhões (automóvel é uma raridade na rodovia) transportando a produção do noroeste mato-grossense para o escoamento pela hidrovía Madeira-Amazonas. Some-se a isso o fato de que a estrada constitui-se na única rota para o transporte de combustível de uma base da Petrobrás existente em Porto Velho (RO) diretamente para a região onde se situam os municípios de Juruena, Aripuanã, Colniza, Castanheira e Cotriguaçu. Estudo Ambiental das Obras de Pavimentação da BR-174/MT Castanheira-Colniza. Setembro/2014, pg. 40 – Ecoplan Engenharia. (sic)

Com efeito, a SEMA encaminhou o Estudo Ambiental para a revisão da FUNAI, que emitiu um ofício em resposta à SEMA (citando o parágrafo acima exarado), no dia 23 de março de 2015. Em tal ofício, a FUNAI indica preocupação com as Terras Indígenas

localizadas no entorno do trecho da rodovia em licenciamento. São as seguintes terras indígenas citadas no ofício da FUNAI: Erikpatsa, Japuira, Escondido e Arara do Rio Branco. Todas elas se situam a menos de 40 quilômetros de distância do eixo da rodovia, o que, segundo a Portaria Interministerial nº 419 de 2011, Anexo II, requer que seja realizado um Estudo do Componente Indígena – ECI, que é o estudo específico para avaliação dos impactos socioambientais que o empreendimento pode causar sobre os *indígenas* e suas *terras*. Neste ofício, ainda, a FUNAI apresenta preocupação com outras duas Terras Indígenas, situadas ao norte e a oeste do trecho da rodovia em licenciamento, porém, fora do *buffer* de 40 km da rodovia. Seguem os parágrafos 4, 5, 6 e 7 do referido ofício:

4. Tendo em vista a informação acima destacada, cabe atenção desta Fundação acerca do previsto aumento de tráfego e acessibilidade na região apontada como trecho Rondônia/Mato Grosso que necessariamente, a partir de análise cartográfica do estudo citado e dados locais fornecidos pela Frente de Proteção Etnoambiental do Madeirinha (FPEAM), passa ao sul da TI Kawahiva do Rio Pardo e ao norte da TI Piripikura, a primeira delimitada e a segunda com decreto de restrição de uso.

5. A Terra Indígena Piripikura sofre grandes impactos com a instalação de pastos e a abertura de estradas que facilitam a movimentação de ocupantes não indígenas e afetam a manutenção de suas atividades econômicas. Essa ocupação acelerada no entorno da terra indígena, já ocasiona um isolamento geográfico da área, fazendo com que fique pressionada por pastagens e suscetíveis a impactos ambientais negativos como queimadas, impedimento de fluxo de fauna, e invasão principalmente de madeireiros. A Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo já sofre há anos com ameaças de madeireiros que atuam na região, a qual em 2010 exibia o maior índice (absoluto e proporcional) de desmatamento ilegal continuado na Amazônia brasileira. Em setembro de 2014 segundo o INPE o município de Colniza ainda ocupa o lugar de um dos municípios que apresenta área de desmate no território superior a 25 km<sup>2</sup>. Colniza, Nova Bandeirantes e Peixoto de Azevedo foram os municípios que mais desmataram no período de agosto de 2012 a julho de 2013, apurados em 2014.

6. Esta região, compreendida pelo extremo noroeste do Mato Grosso, leste de Rondônia e o sul do Amazonas, concentra parte de um locus geográfico conhecido como "arco do desmatamento" e é o ambiente dinâmico de toda sorte de ilegalidades, já alvo de três operações do Departamento de Polícia Federal e IBAMA em 2005 (as operações "Curupira" I e II e "Pardo") e uma da Secretaria de Meio Ambiente do Mato Grosso (a "Operação Pica-Pau").

7. Considerando o exposto acima, e dando prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental da rodovia em tela, segue anexo o Termo de Referência (TR), para envio do Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena, que prevê estudos primários com as Terras Indígenas Erikpatsa, Japuira, Escondido, habitadas pelo Povo Erikpatsa, Terra Indígena Arara do Rio Branco, habitada pelo Povo Arara e estudos secundários a serem realizados das Terras Indígenas Kawahiva do Rio Pardo, habitada pelo Povo Kawahiva e Piripikura habitada pelo Povo Indígena Isolado. (sic)

Importante ressaltar que na avaliação da FUNAI, a Terra Indígena Aripuanã, habitada pelos Cinta Larga, assim como a TI Serra Morena, não foram incluídas no

processo de licenciamento como áreas passíveis de serem impactadas pelos efeitos citados no ofício acima. Tanto a TI Aripuanã quanto a TI Serra Morena estão mais próximas do eixo da rodovia do que a TI Piripkura e a TI Kawahiva do Rio Pardo, que receberam um ECI realizado a partir de dados secundários. Tal posicionamento da referida fundação motivou alguns conflitos e protestos organizados pelos Cinta Larga, o que, no entanto, não é objetivo detalhar neste trabalho, apenas creio ser necessário pontuar este procedimento adotado pela FUNAI. A justificativa dada pela FUNAI para inclusão das TIs Kawahiva do Rio Pardo e Piripkura foi de que estas terras eram habitadas por indígenas de recente contato, e que por isso mais sensíveis aos possíveis impactos da rodovia, mesmo estando localizadas a uma distância maior do que 40 km da rodovia, prevista pela tipologia da Portaria Interministerial Nº 60, de 2015.

Sobre esta discussão das distâncias, a Tabela 4, abaixo, indica as tipologias de empreendimentos e as distâncias que estes devem estar das Terras Indígenas para que elas sejam incluídas na zona de estudo (ou área de influência) e consequentemente se tornem objeto de um Estudo de Impacto Ambiental, neste caso, Estudo do Componente Indígena. Importante destacar que a categoria “Amazônia Legal” abrange um pouco mais do que a extensão territorial do bioma amazônico, incluindo algumas áreas do bioma cerrado e zonas de transição.

**Tabela 4 – Tipologias dos empreendimentos e suas distâncias das TIs.**

Tipologia	Distância em quilômetros (km)	
	Amazônia Legal	Demais Regiões
<b>Ferrovias</b>	10 km	5 km
<b>Dutos</b>	5 km	3 km
<b>Linhas de Transmissão</b>	8 km	5 km
<b>Rodovias</b>	40 km	10 km
<b>Empreendimentos pontuais (portos, mineração e termoelétricas)</b>	10 km	8 km
<b>Aproveitamentos hidrelétricos (UHEs e PCHs)</b>	40 km ou reservatório acrescido de 20 km à jusante	15 km ou reservatório acrescido de 20 km à jusante

Fonte: Portaria Interministerial nº 60 de 2015, Anexo I.

No caso dos aproveitamentos hidrelétricos na tabela acima, a distância é calculada a partir dos barramentos e corpo central dos reservatórios. De todo modo, podemos apontar a emissão do referido ofício da FUNAI em resposta à SEMA como um marcador

do início do processo de elaboração do Estudo do Componente Indígena, ao menos em termos oficiais.

Recebendo tal ofício da FUNAI, a SEMA encaminha o mesmo ofício para a SETPU em 09 de abril de 2015. A SETPU era a responsável pelo empreendimento, logo, esta secretaria deveria dar início aos trâmites para elaboração do ECI. No entanto, devido a razões que não pude averiguar em pesquisa documental nos autos do processo, mas apenas em conversas informais com técnicos envolvidos, o processo esteve parado, interrompido, e as razões não posso elucidar neste trabalho por carecerem de evidências além de conjecturas de alguns atores com os quais pude abordar o assunto. Devido à complexidade do processo em si, é quase impossível localizar em determinados momentos uma justificativa para a ocorrência de tal ou tal evento, assim como a paralização do processo. Esta complexidade se deve à quantidade de atores envolvidos, como órgãos públicos, instituições privadas, públicas e de caráter coletivo, bem como uma gama de procedimentos burocráticos quanto a prazos e orçamentos, além de diversos fatores de conjuntura macropolítica, tal como o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, que modificou a agenda do governo federal, e conseqüentemente a estrutura ministerial, o que influi nas obras correntes, já que o asfaltamento da rodovia BR-174 era fruto de termo de compromisso entre Ministério dos Transportes e Estado de Mato Grosso. Outra especulação para a interrupção no processo, é a de que a exigência da FUNAI quanto à elaboração de um Estudo do Componente Indígena gerou a necessidade de aditivo no contrato da empresa consultora responsável pelos estudos ambientais, um aditivo tanto de prazo (ampliação do cronograma) quanto de valor.

Assim, durante todo o ano de 2016 não se verifica nenhum documento ou correspondência trocada entre órgãos nos autos do processo. Apenas em 2017, a partir da celebração de um aditivo no contrato da empresa consultora para a elaboração do ECI, é que a correspondência de ofícios entre os órgãos é retomada. Conforme se verifica no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na página 10, quarta-feira, dia 10 de maio de 2017, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística<sup>19</sup> (SINFRA) publica o termo

---

<sup>19</sup> Esta secretaria veio a substituir a extinta SETPU. Foi uma modificação ocorrida no decorrer do governo estadual de Mato Grosso à época. Para efeitos deste estudo, SETPU e SINFRA se referem à mesma secretaria estadual.

aditivo referente ao processo nº 455601/2013 para realização do ECI pela empresa Ecoplan Engenharia (consultora).

Com efeito, a SINFRA protocolou junto à FUNAI, por meio de ofício, um Plano de Trabalho, que apresentava a esta fundação a equipe técnica indicada para realização do ECI, a metodologia a se desenvolver no estudo, bem como todos os requisitos exigidos pela FUNAI para início do ECI. Este protocolo ocorreu no dia 06 de junho de 2017, um mês após a confirmação do aditivo entre empresa consultora e SINFRA. O ofício que continha o Plano de Trabalho apresentava, dentre outros conteúdos, o seguinte entendimento da SINFRA sobre o empreendimento em questão:

Considerando que a rodovia em questão é implantada há anos, de suma importância para o atendimento da população no Estado e que sua pavimentação não irá interferir nas terras indígenas da região.

Considerando que a BR-174 apenas contorna tribos indígenas, estando legalmente dentro do limite de 40 km da zona de amortecimento, configurando assim, a necessidade de realizar os Estudos Ambientais Indígenas, lembrando que nesta ocasião, os estudos atenderão tão-somente o levantamento das medidas compensatórias indígenas.

Considerando que em atendimento a solicitação da FUNAI, a SINFRA efetivou a contratação e emitiu ordem de início à Empresa Ecoplan, para a realização dos Estudos Ambientais Indígenas, necessário para o licenciamento ambiental da obra. Ademais, cumpre dizer que o Estudo em questão tem um prazo médio de 2 (dois) anos e somente após esse prazo, ocorre a liberação da licença ambiental.

Ante o exposto, devido à importância da efetivação da obra e ao atendimento à contratação da empresa para a Elaboração dos Estudos Ambientais, solicitamos a autorização da FUNAI para a liberação do licenciamento ambiental para execução da obra da BR-174, concomitantemente com a realização dos Estudos Ambientais, haja vista que as medidas compensatórias indígenas não serão prejudicadas.<sup>20</sup> (sic)

A entrega deste Plano de Trabalho pela SINFRA à FUNAI motivou a judicialização do processo pelas representações dos indígenas Rikbaktsa e Arara do Rio Branco coletivamente. Infelizmente, não pude acessar como este processo e organização para judicialização do processo se deu entre os indígenas, mas resultou de ação da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso – FEPOIMT.

Somado a isso, um dia antes, em 5 de junho de 2017, o Movimento Pró-Logística do Estado de Mato Grosso encaminha para a presidência da FUNAI, um ofício pressionando esta fundação para conceder anuência para o IBAMA liberar a licença de instalação, que é a licença que autoriza o início das obras, mesmo sem existir estudos

---

<sup>20</sup> Ofício nº 910/2017/GS/SINFRA, Cuiabá, 06 de junho de 2017.



avaliando os impactos sobre os indígenas, bem como os projetos de mitigação e compensação. Diz o ofício:

O Movimento Pró Logística que reúne as seguintes entidades: Associação dos Produtores de soja e milho do estado de Mato Grosso - APROSOJA, Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão - AMPA, Associação dos Criadores do estado de Mato Grosso - ACRIMAT, Organização das Cooperativas Brasileiras - Mato Grosso - OCB/MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso - FAMATO, Federação das Indústrias do estado de Mato Grosso - FIEMT, Federação do Comércio do Estado de Mato Grosso - FECOMERCIO, Instituto Ação Verde, CREA - Seção Mato Grosso, Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM e a Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem do Congresso Nacional - FRENLOG, vem respeitosamente solicitar a Vossa Senhoria atenção a situação de pavimentação da BR-174 (Castanheira-Colniza).

A BR-174, localizada a oeste de Mato Grosso, tem profunda importância social e econômica para as regiões de Juína, Juruena, Colniza e Aripuanã sendo que a área de influência dessa rodovia, considerando 300 km para cada lado, mostra o quanto importante é a pavimentação da BR 174, que propiciará o aproveitamento agrícola em mais de 3,5 milhões de hectares em áreas de pastagem, totalizando na estimativa de produção de 10,5 milhões de toneladas de soja e 3,9 milhões de toneladas de milho.

O governo do estado de Mato Grosso e o Governo Federal, conveniaram a pavimentação da BR-174, rodovia originalmente implantada na década de 80. A SINFRA - Secretaria de Infraestrutura e Logística do estado de Mato Grosso, dividiu o trecho em seis lotes, sendo que quatro lotes estão no aguardo da licença de instalação, ou seja, já estão com todos os projetos prontos, e os outros dois serão ainda licitados neste primeiro semestre.

Existem quatro tribos indígenas que estão legalmente a cerca de 40 km de distância da BR-174 e para que o licenciamento ambiental seja concedido para dar início às obras de pavimentação desta rodovia, a FUNAI solicitou a realização dos Estudos do Componente Indígena de seis tribos indígenas na região. Por este motivo a SINFRA - Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso, já contratou e deu ordem de início para a empresa (Ecoplan) realizar os estudos indígenas necessários para o licenciamento ambiental. O principal problema enfrentado pelo órgão estadual está sendo quanto aos prazos médios dos estudos, que geralmente levam cerca de 2 anos para serem concluídos, o que impedirá o início imediato nas obras de pavimentação.

Senhor Presidente, o Movimento Pró Logística por meio deste documento solicita a imediata anuência da FUNAI para liberação da licença de instalação, assumindo a SINFRA a obrigação da elaboração do Estudo do Componente Indígena bem como o PBA- Plano Básico Ambiental Indígena, durante a execução das obras.

A resposta do MPF através da Procuradoria da República em Mato Grosso foi quase imediata, com a abertura do Inquérito Civil nº 1.20.006.000054/2017-23 e o encaminhamento de uma Notificação Recomendatória diretamente à SINFRA, no dia 31 de julho de 2017. Conforme registrado no próprio Estudo do Componente Indígena, no subtítulo “Histórico do Processo”, a consulta prévia aos Rikbaktsa começa a ser arquitetada a partir desta Notificação Recomendatória. A notificação foi endereçada ao secretário estadual da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso,

e o inquérito civil nº 1.20.006.000054/2017-23 visava apurar justamente a regularidade do empreendimento pavimentação asfáltica da BR-174, no trecho entre Castanheira/MT e Colniza/MT.

Nitidamente, o Estado de Mato Grosso tentou adiantar o início das obras na rodovia, indicando à FUNAI que o ECI seria realizado, já que a equipe técnica estava mobilizada e um Plano de Trabalho para início do ECI foi elaborado e entregue à FUNAI. Entretanto, o que chama a atenção no ofício da SINFRA é o entendimento de que a rodovia “apenas contorna tribos indígenas”, que “sua pavimentação não irá interferir nas Terras Indígenas da região”, que “os estudos atenderão tão somente o levantamento das medidas compensatórias indígenas” e que a licença ambiental pode ser concedida antes mesmo da realização da avaliação de impacto ambiental pelos órgãos competentes.

A notificação recomendatória do MPF apresentou, dentre diversas considerações, as seguintes recomendações à FUNAI:

- a) que negue qualquer tipo de autorização prévia à SINFRA-MT para o início imediato da obra de pavimentação asfáltica da BR-174, trecho Castanheira-ColnizaMT, antes ou concomitantemente à elaboração do Estudo de Componente Indígena das comunidades indígenas afetadas, bem como antes de que seja efetivado o direito constitucional fundamental das comunidades relacionadas à CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA. nos termos da Convenção nº. 169 da OIT, sobre todos os termos do plano de compensação e Plano Básico Ambiental em tempo suficiente;
- b) Que tal CONSULTA seja documentada, dialogada e filmada (para fins documentais) com informações ao MPF sobre o andamento e fases, bem como participação nesses debates;
- c) Somente após a consulta e o entabulamento de todas as condições em conjunto com a FUNAI, MPF e as comunidades indígenas, efetive-se a aprovação do Estudo de Componente Indígena e o PBA relacionado, para prosseguimento, ou não, da obra em referência.

E as seguintes recomendações à SINFRA:

- a) que não inicie a obra de pavimentação asfáltica da BR-174, trecho Castanheira-Colniza-MT, sem que sejam cumulativamente atendidos os seguintes requisitos:
  - a.1) a realização de CONSULTA PRÉVIA. LIVRE E INFORMADA às comunidades indígenas afetadas pela atividade;
  - a. 2) a expedição de licença ambiental pelo órgão competente e a consequente elaboração do Estudo de Componente Indígena respectivo;

Ainda, a notificação do MPF estabeleceu um prazo de 20 (vinte) dias úteis para que a FUNAI e a SINFRA enviassem respostas às recomendações, sendo estes contados a partir da data da emissão da Notificação Recomendatória, dia 31 de julho de 2017. Entretanto, apesar da recomendação do MPF sobre a realização da consulta prévia junto

aos Rikbaktsa e aos Arara do Rio Branco, a FUNAI, 15 (quinze) dias depois da emissão da notificação do MPF, encaminha o ofício nº 241/2017/CGLIC/DPDS-FUNAI<sup>21</sup>, de 14 de agosto de 2017, para a SINFRA e para a SEMA de Mato Grosso. Tal ofício continha em anexo a Informação Técnica nº 23/2017/COTRAM/CGLIC/2017/DPDS-FUNAI, que aprovava o Plano de Trabalho elaborado pela empresa consultora, com o objetivo de iniciar o Estudo do Componente Indígena. O ofício da FUNAI, ainda, autorizava o início da organização logística para apresentação da equipe técnica aos indígenas Rikbaktsa e Arara do Rio Branco, acionando a Coordenação Regional da FUNAI Noroeste do Mato Grosso, no município de Juína/MT. Este procedimento da FUNAI, de certo modo, demonstrou que a fundação não tinha, à época, procedimentos padrão para lidar com o processo de consulta aos indígenas, ou normas que servissem como manual prático para lidar com o processo de consulta prévia, livre e informada. Em outras palavras, a emissão do ofício da FUNAI aprovando o Plano de Trabalho para ser apresentado aos indígenas e seguir com o processo de construção do ECI, mostra como a FUNAI, ao menos em parte, entendeu que o processo de licenciamento ambiental, tal como previsto na Portaria Interministerial nº 60, de 2015, já abarcava em suas etapas e procedimentos um rito processual semelhante ao que determina a Convenção 169 da OIT, ou ao menos que pudesse minimamente atender ao que se espera do artigo 6º da convenção, que prevê a consulta prévia.

Sobre esta discussão, Paula et al. (2019) apresentam em seu artigo, bastante pertinente, uma análise com escrutínio sobre a maneira como a legislação brasileira referente ao licenciamento ambiental absorveu a convenção 169, na medida em que alguns povos indígenas começam a desenvolver seus protocolos de consulta devido a empreendimentos que afetam suas terras. Paula et al. (2019) mostram como a consulta prévia, livre e informada, tal como estabelece a convenção 169, implica em um processo separado e diferenciado das etapas do processo de licenciamento ambiental, não devendo ser absorvido por este, mas sim, executado previamente ao início do licenciamento envolvendo os indígenas. Seu artigo toma por base de discussão sobre o tema justamente o processo de licenciamento da BR-174, que trato nesta dissertação, por ser um processo em que a consulta prévia foi inserida no licenciamento mesmo não havendo um protocolo de consulta já elaborado pelos Rikbaktsa e pelos Arara do Rio Branco, e não havia na

---

<sup>21</sup> Assunto: Aprovação do Plano de Trabalho para Realização dos Estudos do Componente Indígena da Rodovia BR-174/MT, trecho entre os municípios de Castanheira e Colniza. Referência: Processo Funai nº 08620.000401/2015-69.

época jurisprudência suficientemente elucidativa para lidar com esta situação, nem por parte das entidades jurídicas brasileiras. No entanto, importante ressaltar que tal artigo é conclusivo na análise da referida situação:

Fica evidenciado, portanto, que a Consulta Prévia não faz parte do escopo do licenciamento ambiental, sendo um processo preferencialmente prévio a ele, no que concerne a decisão estatal pelo projeto de desenvolvimento ao ser instaurado (empreendimento). E que embora seja lei, sua normatização não é prerrogativa do Estado, mas dos povos. Cabendo aos organismos estatais a responsabilidade de exercer a consulta. (PAULA et al., 2019)

Assim, se deu o início da preparação das reuniões para a apresentação do Plano de Trabalho aos Rikbaktsa e aos Arara do Rio Branco nos municípios de Juína/MT e Aripuanã/MT, respectivamente, seguindo a lógica das etapas do licenciamento ambiental, apesar da Notificação Recomendatória do MPF. A logística das reuniões ficou a cargo das Coordenações Regionais da FUNAI em Juína e Aripuanã, que fizeram o trabalho de avisar todas as aldeias sobre o evento, mobilizar os deslocamentos dos indígenas para o local da reunião, verificar as cotas de combustíveis necessárias para os deslocamentos fluviais, contabilizar toda a alimentação necessária para os participantes e designar os servidores representantes da Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso que acompanhariam a equipe técnica nas apresentações.

### **3.1. Expedição ao noroeste mato-grossense para apresentar o Plano de Trabalho aos indígenas.**

É precisamente aqui que meu campo de estudo se transfere do gabinete e as análises documentais em escritório, para o campo efetivamente, quando a empresa consultora responsável pela elaboração do ECI é autorizada pela FUNAI a ir à campo apresentar aos indígenas a equipe técnica e o Plano de Trabalho para construção dos estudos. Neste sentido, busco trazer neste subcapítulo os fatos que registrei em caderno de campo, que complementam minha etnografia, e acrescentam evidências de um processo que não é construído apenas pelos documentos que entram nos autos e são oficializados.

Assim, a expedição para a apresentação do Plano de Trabalho para os indígenas teve início no dia 09 de setembro de 2017. A equipe técnica encontrou o servidor da

CGLIC (FUNAI Brasília) no aeroporto de Cuiabá, e partiu por terra até o município de Juína/MT, chegando neste município apenas no dia 11 de setembro. No mesmo dia da chegada o servidor da CGLIC foi até a CR Noroeste do Mato Grosso para encontrar os servidores da FUNAI local, para uma reunião de alinhamento da apresentação. Nesta reunião, na sede da FUNAI em Juína/MT, já estavam esperando pelo servidor 22 lideranças Rikbaktsa, que o questionaram sobre o processo de licenciamento ambiental, querendo entender como funcionava e exigindo que uma equipe técnica de sua confiança é que deveria realizar o Estudo de Componente Indígena. Após esta reunião na sede da FUNAI, realizamos as compras de alimentação para o almoço na aldeia onde seria a apresentação no dia seguinte.

No dia 12 de setembro de 2017, então, a equipe toda, acompanhada do servidor Francisco, da CR Noroeste do Mato Grosso (FUNAI Juína/MT), iniciou deslocamento para a aldeia Curva, na Terra Indígena Erikpatsa. A equipe saiu cedo da sede urbana de Juína/MT, por volta das 6h da manhã, e chegou na aldeia Curva por volta das 9h. A reunião teve início às 9h e 45min. Chegando na aldeia a equipe técnica foi orientada a deixar os veículos próximos à escola, e descarregar toda a comida na cozinha da escola, onde seria preparado o almoço coletivo. Enquanto isso, os indígenas já estavam reunidos no espaço onde seria a apresentação, e preparando sua argumentação desde cedo, aguardando a chegada da equipe.

A aldeia Curva é uma das mais antigas, uma das mais populosas também, e é uma aldeia bastante centralizada geograficamente em relação à TI Erikpatsa. Assim como a TI Erikpatsa inteira, a aldeia está situada à margem direita do rio Juruena, onde de fato este faz uma curva bastante acentuada em seu curso. As aldeias Rikbaktsa não são circulares com as casas na periferia e uma casa centralizada, tida como a casa dos guerreiros. Porém, esta reunião foi realizada sob uma estrutura semelhante à casa de guerreiro, um galpão de madeira, amplo, onde os indígenas costumavam celebrar eventos, também localizado mais na área central da aldeia, e em uma de suas extremidades havia um degrau, uma estrutura semelhante a um palco. Não havia muito espaço disponível, pois os Rikbaktsa lotaram o galpão na medida do possível, tendo constado na lista de presença da reunião 101 assinaturas, incluindo as da equipe técnica e FUNAI, porém, muitos indígenas não assinaram a lista. É possível que houvesse mais de 200 pessoas na reunião, se levarmos em conta a presença das crianças, que circulavam o tempo todo entrando e saindo do galpão.

Nesta reunião estavam presentes representantes da Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC (FUNAI de Brasília/DF), da Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso (FUNAI de Juína/MT), da empresa consultora (equipe técnica da qual fui membro), representantes de todas as Terras Indígenas dos Rikbaktsa (Erikpatsa, Japuira e Escondido), representantes do poder público local, como alguns vereadores e um prefeito da região, além de servidores da SESAI. Não estavam presentes na reunião representação do MPF nem representação da SINFRA (que neste processo de licenciamento é o empreendedor).

Fomos convidados a ingressar no espaço da reunião, e se sentar. A equipe toda se sentou em cadeiras escolares, alinhadas na frente do palco, e de frente para o público indígena. Ao lado, mas de frente para a equipe e indígenas, como que numa linha divisória ou numa posição de arbitragem, ocupando um espaço neutro entre indígenas e equipe, sentaram-se os dois servidores da FUNAI, da sede Juína/MT e da CGLIC de Brasília, cada um com uma classe escolar à sua frente. A reunião teve início com uma fala introdutória e de agradecimento aos indígenas pela presença e recepção da equipe na aldeia, feita pelo servidor da FUNAI de Juína. Em seguida, o servidor da CGLIC tomou a palavra e explicou os motivos da reunião, que era o início do processo de licenciamento da pavimentação da BR-174, tendo como a primeira etapa a apresentação de um Plano de Trabalho, a apresentação da equipe técnica e a solicitação da autorização da comunidade indígena para o início dos trabalhos de construção do Estudo de Componente Indígena, o qual serviria para avaliar como o empreendimento “pavimentação da BR-174” iria impactar as Terras Indígenas Rikbaktsa. Após a introdução, o servidor da CGLIC anunciou que faria a redação da ata da reunião, e passou a palavra para a equipe técnica se apresentar.

A equipe toda se levantou, cada técnico se apresentou e explicou um pouco sobre sua formação e atribuições. Nesta ocasião a equipe técnica estava composta por dois antropólogos (sendo eu um deles), um biólogo, um engenheiro ambiental e dois geógrafos, sendo um deles o coordenador da equipe. Após a apresentação da equipe (nenhum Rikbaktsa se apresentou), o coordenador da equipe técnica apresentou o Plano de Trabalho, a partir de um banner trazido pela equipe, mostrando como são as etapas do processo de licenciamento, e como são as etapas de construção do ECI e posteriormente das medidas de compensação e mitigação dos impactos da rodovia, que compõem o Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). Explicou também todo o histórico

do processo de licenciamento da rodovia, contando que já havia sido realizado um EIA (estudo de impacto ambiental) e que agora era necessário incluir o ECI no processo. A ata desta reunião, que foi anexada ao ECI realizado pela equipe técnica, não apresenta o conteúdo inteiro da reunião, apresenta apenas os acontecimentos em sequência, quase que elencados em ordem cronológica, mas sem o aprofundamento no teor das discussões que se sucederam.

Conforme já mencionado, os Rikbaktsa já estavam conversando sobre o processo antes da equipe chegar e elegeram duas pessoas<sup>22</sup> para falar durante a reunião, expondo seus posicionamentos previamente debatidos. E assim ocorreu, quando Nelson Rikbaktsa interrompeu a apresentação do coordenador da equipe para dizer que a estrada já causava impactos há muitos anos para os indígenas, mesmo sem ser pavimentada, e que o processo de licenciamento é extremamente demorado e não garante nada aos indígenas como compensação pelos impactos. Ainda, Nelson colocou que o processo já se iniciara em 2014 e que somente em 2017 os indígenas foram inclusos no licenciamento, além de enfatizar com uma fala bastante contundente que os Rikbaktsa não foram consultados previamente à apresentação do Plano de Trabalho. Nelson encerrou sua fala, colocou sua mochila nas costas e fez menção de sair do galpão, quando o coordenador da equipe o chamou, e perguntou se ele poderia finalizar a apresentação. Nelson então resolveu esperar. Ao que a apresentação foi concluída, a palavra foi aberta aos Rikbaktsa para dúvidas e manifestações.

Então, Paulo Henrique pediu a palavra e fez uma fala bastante longa e contundente sobre como a estrada já impacta as Terras Indígenas há anos, e sobre como os indígenas sofrem com diversos outros empreendimentos que trazem problemas para suas terras. Ele colocou que a empresa consultora representada pela equipe técnica na reunião não é do governo, mas tem relações com o governo. E que o governo nunca cessa suas ações, nunca para, está sempre realizando atividades, mas para assessorar os povos indígenas e atender às suas necessidades, o governo é omissivo. Paulo Henrique enfatizou que a SINFRA deveria ter enviado um representante para a reunião, que tivesse poder de decisão para negociar com a comunidade Rikbaktsa. Também colocou, numa fala bastante confusa para mim naquele momento, que o governo é contraditório em suas ações em relação ao meio ambiente, e que deveria fazer um pacto com a comunidade Rikbaktsa, além de

---

<sup>22</sup> Os dois indígenas indicados para se manifestarem na reunião eram Nelson Rikbaktsa, servidor da SESAI em Juína/MT, e o professor Paulo Henrique, coordenador da escola indígena sediada na aldeia Curva.

discutir valores. Neste momento da reunião julguei um tanto confusa a fala de Paulo Henrique, mas por razão de ainda não ter acessado determinadas informações sobre alguns eventos que ocorreram previamente a reunião, e que só pude tomar conhecimento dias depois.

Após a fala de Paulo Henrique, Nelson retomou a palavra e acrescentou que a relação com o Estado de Mato Grosso é bastante complicada, e que o Estado quis, inclusive, receber uma indenização quando as Terras Indígenas dos Rikbaktsa foram demarcadas e homologadas. Nelson seguiu dizendo que o Estado deveria ter enviado representação da SINFRA, e que deveria negociar as reivindicações da comunidade, para só então começar a apresentar o Plano de Trabalho. E que deveriam estar presentes na reunião MPF e SINFRA.

Boa parte da reunião foi conduzida pelas falas contundentes de Paulo Henrique e Nelson, que expuseram tudo o que a comunidade já havia deliberado previamente, numa fala quase sincronizada, onde um pausava e o outro seguia com a manifestação. Houve poucas falas de alguns idosos, que falaram na língua materna, sendo traduzidos em seguida. A reunião foi tomada por muitos tensionamentos, em que os indígenas demonstraram nítido desconforto com a presença a equipe (e da FUNAI) para apresentar o Plano de Trabalho, mesmo com a notificação recomendatória do MPF de que deveria ser realizado um processo de consulta aos Rikbaktsa. O desconforto, no entanto, era com o objetivo da reunião, não com os presentes.

Por fim, os Rikbaktsa não aprovaram o Plano de Trabalho, mas também não desaprovaram, apenas condicionaram o prosseguimento do processo a uma etapa de consulta e discussão sobre valores, numa reunião que contasse com a presença de SINFRA, MPF, FUNAI e empresa consultora. Além disso, também pautaram que deveria ser contratado algum antropólogo de sua confiança para compor a equipe técnica.

O coordenador da equipe, que não era antropólogo, e tinha pouca experiência no trato com os indígenas, os deixava ainda mais desconfiados, somado a isso era nítido que sua preocupação era com os prazos e com as demandas que a empresa consultora havia de atender, já que os pagamentos da SINFRA para a empresa ocorreriam apenas na conclusão do ECI e sempre ao final de cada etapa cumprida no licenciamento. Esses fatores, que o coordenador deixou transparecer em sua fala, causaram ruídos na mediação com os Rikbaktsa. No entanto, o coordenador pediu que a comunidade o esperasse entrar



em contato com alguém da SINFRA, e que como já havia uma reunião de apresentação do Plano de Trabalho com os Arara do Rio Branco dois dias depois, a equipe precisava se deslocar até Aripuanã/MT para este evento na aldeia Ponte Nova, dos Arara. Com isso, ficou decidido que seria agendada uma nova reunião com os Rikbaktsa contando com a presença de todos os atores solicitados: MPF, SINFRA e FUNAI-CGLIC. Constando estes encaminhamentos todos em ata redigida pelo servidor da CGLIC.

Uma parte importante tratada na reunião, e que não foi acrescentada em ata pelo servidor da FUNAI-Brasília (CGLIC), foi a demanda dos Rikbaktsa pela discussão com o Estado, no caso a SINFRA, sobre valores ou recursos a serem reservados para a comunidade futuramente, e sobre um suposto Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que já estava sendo construído. Os Rikbaktsa firmaram posicionamento de forma inegociável sobre um ponto: um valor a ser reservado pelo empreendedor (SINFRA), para que seja destinado aos Rikbaktsa com o objetivo de compensar os impactos da rodovia. Este ponto foi o mais fortemente afirmado pelos indígenas e, no entanto, a FUNAI não o acrescentou na ata da reunião.

Enquanto a reunião acontecia, o almoço era preparado na cozinha da escola e, ao final, todos almoçaram. Houve algumas conversas individuais entre técnicos e indígenas, no sentido de explicar melhor como funciona o processo e, em seguida, a se despediu e retornou ao município de Juína.

Ao chegar em Juína houve uma reunião no hotel, entre equipe técnica e servidores da FUNAI. O coordenador entrou em contato com um servidor da SINFRA, responsável pelo contrato com a empresa consultora, para verificar a possibilidade de sua presença em Juína para conversar com os indígenas.

No dia seguinte, a equipe iniciou o deslocamento para Aripuanã, onde seria a reunião com os Arara. No caminho, pude conversar com o servidor da Coordenação Técnica Local da FUNAI (CTL - Aripuanã), que é submetida à Coordenação Regional de Juína. Em contou que sempre tenta alertar os Arara sobre os projetos que empresas tentam implementar com os indígenas em suas terras, tenta alertá-los para construírem projetos que possam dar conta, que pensem sempre na necessidade do povo todo e na sua fonte de renda. Na mesma conversa, o servidor contou sobre o projeto que os indígenas têm de manejo da castanha do Pará, já que as terras indígenas da região são ricas em castanhais, o que permite uma atividade extrativista intensa por estes povos. Ao mesmo tempo, se

abre uma necessidade de parceria com ONGs, empresas ou assessores técnicos especializados que possam auxiliar na intermediação entre os produtores e a busca por mercados que favoreçam a atividade dos indígenas. Os Arara do Rio Branco os Rikbaktsa são grandes produtores de castanha do Pará, e esta é uma atividade que proporciona uma renda considerável para as aldeias, além de mobilizar os indígenas por várias semanas ao longo do ano, período em que passam nos seus acampamentos no mato, próximos aos castanhais. Esta atividade mobiliza muitas famílias, as aldeias ficam esvaziadas em função da época de coleta da castanha.

Ainda, o servidor contou sobre outros projetos mantidos pelos indígenas, como o de produção de farinha e o de produção de açaí. Sem que eu perguntasse, o servidor contou sobre a extração de madeira nas áreas indígenas. Segundo ele, a extração é uma importante fonte de renda da comunidade, ao mesmo tempo que mobiliza muitas divisões internas, tanto pelo caráter ilegal da atividade, como pela divisão muitas vezes desigual dos ganhos com a venda da madeira. De acordo com o servidor, os madeireiros na região pagam em média 100 (cem) reais pelo metro cúbico de madeira<sup>23</sup>.

Além da madeira, ele contou que outra atividade que gera sustento para a comunidade é o garimpo dentro da Terra Indígena, tema que, no entanto, não consegui aprofundar, tanto pela sua delicadeza intrínseca, quanto pelo meu interesse específico naquela conversa, que era entender mais sobre o tipo de relação que a FUNAI, representada pelo servidor da CTL que conversava comigo, estabelecia com os Arara do Rio Branco, do que a legitimidade perante a lei desta ou daquela atividade econômica em que os indígenas estavam envolvidos. Contudo, ainda na mesma conversa, o servidor da CTL Aripuanã, enquanto explicava sobre a sua área de atuação, que inclui as terras dos Cinta Larga, não apenas os Arara, resolveu falar sobre um cacique Cinta Larga. Segundo o servidor, tal cacique era mais velho, muito bravo, muitas vezes intransigente com as orientações da FUNAI, e que certa vez ele cometeu um homicídio. Conta o servidor que o caso foi julgado como legítima defesa, sendo o cacique liberado, porém, o corpo da vítima foi sendo encontrado aos poucos, com partes enterradas em diferentes lugares. Tal

---

<sup>23</sup> É difícil qualificar este valor como alto ou baixo, já que não se tem uma ideia da quantidade de madeira extraída sem autorização legítima. Este valor foi informado em 2017, tendo sofrido alterações neste hiato de tempo. Certamente, é um valor irrisório se comparado a quanto vale o metro cúbico de madeira comercializado pela indústria madeireira após passar por toda a cadeia de manejo e extração legalizada. Entretanto, o que se verifica normalmente nesta atividade madeireira, é que as madeiras extraídas ilegalmente têm seus documentos forjados e são misturadas às que foram extraídas com autorização, entrando em serrarias autorizadas e sendo comercializadas como madeira legal.

fato, segundo o servidor, colocou o cacique novamente no banco de réu, agora para responder por ocultação de cadáver, afinal ele havia esquartejado a vítima e enterrado seus pedaços em lugares espalhados. Segundo o servidor, ele mesmo era o único que o referido cacique Cinta Larga respeitava na região, e que todos temiam este cacique pela sua hostilidade cotidiana.

Após esta estória de esquartejamento, o servidor voltou a falar dos Arara, e contou sobre a última mobilização dos indígenas, quando eles ocuparam a hidrelétrica de Dardanellos, situada no rio Aripuanã, ficando lá por tempo suficiente até que o presidente da FUNAI fosse acionado e levado até Aripuanã para negociar com os Arara. Os indígenas cobravam da empresa responsável pela hidrelétrica a realização dos Estudos de Componente Indígena e as devidas compensações de impacto socioambientais causados pelo reservatório da hidrelétrica. Tal empreendimento também havia sido construído sem uma consulta aos povos da região.

A conversa que tive com o servidor da CTL – Aripuanã, que não foi uma entrevista intencional, visto que, apesar de estarmos apenas os dois no veículo, estávamos nos deslocando para a aldeia Ponte Nova, e não era minha intenção entrevistá-lo, acabou contribuindo para algumas leituras críticas. O servidor, na verdade, com sua fala e todas as histórias que trouxe, estava tentando justificar a necessidade de sua função junto aos indígenas, justificando o próprio cargo na CTL – Aripuanã, construindo um argumento para explicar a necessidade de sua presença e atuação junto aos Arara e aos Cinta Larga. Numa típica estratégia empregada pela agência tutelar, a de construir o indígena como algo não humano, animalesco, que precisa ser domesticado, que precisa ser amansado, para que não se torne um perigo para a civilização, uma ameaça aos humanos, aos cidadãos, como se o servidor cumprisse com o papel de amansador de indígenas, de forma análoga a um domador de animais selvagens. Simultaneamente à função de conversor de selvageria indígena em cidadania, o seu cartão de visitas é mostrar como a agência tutelar de fato se beneficia com seus tutelados, que é mantendo um controle e uma intermediação das atividades extrativistas e comerciais que os projetos dos indígenas requisitam, tal como mostra Ferreira (2007) em sua etnografia. Ele estava também anunciando, com seu modo expansivo de comunicar histórias vividas com os indígenas, que para implementar qualquer projeto ou atividade junto aos indígenas da região de Aripuanã, é importante que isso seja realizado por intermédio da sua capacidade de agenciamento.

Ao chegarmos na aldeia Ponte Nova, as Arara já estavam esperando em um local apropriado para a reunião, um galpão fechado com palhas de babaçu. A aldeia ponte nova fica bem no limite da TI, próxima ao rio branco, que demarca justamente o limite da reserva indígena.

A reunião iniciou com a fala do servidor da CGLIC, apresentando a equipe e as razões da reunião. Em seguida, toda a equipe se apresentou, e pediu autorização para colar os cartazes de apresentação do Plano de Trabalho e fazer o registro visual da reunião. O coordenador da equipe apresentou todo o processo e, ao final, os indígenas pediram a palavra. Audecir, um dos eleitos pelos Arara para falar na reunião, colocou que a comunidade já conhece o processo de licenciamento ambiental, já sabe o que é o ECI, já sabe o que é o PBA e que eles só iriam aprovar o início dos estudos, a partir do momento que a SINFRA, junto com FUNAI e MPF firmarem um termo de compromisso com os povos indígenas da região, garantindo recursos para a futura execução do PBA e das compensações que forem avaliadas pelos estudos. Jeovanês, uma liderança Arara, falou na mesma linha argumentativa, de que a comunidade precisava de uma garantia de que o processo vai caminhar de forma transparente, que os índios serão consultados e o PBA será executado. Em seguida, Angelton, outra liderança, também reforçou a mesma fala. Após todas as deliberações o servidor da CGLIC propôs que o Plano de Trabalho não fosse aprovado, mas também não fosse reprovado, e que a comunidade teria, então, que aguardar um momento para discutir com o governo do estado, empreendedor, ministério público e FUNAI, numa oportunidade a ser agendada.

A reunião com os Arara do Rio Branco repetiu o mesmo cenário da reunião com os Rikbaktsa, as mesmas pautas, falas muito semelhantes e reclamações sobre o Estado que se repetiram. Uma situação social análoga ao vivido com os Rikbaktsa. Na verdade, o que a equipe encontrou em campo se tratava de uma mobilização regional dos indígenas, que teve apoio da FEPOIMT, com o objetivo de pressionar o Estado de Mato Grosso a compensar os indígenas pelos impactos que eles já estavam enfrentando em função da rodovia, além de se fazer cumprir o processo de licenciamento como manda a legislação. A conclusão de alguns atores no processo, e mesmo de membros da equipe, de que os indígenas não entendiam o licenciamento ambiental e que por isso estavam tentando embargar o processo, era mais fruto de uma visão racista sobre os indígenas, calcada em uma ideia de que eles não teriam capacidade para compreender a complexidade de tal burocracia estatal, do que fruto de qualquer indício que os indígenas pudessem ter dado

relativo a alguma incompreensão sobre as etapas do processo e sobre as condicionantes de cada etapa em si.

A equipe permaneceu na região, mesmo com a leitura de que dificilmente algum estudo iria começar a ser realizado, considerando o cenário que se desenhava. Três dias após a reunião com os Arara do Rio Branco, equipe técnica conseguiu que a SINFRA deslocasse um servidor para o município de Juína para iniciar um diálogo com lideranças indígenas locais e tentar algum desfecho para a situação. Um desfecho que interessasse à SINFRA, que neste momento só lhe cabia trabalhar para que o ECI começasse imediatamente, e para que o licenciamento da rodovia não fosse embargado novamente.

Em conversa por telefone com este servidor da SINFRA, ele informou a equipe de que estaria se deslocando de Cuiabá para Juína em seu próprio veículo, e que levaria um dia inteiro de viagem. Ele comunicou também que estava articulando uma reunião na casa do bispo da diocese de Juína, Dom Neri. O servidor da SINFRA avisou que a equipe técnica deveria preparar-se para reunir com lideranças tanto Rikbaktsa quanto Arara na residência do bispo Dom Neri, para discutir o Plano de Trabalho.

Esta reunião articulada pela SINFRA na casa de Dom Neri resultava justamente de uma interpretação de que os indígenas não estavam compreendendo a etapa de apresentação do Plano de Trabalho, então era necessário um empenho da equipe, junto com outras instituições e atores que possuem certa confiança dos indígenas, para tentar encontrar um caminho possível para resolução daquele cenário, que estava sendo tratado como um impasse criado pelos indígenas.

A SINFRA, na representação de seu servidor deslocado até Juína, entendia que os indígenas estavam embargando o processo novamente, em decorrência de um não entendimento de como o licenciamento funcionava, e como resposta, o servidor recorreu a uma instituição que ainda resguardava certo respeito dos indígenas, e lograva de certa confiança destes: a diocese de Juína. Na intenção de colocar o bispo Dom Neri como um intermediador na reunião com as lideranças indígenas, em mais uma forma de se valer da tutela indígena, desta vez, como meio de estabelecer uma negociação.

Paralelamente a esta reunião que estava sendo organizada na diocese de Dom Neri, é importante destacar uma situação que estava em andamento no noroeste mato-grossense à época deste trabalho de campo. Naquela semana havia chegado em Aripuanã o governador do estado de Mato Grosso e sua comitiva, incluindo os secretários, diversos

servidores públicos, o vice-governador, além da imprensa local a serviço do governo. Este evento foi chamado de “caravana da transformação”, um projeto do governo estadual que objetivava levar até os municípios do noroeste do estado uma série de serviços de utilidade pública que são precários ou inexistentes nesta região. Tais como: cirurgia de catarata, serviço de cartório para regularização de terras, atendimento dentário, confecção de carteiras de identidades, carteiras de trabalho, documentos em geral, etc. Era um evento político com fins eleitoreiros, e que fornecia serviços para qualquer cidadão que chegasse ao local. As cidades da região, como Aripuanã, Juína, Castanheira, Juruena e Cotriguaçu, que receberam a caravana naquela semana, ficaram com sua rede hoteleira completamente lotada durante os dias de evento. Quando chegava em determinado município, a caravana estabelecia uma estrutura significativa nos centros das cidades, com diversos gazebos, containers, palanques e amplos espaços cobertos para atendimento ao público. Além do oferecimento de serviços para as pessoas, ocorreram manifestações culturais, apresentações de músicos, palestras e discursos do governador Pedro Taques.

No hotel onde a equipe técnica se hospedou, em Aripuanã, coincidentemente, chegou também a comitiva do governador para se hospedar. Este evento proporcionou um encontro entre equipe técnica, governador e seus secretários, incluindo o secretário da SINFRA. Assim, o coordenador da equipe técnica tentou uma conversa com o secretário, para explicar a situação do licenciamento da rodovia BR-174, com o intuito de que o secretário fosse contribuir para “desatar alguns nós” no processo, agindo no sentido de garantir a participação de representantes da SINFRA nas reuniões com os indígenas. Tal conversa com o secretário foi sem sucesso, já que o próprio secretário sequer sabia do que se tratava tal processo de licenciamento, nem que havia uma equipe técnica contratada pela própria SINFRA em campo trabalhando no licenciamento desta rodovia. No entanto, a pauta “licenciamento ambiental da BR-174” ganhou a atenção do secretariado prontamente, e se tornou um dos pontos a ser tratado no discurso que o governador daria nos municípios. O secretário ficou com uma versão do Plano de Trabalho, para mostrar ao público local no evento do governador, com o objetivo de propagandear os projetos de desenvolvimento do governo do estado.

Esta conversa com o secretário decorreu de um equívoco na avaliação do coordenador da equipe técnica, que julgou que o secretário seria o servidor da SINFRA mais bem informado desta secretaria, e que estaria em condições de resolver certos entraves burocráticos a favor do andamento do processo. Quando, na verdade, o secretário

não é um servidor público de carreira, e não estava a par das atividades da própria secretaria que comanda, ele era um político, membro de partido, e que havia sido indicado para o comando da secretaria por razões que remetem a negociações partidárias da chapa governista, que nada tem a ver com a sua formação profissional ou adequação para as atribuições do cargo.

Após tal encontro com a comitiva do governo, a equipe se deslocou de Aripuanã para Juína, para encontrar o servidor da SINFRA (que estava ciente de todo o processo), e participar da reunião com o bispo Dom Neri. Chegando em Juína, optei por visitar a sede da CR da FUNAI, antes de encontrar o servidor da SINFRA que chegaria na cidade no mesmo dia. Chegando na CR- FUNAI de Juína, fiz o registro no caderno de visitantes e pedi para conversar com o coordenador, Antônio Aquino. Após uma longa espera, o coordenador me recebeu em uma sala que não era o seu espaço de trabalho, mas uma sala aparentemente sem uso com materiais de escritório espalhados. Minha intenção visitando o coordenador da CR Juína era buscar informações sobre bispo Dom Neri e quais relações este mantinha com os indígenas da região. Além de também tentar entender como o próprio coordenador da CR Juína se relacionava com os indígenas, já que ele não havia participado da reunião com os Rikbaktsa, enviou outro servidor da CR para acompanhar.

Me apresentei, expliquei as razões da presença na cidade, e contei minimamente como foram as reuniões tanto com os Rikbaktsa quanto com os Arara do Rio Branco. Ele parecia bastante intimidado com a conversa, retraído, como se estivesse recebendo uma acusação. Apenas comentou que os Rikbaktsa têm o costume de procurá-lo, conversam muito com ele, pedem conselhos e auxílios de todo o tipo, como ajuda para escrever documentos e contatar outros órgãos, como o MPF, por exemplo. Antônio contou que os Rikbaktsa estavam decididos a escolher ou indicar a empresa que vai trabalhar no Estudo de Componente Indígena, ou indicar, ao menos, um técnico de sua confiança para acompanhar o trabalho. Comentei que essa demanda também apareceu na reunião de apresentação do Plano de Trabalho, ao que ele respondeu: “é praticamente só isso que os indígenas querem”. Quando o questionei sobre a relação dos indígenas da região com o bispo Dom Neri, o coordenador pareceu novamente desconfortável em responder. Disse que os indígenas confiavam nele, mas que o bispo já havia feito “muita merda” e os indígenas “perderam parte da confiança nele”. Antônio também contou que muitas empresas vêm até ele pedir para que ele as indique para trabalhar com os Rikbaktsa, explicando que ele costuma fazer uma intermediação entre “pessoas externas” e os

Rikbaktsa. Já finalizando a conversa, explicou que a FUNAI local sofre muito, pois não tem recursos para executar sua agenda, está carente de material e bastante sucateada. Com o fim da conversa, me dirigi até o centro de Juína, para aguardar com o restante da equipe a chegada do servidor da SINFRA.

Com a chegada do servidor da SINFRA, conversamos sobre os próximos passos. Ele contou sobre as combinações que estava fazendo com o bispo e com os próprios indígenas. E que a sua presença em Juína era para tentar alinhar o início do trabalho de construção do ECI com os indígenas e, assim, tentar pressionar a CGLIC para trazer o servidor de volta até Juína (já que ele havia retornado para Brasília depois da reunião em Aripuanã com os Arara, para dar conta de outras agendas), ou então para que a CGLIC oficializasse, mesmo à distância, o início do ECI. O servidor afirmou que a equipe não precisaria participar da reunião que ele havia agendado com o bispo e os indígenas. Eles se encontrariam na própria casa do bispo para tentar explicar como funciona o processo. Ainda, o servidor contou sobre uma reunião entre lideranças políticas da região, e que era importante que nossa equipe fizesse uma apresentação, com algum material visual, como banners, que mostrassem o atual momento do processo de licenciamento da BR-174. Por fim, ele comunicou que após a reunião na casa do bispo, procuraria o Antônio da CR Juína, para oficializar as tratativas com os indígenas.

O otimismo na organização da agenda dos dias de trabalho em Juína era nítido no servidor da SINFRA, como se aquela lista de tarefas para o dia seguinte fosse dar conta da pauta dos indígenas e “destravar” o processo facilmente, dando início ao Estudo de Componente Indígena. Ele parecia ignorar todo o relato da equipe sobre as demandas dos indígenas apresentadas nas reuniões, sobre a consulta prévia, sobre o recurso a ser destinado para os impactos sofridos, sobre a escolha do antropólogo que iria fazer o ECI. Estava convencido de que se sentar em uma mesa com todos e o bispo daria resolução para todo o imbróglio que se tornou o processo.

A partir deste momento, o que se desenhava em campo eram diferentes eventos, reuniões, situações e encontros sem agendamento prévio, que em nada se relacionavam com o processo de licenciamento, nos quais a equipe técnica contratada para a realização de um estudo de impacto ambiental com os indígenas, estava desempenhando funções análogas a de lobistas na região, a serviço de um projeto de desenvolvimento do estado de Mato Grosso. A reunião com lideranças políticas da região para a qual o servidor da SINFRA demandou da equipe a elaboração de materiais visuais para apresentar o



processo da rodovia, era na verdade, o momento de fala do governador e secretários, em que ele faria um discurso em um ginásio em Juína para o público da cidade. Ou seja, da realização de um estudo de impacto ambiental com caráter etnológico, a equipe estava sendo deslocada para fazer uma apresentação ao governador e seus secretários sobre a rodovia BR-174.

Quando a caravana da transformação chegou em Juína (no mesmo dia em que ocorria a reunião na casa do bispo Dom Neri) a equipe técnica teve reunião-se em um hotel na cidade, com o secretário da SINFRA, para apresentar o material solicitado pelo servidor, que explicava o processo de licenciamento da rodovia. Quando a apresentação terminou, o secretário foi informado de que havia ocorrido uma reunião sobre a rodovia BR-174 na casa de Dom Neri na manhã daquele dia. Ele interrompeu a reunião e propôs que todos se deslocassem até a casa do bispo D. Neri. Subitamente, toda comitiva do secretário, que incluía jornalistas registrando o momento, entrou em seus veículos e foram até a casa de D. Neri, juntamente com a equipe técnica seguindo os veículos do governo. Por sorte, a sede urbana de Juína não é muito grande, e a casa de Dom Neri era próximo de onde estávamos. Ao chegar na casa de Dom Neri, o secretário se ajoelhou, pediu uma bênção, e se sentou na ampla sala de estar do bispo, que convidou a todos para entrarem e tomarem assento. A casa ficou cheia, e os jornalistas fizeram várias fotografias do secretário entregando o Plano de Trabalho nas mãos do bispo, como se ocorresse ali um ato simbólico em prol da rodovia BR-174. O bispo ficou com o documento em mãos e prometeu estudá-lo. Após este momento, algumas falas bastante protocolares foram trocadas, em que o secretário agradecia ao bispo por sua colaboração, e pedia ajuda a ele na negociação com os indígenas pelo bom andamento do processo, pela construção da estrada e pelo desenvolvimento econômico da região.

Saindo da casa do bispo, toda comitiva se dirigiu até o ginásio onde haveria mais tarde o discurso do governador. Ali nos arredores do ginásio ficamos aproximadamente uma hora esperando, enquanto muitas pessoas iam entrando no ginásio e se acomodando, inclusive alguns Rikbaktsa que estiveram presentes na apresentação do Plano de Trabalho dias antes. Enquanto o evento ia sendo preparado, ficamos ao lado de fora, junto a alguns jornalistas da caravana, e servidores das secretarias, e neste momento fomos informados pelo servidor da SINFRA de que não haveria mais apresentação a ser feita no evento do governador, que a equipe estaria liberada para se acomodar na plateia.

O evento começou com uma apresentação aos moldes de um rodeio, conduzida por um locutor de rodeio, que apresentou o evento, apresentou a caravana da transformação e, em seguida, foi chamando os convidados um por um para subir no palco e tomar seu assento. Subiram no palco o governador Pedro Taques, o bispo Dom Neri o prefeito de Juína, e todos os secretários que acompanharam a comitiva, sentando-se perfilados. Ficamos no ginásio tempo suficiente para ouvir o discurso do governador, saindo logo que encerrou sua fala. A equipe já estava exausta àquela altura da noite, e o evento iniciou por volta das 20h. Antes de nos retirarmos do ginásio, foi possível registrar o governador erguendo um exemplar do Plano de Trabalho em sua mão, e dizendo que a pavimentação da rodovia BR-174 finalmente iria iniciar, pois a equipe técnica já havia concluído o Plano de Trabalho e apresentado aos indígenas, ao que a plateia respondeu com muitos aplausos. Em seguida, o governador ainda acrescentou mais algumas falas em defesa do desenvolvimento econômico da região, em apoio ao agronegócio e ao produtor rural. De forma geral, a fala do governador, colocava a questão indígena como um entrave ao progresso da região, pois impedia a construção da BR-174, ao mesmo tempo que a plateia era composta majoritariamente por produtores rurais e proprietários de terra, hostis à presença indígena e ainda mais à sua luta pela demarcação de terras.

Mais cedo, naquele mesmo dia, ocorria o encontro entre servidor da SINFRA, bispo, indígenas Rikbaktsa e Arara do Rio Branco. A reunião não surtiu o efeito esperado pelo servidor, e ele contou que passou a maior parte do tempo explicando aos indígenas por que o Plano de Trabalho estava sendo apresentado naquela semana, e o que os indígenas poderiam fazer caso quisessem mudar a equipe técnica que faria o ECI futuramente. Isso motivou outra reunião na casa do bispo, desta vez com a presença da equipe técnica, que foi agendada para o dia seguinte.

Neste dia, quando estive pela segunda vez na casa do bispo, chegamos cedo, por volta das nove horas da manhã, já acompanhados do servidor da SINFRA. A casa ficava em uma rua larga, calma e com muitas casas residenciais. A casa onde vivia o bispo era bastante grande, e era também o centro administrativo da diocese de Juína. Possuía uma porta de entrada ampla, semelhante a uma igreja, porém em tamanho menor. Seu portão permanecia aberto constantemente, como se fosse, de fato, uma igreja de acesso público. A equipe foi recebida com bastante cortesia, e orientada a tomar assento na sala de jantar, onde um café da manhã bastante farto estava sendo servido em uma mesa ampla, com muitos lugares. Já estavam ali sentados Jair Rikbaktsa, Audecir Arara, Jeovanês Arara,

Paulo Henrique, Nelson Rikbaktsa, entre outros indígenas. Nos cumprimentamos e tomamos café juntos. A mesa, era abastecida com os alimentos por alguns funcionários e funcionárias da diocese, que trabalhavam na casa do bispo.

Após a refeição, trocamos de sala, e todos se sentaram em uma ampla mesa de reuniões. O bispo, então, iniciou uma fala sobre o processo, explicou que havia lido o Plano de Trabalho durante a noite, o avaliou, e o classificou como um documento bastante “aberto”, “flexível”, de fácil acesso e leitura, e que parecia estar de acordo com o que solicita a FUNAI. No seu entendimento, não havia problemas com o Plano de Trabalho, e que ele havia inclusive explicado muitas coisas aos indígenas, mas que a sua demanda não era propriamente sobre este documento. Sua preocupação era com o início do processo sem antes uma etapa de consulta e sem a garantia de que os impactos causados pela rodovia seriam compensados no futuro. A equipe conversou por algumas horas com o bispo e os indígenas que lá estavam, houve bastante diálogo entre os Rikbaktsa, Arara e o servidor da SINFRA, conforme a Figura 2.

**Figura 2 – Conversa entre os indígenas e o servidor da SINFRA na residência de Dom Neri.**



Fonte: acervo do autor.

O encontro na casa do bispo serviu para dirimir algumas dúvidas sobre como funciona o processo de licenciamento, mas também serviu para o servidor da SINFRA entender qual era de fato a demanda dos indígenas, que era a destinação de uma verba para o futuro gasto com as medidas compensatórias e mitigatórias dos impactos da rodovia. O servidor da SINFRA saiu da reunião com o compromisso de verificar a possibilidade de atendimento desta questão e por verificar junto à FUNAI-CGLIC como

construir o processo de consulta prévia aos indígenas. Ao sairmos da casa do bispo, a equipe e servidor da SINFRA foram para a região de Fontanillas, um local às margens do rio Juruena, a 30 km de distância de Juína, pois nesta cidade não havia mais hospedagens disponíveis em razão da caravana do governador. No dia seguinte, todos partiram em retorno para Cuiabá/MT, e a expedição se encerrou no dia 22 de setembro de 2017.

É possível destacar alguns fatores nas situações sociais descritas acima, tomando uma perspectiva de que as situações sociais observadas e registradas acarretam o encontro entre universos simbólicos distintos, com diversos atores desempenhando papéis e manifestando interesses diversos e em alguns momentos divergentes. Tendo como um demarcador fundamental a questão étnica, que é embasada por uma relação cosmológica, histórica e originária com um território.

Semelhante a uma arena onde há uma disputa entre forças políticas, conduzidas por representantes que ora manifestam interesses individuais, mais pessoalizados, ora representam interesses de um grupo ao qual pertencem, ora representam os interesses de uma classe, ou mesmo os interesses de forças político-econômicas hegemônicas, dominantes, que impõem suas pautas e possuem o poder para conduzir o processo, ditar a direção dos eventos burocráticos.

Nas apresentações do Plano de Trabalho, era nítida a mobilização tanto dos Rikbaktsa como dos Arara do Rio Branco, já que as duas reuniões foram conduzidas praticamente da mesma forma pelos indígenas, com as mesmas pautas sendo colocadas na discussão, e tendo o mesmo formato, inclusive, ainda que as duas etnias não resguardem semelhanças em seus traços culturais, sendo a única pauta que os unifica neste processo, a mobilização em torno da preservação de seus territórios e de seu direito à diferença cultural, materializada, neste caso, na garantia de que os impactos da rodovia serão compensados, e que os indígenas são devidamente consultados pelo empreendedor interessado no estabelecimento da BR-174.

Nas duas reuniões de apresentação do Plano de Trabalho, primeiro na aldeia Curva, com os Rikbaktsa, depois na aldeia Ponte Nova, com os Arara do Rio Branco, a equipe técnica foi colocada em um lugar de ouvinte dos indígenas, que não desautorizaram o andamento dos trabalhos, mas condicionaram este andamento ao atendimento de suas pautas. E foi obrigada a retornar sem conseguir iniciar a realização dos estudos, tendo que aguardar a SINFRA chegar a um acordo com os povos indígenas.

Se pôde verificar nesta expedição como a informação de que um empreendimento do porte da rodovia BR-174 suscitou o aparecimento de diferentes atores com diferentes interesses e motivações, conduzidos pela ideia de que uma obra como essa, e um estudo do tamanho que possui o ECI, implica na movimentação de quantidade significativa de recursos. Recursos a serem destinados para as Terras Indígenas e projetos futuros. Cada ator e sua conseqüente participação nas situações descritas, pode ser categorizado segundo os interesses que o motivam e segundo a forma como se posiciona ou mobiliza determinados códigos simbólicos.

Os indígenas demandaram uma reserva de valores do orçamento do empreendimento para que sejam executados futuramente os programas de mitigação e compensação dos impactos causados pela rodovia. Além disso, entenderam que o processo de licenciamento da BR-174, e conseqüentemente o início das obras, está condicionado ao cumprimento da Notificação Recomendatória do MPF, que nada mais é que realizar uma consulta aos indígenas sobre o empreendimento em tela. Contudo, evidentemente há mais em jogo para os indígenas do que o simples cumprimento do processo de licenciamento ambiental como manda a cartilha. Se trata de um empreendimento que, quando pronto, mudará completamente o cenário socioeconômico regional, trazendo conseqüências permanentes para suas vidas e seus territórios. Logo, também é evidente que há uma assimetria entre os valores que cada ator atribui aos eventos que compõem este cenário de negociação entre as diferentes forças políticas. Os indígenas lutam pela manutenção de um modo de vida, que está inexoravelmente atrelado à conservação do seu território.

É claro, estes valores que motivam determinadas ações advêm de coletividades, estão assentados em subjetividades coletivas e na defesa de traços culturais próprios de cada grupo indígena. O que a observação e análise atenta dos eventos permite, entretanto, é um aprofundamento na atividade, nas manifestações dos atores em um nível individual, que destoam, ou que reafirmam os referidos valores conforme a situação social que se constrói, e conforme a necessidade mais imediata. Assim como as associações e alianças que se formam com objetivos determinados, e se desfazem conforme se tornam desnecessárias. Em outras palavras, é evidente que a questão “empreendimento BR-174” não motiva nos indígenas uma reação imediata, nem uma resposta muito bem-informada e embasada sobre o empreendimento e o que isto implica na vida dos indígenas impactados, tampouco uma resposta que seja mais ou menos homogênea e uniforme,

entre todo o povo. Ou seja, não se pode afirmar que há um consenso entre os Rikbaktsa sobre o que significa um empreendimento como esta rodovia, existem muitos interesses entre os diferentes clãs, famílias e diferentes aldeias, mas há consensos naquilo que deve ser feito para que o seu território seja preservado, seja garantido, diante de uma força política e econômica como a do poder estatal. É o que falarei mais adiante neste trabalho, com relação à percepção que os Rikbaktsa apresentaram sobre os impactos da rodovia.

A equipe técnica, por outro lado, cumpre um papel burocrático no processo, como um agente intermediador entre os indígenas e o empreendedor, que é a SINFRA. Neste caso, poderia se considerar que os interesses da equipe, a priori, são uma extensão dos interesses do empreendedor, o que não se verifica. Apesar de a equipe estar a serviço da SINFRA, e ser remunerada por um contrato previsto em licitação pública (ou seja, a remuneração da equipe também advém do orçamento do empreendimento), o papel da equipe neste processo não é apenas atuar como um quadro técnico especializado em estudos etnológicos e de avaliação de impacto ambiental (o qual a SINFRA não possui, e por isso abre licitação para contratação), mas também atuar como um quadro técnico que deve resguardar o andamento do processo se certificando de que o empreendedor está cumprindo com suas responsabilidades e atribuições neste trâmite burocrático, sem pular etapas, nem cometer nenhuma irregularidade.

A FUNAI CGLIC, de Brasília, é o agente fiscalizador do processo, quem conduz o processo de licenciamento naquilo que concerne aos indígenas, e tem o papel de resguardar os direitos dos povos indígenas, ao mesmo tempo que preserva sua autonomia de decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito. No entanto, é também da FUNAI a responsabilidade de manter os indígenas informados sobre os processos que lhes acometem, o que nem sempre acontece, ficando muitas vezes esta função relegada, e realizada por agentes que atuam na linha de frente diretamente com os indígenas, sejam técnicos consultores, sejam atores oriundos de outras esferas.

Nestes eventos narrados na primeira expedição de campo, a FUNAI CGLIC esteve presente apenas nas reuniões de apresentação do Plano de Trabalho, atuando apenas como instância que oficializa a ocorrência da reunião, sem prestar qualquer tipo de informação aos indígenas quanto aos trâmites burocráticos que estavam em andamento ao mesmo tempo que ocorria esta expedição (sobre os quais falarei em seguida). Importante citar, também, que à época a FUNAI não tinha qualquer jurisprudência ou normativa interna relativa ao processo de consulta prévia, livre e informada, porém, era esperado que esta

fundação se pronunciasse justamente sobre este tema nas reuniões, que fora tão cobrado pelos indígenas, uma vez que as apresentações do Plano de Trabalho ocorreram com o processo de licenciamento já sob inquérito civil.

Assim, a FUNAI CGLIC, representada por um servidor deslocado de Brasília, apenas oficializou as reuniões dando fé pública para as atas dos eventos. Como já colocado acima no texto, um tema bastante sensível fora suprimido da ata da reunião, que é o TAC que estava sendo elaborado. A CGLIC, em sua presença na aldeia, teve uma postura e um cuidado de, acima de tudo, preservar a si mesma, tratando apenas de detalhes do processo sobre os quais a fundação teria condições de responder, não incentivando questionamentos sobre temas considerados delicados, de difícil resolução, nem tampouco aprofundando a questão da consulta prévia com os indígenas. As razões de um Termo de Ajustamento de Conduta estar sendo construído entre indígenas e Estado de Mato Grosso decorriam de uma tentativa de suborno da frente parlamentar para com os indígenas, e a CGLIC sabendo da delicadeza do tema, e não tendo um posicionamento sobre ele, o evitou durante a apresentação, limitando-se a apenas registrar alguns encaminhamentos em ata, sem manifestar informações e posicionamentos que pudessem acarretar uma discussão sobre “novas” pautas.

A Coordenação Regional do Noroeste Mato-grossense, em Juína, assim como a Coordenação Técnica Local, em Aripuanã, funcionava, por intermédio de seus servidores, como estruturas de manutenção de uma relação de tutela sobre os indígenas. O empenho do servidor da CTL Aripuanã em mostrar a sua utilidade para os indígenas e sua preocupação com início dos estudos, revelam também o interesse de que o processo avance para que recursos sejam destinados para as Terras Indígenas com o propósito de desenvolver projetos com os indígenas, o que se desenha como uma oportunidade de abastecer os negócios que este servidor mantém junto aos Arara do Rio Branco. Da mesma forma, o interesse de Antônio da CR Juína, sobre quem seria a equipe a realizar o estudo, se justifica pela oportunidade de angariar recursos, possivelmente indicando uma empresa, ou técnicos especializados de sua confiança. É bastante semelhante como os dois servidores tanto de Juína como de Aripuanã buscaram se mostrar como pessoas muito próximas dos indígenas, como pessoas de sua extrema confiança, pessoas que “ajudam muito” os indígenas, “resolvendo” suas demandas. Quase como se sua presença fosse imprescindível para a realização de qualquer atividade junto aos indígenas. Daí o incômodo de Antônio ao falar do bispo, quando em nossa conversa, mencionei que os

indígenas estavam em reunião na casa de Dom Neri, que claramente se configura como uma outra instância que concorre com a FUNAI local no que diz respeito às relações de caráter tutelar com os indígenas.

O bispo Dom Neri representa uma figura de muita influência na região, não apenas no município de Juína, onde reside, mas em todo o noroeste mato-grossense. Os indígenas de Aripuanã também frequentavam sua casa, apesar da distância entre Juína e Aripuanã ser de mais de 200 quilômetros. Essa distância precisa ser percorrida em uma estrada de terra, durando não menos que 4 horas e 30 minutos. A relevância e influência do bispo na região, e da igreja católica como um todo, também se revela na posição que ocupa em um evento do governo do estado, sentando-se ao lado do governador no palco do ginásio, ou quando o secretário da SINFRA decide imediatamente aproveitar sua visita à região para cumprimentar o bispo em sua casa, num ato que mais parecia um pedido de ajuda para resolução do “problema com os indígenas” e uma solicitação de autorização para começar as obras da rodovia. O bispo, e a diocese de Juína, são tão influentes no noroeste mato-grossense que qualquer candidato à prefeitura municipal na região, ou outro cargo de relevância, seja no poder executivo, seja no legislativo, não pode se abster de obter o apoio da diocese de Juína.

A figura do bispo, no entanto, transparecia justamente uma tranquilidade, uma postura sempre buscando um lugar de neutralidade, livre de qualquer influência, como se fosse um juiz, acima das influências das leis e dos afetos humanos. Uma postura de quem é plenamente ciente do poder que possui, se colocando como alguém separado das discussões em andamento na sua casa, como se tal assunto tivesse a mesma relevância do que o ato de decidir que roupa vestir num dia qualquer. O poder da diocese, e a influência do bispo na região são de tal ordem, que sua casa pode ficar com o portão aberto o dia inteiro, sem vigias, guardas nem porteiros fazendo a segurança. As atitudes do bispo Dom Neri, contudo, mostravam como se intencionalmente ele buscasse ignorar que detinha um poder que o diferenciava dos demais indivíduos com quem estava reunido, tentando resguardar alguns atributos de uma dominação carismática:

A específica forma carismática de solucionar conflitos é a revelação pelo profeta ou pelo oráculo, ou então a arbitragem “salomônica” de um sábio carismaticamente qualificado, encontrada mediante considerações valorativas rigorosamente concretas e individuais, mas que reclamam vigência absoluta. (WEBER, 1999)



Sabendo disso, os indígenas da região não poderiam se abster de buscar apoio na diocese e contar apenas com o apoio da FUNAI local. Para o trato de um assunto da magnitude da BR-174, era crucial para os indígenas, ao menos em aparência, manter Dom Neri como um aliado, como alguém que é consultado por eles, numa estratégia de atenuar a hostilidade que sofriam na região por parte daqueles diretamente interessados na construção imediata da rodovia. Dom Neri servia no processo, de certo modo, como um “escudo” de defesa dos indígenas em relação à frente parlamentar pró BR-174. Sua relação com o bispo atestava que suas atitudes eram legítimas, era uma maneira de “validar” suas ações perante o Estado, perante a população local e demais segmentos que colocavam a “questão indígena” como um empecilho para o desenvolvimento regional. Mais do que uma concorrente da FUNAI no aspecto tutelar, a diocese cumpria um papel diante da sociedade local, e do empreendedor, que a FUNAI não teria condições de cumprir.

A SINFRA teve participação singela nesta expedição. Seu servidor representante chegou à região após a realização das duas apresentações do Plano de Trabalho, o que era um descumprimento do regulamento do processo, que obriga uma representação do empreendedor a comparecer nas etapas do licenciamento. Quando chegou, suas conversas com os indígenas, mesmo assessorado pela equipe técnica, não surtiram efeitos significativos, apenas condicionaram o andamento do processo à verificação do servidor da SINFRA sobre as possibilidades de reserva de uma verba para os projetos futuros de compensação de impactos, e sobre o modo de realização de uma consulta aos indígenas, que, aliás, na época, não contavam com um protocolo de consulta elaborado.

O servidor, contudo, chegou em Juína com uma estratégia equivocada para dar andamento ao processo. Sua alternativa era reunir os indígenas, “explicar melhor” a eles o que era o Plano de Trabalho, oficializar estas reuniões junto à FUNAI, e iniciar a elaboração dos estudos. Tal estratégia, além de decorrer de uma típica atitude preconceituosa para com os indígenas, nitidamente subestimava as suas pautas. A SINFRA, na verdade, e fortemente apoiada e influenciada pela frente parlamentar, ainda não havia descartado a possibilidade de subornar os indígenas, ou ao menos, alguns indígenas, numa crença de que poucas lideranças teriam condições de decidir por todos os povos Rikbaktsa de três Terras Indígenas diferentes. Tal alternativa, evidentemente problemática, apenas embargaria o processo ainda mais.

A seguir, apresento como, de fato, a frente parlamentar já havia tentado esta estratégia de cooptação de lideranças indígenas, e que esta foi uma das causas que motivaram o posicionamento tanto de Rikbaktsa como de Arara do Rio Branco verificado nas apresentações do Plano de Trabalho. Também é esta a causa da existência de um TAC entre Estado de Mato Grosso e indígenas representados pela FEPOIMT.

### **3.2. O processo entre final de 2017 e início de 2019.**

Após as reuniões de apresentação do Plano de Trabalho aos Rikbaktsa e Arara, decorreram dois anos até que se desse o início do protocolo de consulta e a realização do ECI. Neste hiato de tempo, os órgãos e entidades envolvidos atuaram no sentido de cumprir algumas demandas colocadas pelos indígenas nas referidas apresentações. Ainda, a qualquer indicativo de que o licenciamento da rodovia estava avançando, atores interessados no processo correspondiam de alguma forma colocando suas pautas, e marcando seus interesses nos autos do processo.

Como já afirmado acima, os indígenas Cinta Larga exigiam a inclusão de suas Terras Indígenas como área impactada pela rodovia e, sabendo da presença de CGLIC e equipe técnica na região para se reunir com Rikbaktsa e com os Arara, foi elaborada uma carta para a FUNAI, um dia após a apresentação do Plano de Trabalho para os Rikbaktsa, no dia 13 de setembro de 2017, conforme mostra a Figura 3.

### Figura 3 – Carta dos Cinta Larga.

Ao Coordenador representante CGLIC da FUNAI/BRASILIA

**Assunto: inclusão no componente indígena**

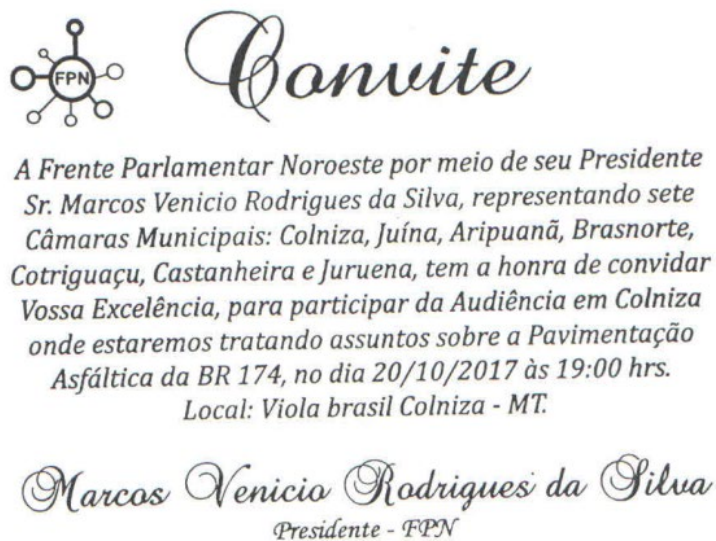
Ao cumprimentar Vossa Senhoria, venho por meio deste solicitar medidas Para que sejamos incluídos nos estudos do componente indígena do projeto de pavimentação da BR174 uma vês que nosso território se encontra próximo das áreas de pavimentação e impactos ambientais, é importante ressaltar que como vimos que área com maior distancia serão beneficiadas e, no entanto nossa comunidade nem se que consta em ambos os processos, diante disto nos da comunidade Cinta Larga do município de Aripuanã solicitamos explicações e que sejamos incluídos também nos processos de estudos e compensação, solicitamos ainda que a FUNAI juntamente com os Empreendedores analisem nossa solicitação e nos inclua dentro dos estudos, diante destas palavras eu Cacique Geral: DAEIT AKAT KABAN CINTA LARGA neste ato representando toda comunidade Cinta Larga do Município de Aripuanã venho trazer o anseio de nossa comunidade. Sem mais para o momento desde já agradecemos a vossa compreensão e ciente de poder contar vossa atenção desde já agradecemos.

Fonte: acervo do autor.

A FUNAI considerou o interesse manifestado na carta, porém, sua decisão após análise cartográfica, se manteve, e os Cinta Larga não foram inclusos no processo como um povo impactado pela BR-174. O **ANEXO 1** apresenta a análise cartográfica da FUNAI. Não encontrei nos autos do processo uma resposta da FUNAI à carta dos Cinta Larga. É por meio de um ofício em resposta ao MPF, que há menção da FUNAI sobre o recebimento da demanda Cinta Larga, no entanto, análise cartográfica foi categórica.

Também após as reuniões para apresentação do Plano de Trabalho, a Coordenação Regional do Noroeste de Mato Grosso da FUNAI (CR-Juína) recebeu um convite da Frente Parlamentar Noroeste para uma audiência com o objetivo de discutir o início das obras da BR-174, conforme mostra a Figura 4.

**Figura 4 – Convite da Frente Parlamentar Noroeste**



Fonte: acervo do autor.

Tal convite é mais uma evidência da organização das forças políticas locais em torno do empreendimento BR-174, no sentido de concretizar o início das obras. Esta audiência teria a presença de representações Rikbaktsa e Arara do Rio Branco. O coordenador da CR-Juína, Antônio Aquino, oficializou o recebimento do convite junto à FUNAI-Brasília (CGLIC), solicitando orientações quanto à sua participação no evento. Não pude encontrar a resposta da FUNAI-Brasília a tal questionamento de Antônio, logo, não pude averiguar se o coordenador participou ou não do evento. A programação do evento incluía uma mobilização inicial no aeroporto da cidade de Colniza/MT, com panfletagem e distribuição de camisetas com publicidade sobre a rodovia, seguida de uma caminhada pela cidade de Colniza/MT até chegar no local da audiência, onde também seria oferecido uma refeição aos presentes.

As correspondências seguintes da FUNAI mostram que, apesar de não citar o TAC em ata, e não dar prosseguimento a este assunto durante as apresentações do Plano de Trabalho em campo, após a expedição, a FUNAI encaminha ofício para a SINFRÁ e para a SEMA em 20 de setembro de 2017 (a equipe ainda estava em campo), solicitando que estas secretarias dessem continuidade à construção do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC):

1. Em reuniões realizadas nos dias 12 e 14.09.17 com as comunidades das terras indígenas Erikpatsa, Japuira, Escondido e Arara do Rio Branco para apresentação do Plano de Trabalho e equipe para a realização dos Estudos do Componente Indígena do licenciamento ambiental da pavimentação da BR-174/MT, trecho entre os municípios de Castanheiras/MT e Colniza/MT, fomos

informados pelos indígenas que esta Secretaria havia proposto a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para garantir a execução do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) do licenciamento do empreendimento.

2. Os indígenas preferiram não se manifestar, por enquanto, acerca do Plano de Trabalho apresentado. Antes de se manifestarem, as comunidades das terras indígenas Erikpatsa, Japuira e Escondido solicitaram reunião com representante da SINFRA e da CGLic/Funai, e as comunidades da terra indígena Arara do Rio Branco solicitaram reunião com a SINFRA, CGLic/Funai, Ministério Público Federal e um representante do Governador do Estado para discussão dos termos do TAC. As comunidades Rikbaktsa e Arara, solicitaram, ainda, cada uma, a inclusão de um(a) antropólogo(a) de sua confiança na equipe de consultoria que irá realizar os estudos.

3. Lembramos que em reunião realizada na Presidência da Funai em 30.03.17 com presença do Deputado Federal Valtenir Pereira e do Secretário Adjunto da SINFRA, a Funai informou que para a apreciação do TAC é necessária a minuta de proposta do instrumento jurídico em si, o Plano de Trabalho para realização dos estudos e o cronograma da obra.

4. Assim, solicitamos a V. Sa., antes de agendarmos as mencionadas reuniões com os indígenas, a formalização dos detalhes da proposta de TAC.

O TAC na verdade foi uma tentativa de a SINFRA contornar o componente indígena do licenciamento ambiental, pulando suas etapas e tentando pleitear a licença de instalação da rodovia sem a necessidade de realizar os estudos de impacto com os indígenas da região. Tal procedimento lhe pouparia anos de trabalho, e geraria um custo muito menor, apesar de tal estratégia incorrer em infrações legais de diversas ordens.

O plano consistia, então, em ganhar a confiança dos indígenas (e a autorização de prosseguir as obras) reservando um valor (parte do orçamento da obra) para ser utilizado nas compensações pelos impactos infligidos aos indígenas futuramente. Este valor estava sendo articulado entre entidades e organizações civis da região junto à Frente Parlamentar Noroeste, além de fazendeiros e empresários interessados na obra. O que mostra que o plano, de fato, era pagar os indígenas pela autorização do início das obras. Mas não só isso, o objetivo fundamental consistia em suprimir as etapas do licenciamento ambiental<sup>24</sup>. Contudo, com a apresentação do Plano de Trabalho ocorrendo, e o processo dando mostras de que seria tocado pela FUNAI normalmente, o plano inicial da SINFRA

---

<sup>24</sup> Esta estratégia revela também um equívoco da SINFRA com relação ao processo de licenciamento ambiental, no que diz respeito ao componente indígena. O empreendimento não requer autorização dos indígenas para sua instalação e operação. A autorização dos indígenas é solicitada apenas para que sejam incluídos no licenciamento, recebendo um estudo de impacto ambiental e um plano básico ambiental específicos, conforme a Portaria Interministerial Nº, 60 de 2015. No processo de licenciamento ambiental o empreendimento nunca está condicionado a autorização dos indígenas. O mesmo entendimento vale para a consulta prévia, livre e informada que, segundo jurisprudência do STJ (PAULA et al., 2019) o empreendimento deve acarretar consulta aos indígenas afetados, mas estes não têm poder de veto sobre o empreendimento.

foi inviabilizado, além de que o processo acabou judicializado no MPF, para que fosse feita a consulta prévia aos indígenas. O que não era esperado pela SINFRA, em uma “virada no jogo” pelas organizações indígenas, é que a realização do ECI fosse condicionada à construção do TAC proposto pela SINFRA, fazendo uma reserva de valores para usos futuros na compensação dos impactos causados pela estrada. Ou seja, em vez de o processo ter suas etapas suprimidas, os indígenas conseguiram pleitear justamente o acréscimo de etapas (com a inclusão da consulta prévia em meio ao licenciamento), e ainda reter o valor prometido pela SINFRA.

Assim, entre 2017 e 2019, é possível uma reconstrução do processo em uma sequência de eventos a partir da análise das correspondências entre os órgãos e entidades do poder executivo e judiciário. A seguir, busco apresentar resumidamente, e em ordem cronológica, os eventos ocorridos com o objetivo de atender a demanda dos indígenas relativa à reserva de recursos para futura execução das medidas compensatórias pelos impactos da rodovia:

- 11 de outubro de 2017: reunião com representações de SINFRA, MPF e TCU, em Cuiabá/MT, para discutir as possibilidades de atendimento da demanda dos indígenas pela reserva de valor;
- 18 de dezembro de 2017: reunião realizada em Cuiabá/MT com presença de MPF, SINFRA, FUNAI. A FUNAI apresentou um fluxograma com esboço para um plano de consulta. E SINFRA questionou a realização de um processo de consulta em meio ao licenciamento ambiental, afirmando que a consulta merecia ser tratada como um processo separado;
- 18 de janeiro de 2018: reunião com representações de SINFRA, MPF e TCU, em Cuiabá/MT;
- 02 de fevereiro de 2018: nova reunião com representações de SINFRA, MPF e TCU em Cuiabá/MT, em que o TCU autoriza abertura de conta corrente para alocar o recurso aos indígenas;
- 19 de fevereiro de 2018: SINFRA encaminha ofício à FUNAI questionando sobre como deve ser realizada a consulta aos indígenas, solicitando apoio e orientações. Importante ressaltar que a SINFRA encaminhou ao todo 4 (quatro) ofícios à FUNAI solicitando orientações de como proceder ao processo de consulta, não obtendo resposta por um período de 6 meses, até que o TCU encaminha uma notificação;

- 18 de junho de 2018: reunião na sede do TCU em Cuiabá/MT, com representações de SINFRA, FUNAI/CGLIC, FUNAI/CR-Juína, MPF, representantes Rikbaktsa e Arara;

Só em 18 de julho de 2018 as correspondências oficiais mostram que a FUNAI - Brasília inicia um processo de construção de um protocolo de consulta junto aos Rikbaktsa e aos Arara do Rio Branco, acionando a CR-Juína, conforme o conteúdo do 2º e 7º parágrafos do seguinte ofício enviado ao MPF:

2. Inicialmente, buscamos satisfazer, na medida do possível, o Ofício/PRM/JUI/MT/no43/2018. Quanto à solicitação do plano detalhado de consulta aos povos indígenas inseridos no processo de licenciamento ambiental da BR-174/MT - trecho Castanheira/MT a Colniza/MT-, informando etapas, responsabilidades e indicando casos de sucesso que serviriam de balizamento, não será possível atender plenamente a demanda, pelos motivos que se seguem. 1) A construção de um Plano de Consulta, e eventual Protocolo de Consulta, deve ser construído em conjunto com as comunidades indígenas, de sorte que apenas após o trabalho de definição do plano ter-se-á uma estrutura apresentável. 2) O licenciamento ambiental da Fundação Nacional do Índio-Funai não dispõe atualmente de modelos de referência de consulta que possam servir de balizamento. Estão sendo construídos planos e protocolos de consulta para outros processos de licenciamento ambiental nesta Fundação, mas nenhum se encontra em estágio avançado suficiente para servir de modelo. 3) Igualmente, não se pode alinhar prazos uma vez que a construção dos planos de consulta dependerá de acordos diretos com os povos indígenas. [...]

7. Por fim, a Funai afirma que tem interesse em acatar a parte da Recomendação que lhe cabe. Para isto, está sendo acionada, concomitantemente à confecção deste ofício, a Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso-CT-NOMT, para que aquela seção da Funai articule com as comunidades indígenas uma reunião introdutória de nivelamento e definição de procedimentos para a construção dos planos de consulta. A Procuradoria da República em Juína será um importante parceiro desde esse primeiro momento. A Funai informará a data de tal agenda assim que estiver definida.

A FUNAI reconhece no ofício que não possui normativas ou procedimentos previamente definidos para lidar com o processo de consulta. Além disso, à época, apenas o povo Wajãpi, do Oiapoque/AP, contava com um protocolo de consulta concluído e publicado, enquanto os povos do Território Indígena do Xingu (TIX), avançava na construção do seu. Em tal ofício, a FUNAI apresenta um fluxograma (**ANEXO 2**) com um esboço do que poderia vir a ser a sucessão de etapas de um protocolo de consulta indígena. Assim, após muitos meses decorridos da apresentação do Plano de Trabalho em campo, FUNAI acionou a CR-Juína para que esta iniciasse um trabalho de consulta aos Rikbaktsa e aos Arara sobre qual seria a forma mais adequada para se iniciar a construção do seu Protocolo de Consulta, e das possibilidades de realizar algumas reuniões com o objetivo de detalhar melhor estes procedimentos.

Seguindo a sequência de eventos:

- 16 de julho de 2018: Antônio Aquino, coordenador da CR-Juína, envia um memorando à FUNAI informando os recursos necessários, bem como a logística e metodologia apresentada pelos indígenas para as reuniões introdutórias à construção do Plano de Consulta;
- 31 de agosto de 2018: reunião entre DNIT, SINFRA e outras representações do governo de Mato Grosso. Nesta reunião DNIT informa que a Procuradoria Federal Especializada do DNIT autorizou o deslocamento de recursos orçamentários do empreendimento BR-174 por intermédio do Termo de Compromisso firmado com o governo de Mato Grosso para fins de reserva para o PBA Indígena. DNIT, então, solicita os dados do projeto de engenharia, plano de trabalho e cronograma de obras para fazer a transação;
- 18 de setembro de 2018: é solicitada pelo DNIT abertura de conta bancária em nome do governo do estado de Mato Grosso, para alocação do recurso de reserva ao PBA Indígena. O aditivo realizado no Termo de Compromisso firmado entre governo de Mato Grosso e DNIT para alocação do recurso do PBA Indígena é apresentado no **ANEXO 3**;
- 24 de setembro de 2018: TCU notifica a FUNAI com um prazo de 30 dias para responder aos ofícios encaminhados pela SINFRA solicitando orientações sobre como realizar a consulta aos indígenas. Não cumprindo, a FUNAI teria de abrir sindicância interna para apurar possíveis omissões de servidores públicos para com o processo, implicando em ações penais;
- 30 de outubro de 2018: abertura de nova conta bancária para abrigar o valor destinado ao PBA Indígena, conforme apresenta o **ANEXO 3**;
- 26 de dezembro de 2018: comprovante do depósito em conta bancária no valor R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a futura execução do PBA Indígena, conforme apresenta o **ANEXO 3**;
- 12 de fevereiro de 2019: ocorre a primeira reunião interna dos Rikbaktsa com acompanhamento da CR-Juína para deliberarem sobre o plano de consulta;



Nesta reunião, os Rikbaktsa apresentaram a demanda de criação de uma comissão executiva composta pelas seguintes representações: FUNAI/CGLIC, MPF, TCU, Ministério Público Estadual, governo do estado de Mato Grosso, Procuradoria o Meio Ambiente, 10 (dez) representantes Rikbaktsa eleitos. O objetivo da comissão seria a construção de um Plano de Trabalho que detalhasse a consulta prévia. Também registraram em ata, o total apoio dos Rikbaktsa ao empreendimento, e que os indígenas não eram contra o desenvolvimento do estado e nem dos municípios da região, apenas queria que seus direitos fossem respeitados e considerados no processo.

Após esta reunião, alguns encontros ocorreram entre os Rikbaktsa, no sentido de alinhar as informações sobre o processo entre toda a comunidade das três terras indígenas. Assim, em 23 de maio de 2019 ocorre uma nova reunião, desta vez no município de Juína/MT, no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica - CEFAPRO. A reunião contou com a presença de representantes Rikbaktsa, servidor da CGLIC, um representante da SINFRA e um representante da equipe técnica consultora. Nesta, os Rikbaktsa trataram de definir como seriam as etapas de construção do ECI. Suas condições eram de que a equipe técnica deveria percorrer todas as aldeias Rikbaktsa, das três terras indígenas. Em cada aldeia deveria apresentar o projeto de engenharia da rodovia, e falar dos possíveis impactos, no sentido de informar os indígenas sobre os detalhes e sobre o processo como um todo, já que nem todos tem acesso a estas informações, principalmente os indígenas idosos. Após esta etapa de informação, a comunidade teria um momento para se manifestar sobre o empreendimento. Em seguida, a equipe então poderia realizar o diagnóstico necessário para o ECI conforme as metodologias adequadas. Uma vez que o ECI fosse concluído e escrito, a equipe técnica deveria primeiro cumprir uma etapa de oitivas, apresentando o ECI para a comunidade, e só então protocolá-lo na FUNAI em Brasília.

Além disso, também foi conversado nesta reunião a possibilidade de se contratar um consultor de confiança dos indígenas, o que o servidor da CGLIC prometeu se informar sobre o assunto, não dando uma resposta aos indígenas. Após as combinações, ficou agendado uma nova apresentação do Plano de Trabalho aos Rikbaktsa, onde então seriam discutidos ponto a ponto do documento, com a intenção de adequá-lo às novas combinações e ajustar uma maneira de iniciar o ECI. De acordo com os Rikbaktsa, esta apresentação deveria ocorrer em duas etapas, no primeiro dia de apresentação haveria a discussão do conteúdo do Plano de Trabalho, para que a equipe explicasse em detalhes o

documento. Os indígenas teriam um momento de questionamento a partir das informações dadas pela equipe e, no segundo dia, então, seria feita uma formalização do Plano de Trabalho a partir dos ajustes solicitados pelos indígenas. Concluída esta etapa de informação e formalização, seriam agendados os dias de início do detalhamento do ECI e da aplicação da consulta, com a construção de um cronograma para o trabalho de campo.

Importante destacar, que neste período transcorrido entre os anos 2017 e 2019, os indígenas não conseguiram construir um *protocolo de consulta*<sup>25</sup>. O que se fez foi adicionar etapas ao processo de licenciamento ambiental que, na prática, funcionaram para adaptar à realidade dos Rikbaktsa um processo administrativo e burocrático que fica muito aquém de dialogar com a especificidade do modo de vida dos indígenas.

Assim, no dia primeiro de julho de 2019 ocorre a primeira reunião, a de informação e discussão do Plano de Trabalho. Nesta, estavam presentes representações da empresa consultora (equipe técnica), CGLIC, CR-Juína, SINFRA, políticos locais como prefeitos, vereadores e o presidente da câmara de vereadores de Aripuanã/MT. Além destes, os caciques das aldeias Rikbaktsa das três terras indígenas também estavam presentes. O local da reunião foi a aldeia Primavera. Ela tratou sobre o processo de licenciamento ambiental, sobre os impactos da rodovia, tratou da apresentação do Plano de Trabalho, e tratou sobre detalhes relativos à realização do ECI. Houve um momento em que os indígenas pediram para que os não-indígenas se retirassem do local da reunião para que escolhessem os seus representantes para acompanhar o trabalho da equipe. Os representantes foram Jair Tsaibata Tsé e Nelson Mutzie. Assim, deu-se a aprovação do Plano de Trabalho e a autorização e combinações gerais para início da consulta e do ECI.

No dia seguinte, a reunião foi retomada, apenas para formalizar as combinações anteriores, e houve falas de agradecimento da equipe técnica, bem como dos indígenas, pelo fato de o processo estar se encaminhando de uma forma participativa, na qual a comunidade estava tomando parte dos acontecimentos e sendo informada adequadamente sobre o processo de licenciamento ambiental.

---

<sup>25</sup> Grifo meu.

#### **4. A EXPEDIÇÃO DE CONSULTA AOS RIKBAKTA E CONSTRUÇÃO DO ECI.**

Neste capítulo trago as experiências de campo ocorridas no ano de 2019, quando realizamos o trabalho de consulta aos Rikbaktsa sobre o empreendimento BR-174, e realizamos um Estudo do Componente Indígena com este povo, que resulta em uma avaliação dos impactos socioambientais que tal rodovia causará em suas vidas e seu território. Tal estudo compreende um amplo diagnóstico de caráter multidisciplinar e participativo, obedecendo à especificidade do modo de vida Rikbaktsa em sua metodologia de execução.

Deste modo, o conteúdo deste capítulo tem como referência principal as anotações e registros em meu diário de campo, com algumas exceções relativas a fotografias e dados específicos que trago de outras fontes, para enriquecimento da narrativa etnográfica e argumentação antropológica.

Sobre o processo de consulta ao povo Rikbaktsa, então, ficou estabelecido que a equipe técnica faria reuniões com todas as aldeias apresentando o empreendimento de forma detalhada, e realizando uma oficina para discussão sobre os impactos da rodovia. A metodologia para esta reunião foi desenvolvida nas aldeias pela equipe com a seguinte estrutura:

- Apresentação do empreendimento explicando os detalhes da obra, os impactos já causados, possíveis impactos a surgir, e cronograma de execução;
- Atividade em que os indígenas seriam instigados a refletir, individualmente ou em grupos, sobre como eles pensavam que o empreendimento poderia afetar seu modo de vida, seu território, suas fontes de renda, sua alimentação, suas roças, sua segurança, etc., e tentar colocar no papel, escrevendo, desenhando, ou apenas verbalizando;
- Após a reflexão, os grupos ou indivíduos seriam convidados a se manifestar ao restante do público explicando o que foi pensado, quais impactos que poderiam ocorrer, quais mudanças a estrada poderia proporcionar para sua vida como um todo;

- Em seguida, a equipe faria uma listagem das manifestações dos indígenas, suas palavras, impactos trazidos, e com esta listagem faria uma nuvem de palavras, de maneira a registrar a percepção que os indígenas estariam manifestando sobre o empreendimento;
- O último momento da oficina seria uma reflexão da equipe com os indígenas a partir do conteúdo de suas manifestações, explicando sobre os possíveis impactos, tirando dúvidas ou desenvolvendo diferentes raciocínios trazidos à tona pelos indígenas, e apresentando a listagem de “possíveis impactos” construídos na atividade, em forma de “nuvem de palavras”;
- Não havendo mais questionamentos ou dúvidas sobre a atividade, a equipe daria a reunião por encerrada, fazendo o registro do momento.

Tal dinâmica é explicada no ECI da seguinte maneira:

A discussão sobre os possíveis impactos socioambientais causados por este empreendimento foi impulsionada por uma dinâmica pedagógica, em que a comunidade era instigada a pensar sobre as alterações no seu cotidiano nas aldeias, que acreditavam que pudesse ocorrer com o estabelecimento de uma rodovia federal próxima das Terras Indígenas. Para expor suas preocupações, os participantes se dividiam em grupos e eram instigados a refletirem por alguns minutos em todo o processo e em quais alterações na sua vida conseguiam relacionar à pavimentação da rodovia BR-174. Em seguida, construíam desenhos, ou textos em papéis distribuídos pela equipe, e apresentavam suas reflexões para o grande grupo, gerando um conteúdo que alimentava a discussão sobre os possíveis impactos socioambientais relacionados à BR-174. (ECOPLAN, 2020).

Após as tratativas ocorridas nas reuniões descritas ao final do capítulo anterior, quando foi definida a maneira que o ECI e a consulta deveriam ser realizados com os Rikbaktsa, a equipe participou de reuniões nos mesmos moldes com o povo Arara do Rio Branco, em Aripuanã/MT. E após o trabalho de campo com os Arara, retornamos para Juína/MT, onde se deu início do trabalho de campo com os Rikbaktsa.

Assim, no dia 17 de julho de 2019, a equipe se deslocou de Aripuanã para Juína, pernoitando nesta cidade. No dia seguinte, reunimos com nossos guias e interlocutores Rikbaktsa: Jair e Nelson. Neste encontro elaboramos o cronograma e a logística para os primeiros dias de trabalho na Terra Indígena Erikpatsa. Foram discutidos detalhes relativos a combustível, alimentação necessária para os primeiros dias em campo, estadia, itens a serem adquiridos na cidade e alguns detalhes mais específicos sobre metodologia

de trabalho. Dividimos todas as aldeias da TI Erikpatsa em 3 blocos diferentes, para facilitar o trabalho de diagnóstico e as reuniões ampliadas.

Para cumprir com a consulta, seriam realizadas reuniões nas aldeias maiores de cada bloco, concentrando os representantes de cada aldeia de determinado bloco em uma reunião apenas. Esta foi a maneira encontrada para fazer o trabalho de consulta na TI Erikpatsa em menos tempo, já que a TI possui muitas aldeias e seria contraproducente fazer a mesma reunião em cada uma das aldeias. Contudo, após a reunião ampliada, o trabalho de diagnóstico, este sim, implicava em visitar cada uma das aldeias da Terra Indígena.

No dia 23 de julho de 2019, a equipe pariu de Juína/MT para a TI Erikpatsa, juntamente com os interlocutores Jair e Nelson, com o objetivo de se estabelecer na aldeia Barranco Vermelho. Chegando na aldeia, descarregamos os veículos com a alimentação para aqueles que iriam participar da reunião ampliada. O trabalho de preparo das refeições ampliadas era desempenhado por indígenas, contratados pela equipe por diária de serviço. Após descarregar os alimentos, o cacique Darci mostrou para a equipe onde seria o local de pernoite e de estadia nos próximos dias de trabalho, uma casa de madeira construída ao lado da sua. O trabalho de diagnóstico incluía conhecer a realidade de todas as aldeias de cada Bloco, porém, em cada Bloco fixamos uma aldeia como “base” para pernoite e acomodação dos equipamentos.

Esta divisão por blocos de aldeias não foi apenas uma facilitação logística para o trabalho, ela é uma realidade na TI Erikpatsa, que também advém não apenas de fatores geográficos. As aldeias estão dispostas ao longo da Terra Indígena, todas mais próximas à margem direita do rio Juruena, à exceção das aldeias Posto Novo e Escolinha, que ficam no limite leste da TI, à margem esquerda do rio do Sangue. A aldeia Posto Novo é a única da TI Erikpatsa que não possui acesso terrestre, seu acesso se dá pelo rio do Sangue. Assim, todas as outras 26 aldeias estão concentradas em três aglomerações distintas, uma mais ao sul da TI, outra mais central na TI, e outra mais ao norte da TI. O bloco 1, da aldeia Barranco Vermelho, dista aproximadamente 15 quilômetros do bloco 2, mais central, e aproximadamente 35 quilômetros do bloco 3, mais ao norte. Entretanto, a distribuição geográfica das aldeias no território Erikpatsa obedece a divisões internas entre o povo Rikbaktsa, tanto relativas a parentesco como relativas a afinidades políticas. Também se deve ao modo como vivem os indígenas em cada bloco de aldeias. Sendo o bloco 1 o mais próximo do município de Juína, também o de acesso mais facilitado às

idades próximas, é onde se verifica um trânsito de mercadorias e relações com não-indígenas muito maior do que nos blocos 2 e 3, que ficam mais afastados do convívio com não-indígenas do entorno da TI.

A Tabela 5, a seguir, apresenta a divisão das aldeias nos três blocos.

**Tabela 5 – Blocos de aldeias da TI Erikpatsa.**

<b>Bloco 1</b>	<b>Bloco 2</b>	<b>Bloco 3</b>
Barranco Vermelho	Beira-Rio	Areia Branca
Boa Esperança	Cajueiro	Bacaval
Cabeceirinha	Curva	Nova
Divisa	Curvinha	Pedra Bonita
Escolinha	Laranjal	Santa Rita
Palmeira do Norte	Pedregal	Seringal I
Posto Novo	Primavera	Seringal II
	Primavera do Oeste	Velha
	Segunda	
	Segurança	
	União	
	Vale da Cachoeira	
	Vale do Sol	

Após a equipe se estabelecer no local de pernoite, houve um almoço coletivo na aldeia Barranco Vermelho e, em seguida, ocorreu a reunião ampliada, com os objetivos de informar o povo Rikbaktsa sobre as características do empreendimento, consultá-los, e realizar a atividade com intuito de debater sobre os possíveis impactos que a rodovia poderia trazer, bem como os que ela já causou. A Figura 5, a seguir, mostra o andamento da atividade na aldeia Barranco Vermelho.

**Figura 5 – Reunião ampliada na escola da aldeia Barranco Vermelho.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

Ao final a atividade, os impactos assinalados pelos representantes das aldeias do bloco 1 foram os seguintes: alcoolismo, uso de drogas, expansão fronteira agrícola, alteração áreas de caça, desmatamento, doenças, aumento fluxo veículos, redução de áreas de coleta de mel, poluição rio, atropelamento de fauna, redução de matéria prima para o artesanato, qualidade da água, crescimento populacional no entorno da TI, queimadas, redução de peixes, redução área de coletas de ervas medicinais, pesca ilegal, descarte de lixo nas margens do rio (ECOPLAN, 2020).

Após a reunião ampla sobre os impactos, a equipe registrou as informações, organizou o material, e os representantes das outras aldeias do bloco retornaram para suas aldeias, os da Barranco Vermelho retornaram para suas casas. A equipe iniciou, então, o trabalho de diagnóstico socioambiental na aldeia Barranco Vermelho, começando com uma caminhada guiada por toda a aldeia, mapeando todas as residências e edificações, conhecendo todas as famílias, fazendo um censo da comunidade da aldeia e conhecendo toda a estrutura da aldeia. A última casa a nos receber foi de Lucinete e Edgar, que concederam uma entrevista semiestruturada, abordando diversos detalhes da vida na aldeia, como fontes de renda, atividades produtivas, artesanato, rituais, festas, relações com os não-indígenas dentre outras informações de interesse para o ECI. Já no início da noite, encerramos o trabalho na aldeia, jantamos e nos alojamos para o pernoite.

A partir do dia seguinte, a dinâmica de trabalho da equipe assumiu uma nova formatação, já que estávamos entre cinco técnicos: 1 geógrafo, 1 biólogo, 1 engenheiro

ambiental, 2 antropólogos; e dois guias: Jair e Nelson; formamos duas equipes, para otimizar o trabalho de levantamento de dados em todas as aldeias. Deste modo, não houve nenhum técnico que de fato visitou todas as aldeias, mas membros da equipe técnica e, ao menos um dos guias, sim, estiveram em todas as aldeias Rikbaktsa. Deste modo, as equipes ficaram na seguinte configuração. Equipe 1: antropóloga (coordenadora), geógrafo e Jair. Equipe 2: eu, engenheiro ambiental e Nelson. O biólogo da equipe se deslocava conforme orientação dos indígenas para uma ou outra aldeia que entendiam necessário sua presença, para mapeamento das atividades de pesca ou diagnóstico da fauna e flora local. Assim, o biólogo atuava ora com a equipe 1, ora com a equipe 2, ora sem equipe, trabalhando sozinho com os Rikbaktsa.

No dia seguinte, fizemos o diagnóstico socioambiental na aldeia Escolinha, que fica às margens do rio do Sangue. Em seguida, segui junto do biólogo e o barqueiro Rikbaktsa até a aldeia Posto Novo, descendo o rio do Sangue durante 20 minutos. O cacique Ciro me mostrou a aldeia e respondeu ao levantamento de informações, contou sobre o cotidiano na aldeia, seu trabalho na manutenção da roça, pesca, caça, e sobre a importância da localização da aldeia, no limite leste da TI. A escolha de local para abertura da aldeia obedece a relações de parentesco e relações com os recursos da TI, mas outro fator crucial é a vigilância do território. As aldeias também se estabelecem como forma de uso e ocupação do território de maneira que a sua vigilância seja facilitada, já que a própria circulação por uma área por razões de caça, pesca ou coleta, contribui para a vigilância do território contra possíveis invasores grileiros ou garimpeiros. Após realizar entrevista com o cacique Ciro, retornamos para a aldeia Escolinha, onde seria o almoço.

Na aldeia Escolinha, o cacique Ivo Rikbaktsa nos guiou e auxiliou nas atividades de levantamento de dados. O cacique contou a história de sua família, sua relação com a igreja católica e com o bispo Dom Neri, relações às quais ele atribuía as razões pela “perda do idioma”. Ivo também contou sobre sua relação com as fazendas vizinhas à TI, e que sentia receio sobre a chegada da estrada e de empreendimentos como as linhas de transmissão, que apesar de trazerem energia elétrica para a comunidade, causavam muitos impactos à Terra Indígena, e os indígenas não foram compensados por estes impactos. Sobre este assunto, Ivo, na verdade, estava se referindo a instalação de uma linha de transmissão que passava muito próxima à Terra Indígena Erikpatsa, mas que não foi feito estudo de impacto ambiental, e os indígenas não foram consultados nem receberam qualquer tipo de compensação pelos transtornos causados pelo referido empreendimento.



A empresa responsável pela linha de transmissão, então, foi acionada judicialmente pelos Rikbaktsa, que pleiteavam uma indenização.

No dia seguinte, as aldeias visitadas foram Cabeceirinha e Divisa. Me desloquei até a aldeia Divisa com o engenheiro e Nelson acompanhando. Lá, fomos recebidos pelo cacique Tarcísio, que nos mostrou a aldeia e chamou todos os moradores disponíveis para o espaço de reunião da aldeia. O diagnóstico feito de aldeia em aldeia seguiu uma metodologia de reunião, análoga a uma entrevista com grupos focais. As pessoas que estavam disponíveis na aldeia no momento do diagnóstico eram convidadas a participar dessa reunião. Uma vez que todos estivessem reunidos, Nelson explicava para os presentes as razões da reunião, e o cacique fazia a interlocução com a equipe, às vezes, concedendo a palavra para outras pessoas, conforme a necessidade ou a especificidade da informação requisitada.

Assim, eram feitas perguntas para compor o diagnóstico que se relacionavam a: pesca, caça, coleta, formas de agricultura e composição de roças, tipos de alimentos plantados e colhidos, atividades produtivas em geral, animais preferíveis para caça, plantas e ervas preferíveis para artesanato ou uso medicinal, uso de produtos de origem animal para artesanato ou medicinal, fonte de renda das comunidades, relações com o poder público local ou outras instituições não indígenas, como era o acesso à educação básica formal, se havia especificidade indígena ou não, como era o acesso à saúde pela comunidade, se havia posto indígena do DSEI disponível, qual a referência de saúde para a comunidade, qual a fonte de água utilizada, se havia plano de gestão territorial, como se dava a vigilância do território, como se dava a ocupação do território, quantas pessoas habitavam a aldeia, quantas famílias, quantos homens, mulheres, crianças e idosos, quantas casas havia na aldeia, e quantas edificações eram utilizadas, dentre outras informações de cunho mais específico que eram abordadas conforme a característica de cada aldeia e de cada grupo participante do diagnóstico.

O mesmo esquema de diagnóstico era seguido pela outra equipe, guiada por Jair. Em algumas aldeias a interlocução era facilitada, em outras era necessário a tradução, que ficava a cargo de Jair ou de Nelson, ou então do cacique de determinada aldeia, ou alguém que dominasse melhor os dois idiomas. Também foi realizado pela equipe uma atividade de etnomapeamento, normalmente após a etapa de diagnóstico socioambiental, quando fazíamos caminhadas guiadas pelas aldeias e outros pontos. Nestas, algumas coordenadas eram coletadas em GPS, para compor um mapa com as áreas sensíveis e de interesse para

os indígenas, que mereciam destaque no mapeamento. Após a caminhada, a equipe utilizava um mapa amplo da TI Erikpatsa, impresso, para que os indígenas pudessem localizar no mapa orientado, as áreas que eram observadas e registradas em GPS, criando uma legenda característica.

Um ponto importante a se destacar, é que apesar das reuniões de organização do Plano de Trabalho, deliberação sobre como o processo de consulta e discussão dos impactos deveria ocorrer terem sido amplas, divulgadas para todo o povo Rikbaktsa, e organizado pelas próprias lideranças Rikbaktsa, havia certa dificuldade de comunicação em determinados momentos do diagnóstico. Sempre que a equipe chegava a uma aldeia para realizar a atividade de diagnóstico era necessário uma nova explicação sobre de que se tratava o empreendimento BR-174, uma retomada do histórico do processo, uma explicação quanto à importância daquele momento de diagnóstico socioambiental, até mesmo sobre quais as razões da equipe estar presente na aldeia naquele momento. Ou seja, a cada nova aldeia visitada, por mais que seus habitantes já soubessem minimamente de que o estudo estava sendo construído, pois alguns representantes daquela aldeia (e de todas as outras aldeias) participaram das reuniões de organização do processo, era necessário uma atualização daquele evento que estava a ocorrer (o diagnóstico socioambiental), e de tudo que havia acontecido até a equipe chegar na aldeia.

Neste sentido, as informações que compõem o ECI são fruto das condições sob as quais o estudo foi realizado, e estas condições estão diretamente ligadas às relações de interesse, relações políticas, de parentesco e de amizade ou inimizade entre os Rikbaktsa. Isto porque, apesar de haver representantes de todas as aldeias nas reuniões iniciais de construção do Plano de Trabalho e do processo de consulta, não era garantia de que todo o povo Rikbaktsa seria informado a respeito desses eventos. O compartilhamento da informação (e aceitação da informação por quem a recebe) estava sob influência daquele que está participando do evento e divulgando a informação (ou não) para seus pares nas aldeias. Além disso, a aceitação em realizar o estudo, dar continuidade ao processo de licenciamento e se manifestar a favor da rodovia (desde que cumpridas as obrigações legais) não era homogênea entre os Rikbaktsa. Esta partiu de uma organização dos Rikbaktsa, composta por lideranças com mais ou com menos influência sobre o povo, que estava à frente das decisões do processo, enfrentando a burocracia estatal e lidando com os agenciamentos tutelares, provenientes da FUNAI e, no contexto local, das relações com a diocese de Juína. Com efeito, o trabalho de campo para construção do ECI,

conforme foi organizado, estava não só sob influência, mas condicionado, em certa medida, às relações que nossos guias conservavam com os Rikbaktsa que recebiam a equipe em suas aldeias. Neste caso, “equipe” engloba também nossos guias Jair e Nelson.

A “qualidade” do desenvolvimento do trabalho de diagnóstico, no sentido tanto do nível de acurácia das informações, quanto na forma de realização das atividades e a sua necessidade de adaptação aos contextos de cada aldeia, passava pela construção do diálogo inicial, realizado por Nelson ou Jair. Este diálogo inicial, de apresentação da equipe e retomada do processo como um todo, para situar as pessoas em relação à atividade que estava por ser realizada, poderia ser mais bem recebido ou não, a depender tanto das expectativas dos ouvintes Rikbaktsa com relação ao empreendimento, como de sua relação de proximidade ou distanciamento em relação a Nelson ou Jair.

Jair era nascido na aldeia Curva há pouco menos que sessenta anos, passou pela educação básica local, e trabalhou muitos anos em fazendas vizinhas à Terra Indígena. À época do trabalho de campo, vivia a maior parte do tempo na cidade de Juína, onde possui uma casa, na qual sua esposa, filhas e netos vivem também. Jair dominava bem a língua Rikbaktsa, e era o tradutor habitual das falas dos idosos. Era bastante conhecido na região, tanto por empresários, como por políticos e fazendeiros, já que foi presidente da Organização dos Povos Indígenas no Noroeste de Mato Grosso. Não era apenas conhecido, mas respeitado pelos não-indígenas locais, devido a seu histórico envolvimento na defesa dos direitos dos indígenas. Em sua liderança em mobilizações na região, Jair sempre se posicionava em favor de direitos coletivos, ocupando um lugar de mediação entre os povos indígenas e forças políticas locais. Isto também o fazia popular entre os indígenas, sendo muito respeitado pelos Rikbaktsa. Em outras palavras, era uma liderança local com trânsito em diversos espaços e diferentes instituições. Ao mesmo tempo que Jair é respeitado na região, também já havia sofrido diversas ameaças de fazendeiros e jagunços locais. Tanto ele quanto Nelson sofriam ameaças de morte com frequência na região.

Nelson vivia em Juína, em sua casa, mas sua aldeia era a aldeia União, onde viviam seus pais, sua família, e para onde se deslocava sempre que possível. Nelson trabalhava na diretoria da SESAI em Juína, era técnico da saúde indígena. A influência de Nelson em relação aos Rikbaktsa estava ligada ao seu trabalho na SESAI, e à sua atuação frente aos processos que envolviam o povo Rikbaktsa, tal como a judicialização do empreendedor responsável pela linha de transmissão, e todo o processo de

licenciamento envolvendo a BR-174. Era uma liderança importante para os Rikbaktsa no que diz respeito à intermediação com a burocracia estatal. Nelson se ocupava de muitas demandas relativas aos indígenas, que demandavam diálogo com prefeituras municipais da região, secretarias municipais de educação ou de saúde. Seu trabalho era fundamental para os Rikbaktsa, mas sua liderança era mais reconhecida da Terra Indígena para fora, na relação com os não-indígenas, ao contrário de Jair, que era uma liderança com maior influência dentro do território, e entre os Rikbaktsa mais idosos também. Outro fator que diferenciava nossos guias era o domínio da língua Rikbaktsa: Jair era um melhor tradutor do que Nelson, o que naturalmente o aproximava mais dos idosos.

Assim, foi durante a atividade de diagnóstico socioambiental na aldeia Divisa que percebi pela primeira vez os efeitos da presença de nosso guia ao longo do trabalho e na relação com os outros Rikbaktsa. Nesta aldeia a comunidade não parecia mobilizada para receber a equipe e participar das atividades de construção do estudo, o que demandou paciência e muita conversa, não só entre Nelson e os indígenas presentes, também de minha parte, já que tive de explicar todo o processo, as metodologias, num esforço para convencer a comunidade da aldeia Divisa a participar do estudo. No entanto, depois de muita conversa e explicações, as atividades acabaram ocorrendo. Foi o primeiro momento em que percebi a importância de o guia ter um bom domínio da língua Rikbaktsa. Nesta aldeia as traduções eram feitas pelo cacique, não por Nelson, o que em minha avaliação, contribuiu para certo descontentamento da comunidade presente na aldeia.

É claro, não se pode deixar de considerar como fator que afeta o trabalho de construção do estudo, a desconfiança dos Rikbaktsa para com a própria equipe técnica, que para muitos que nos receberam em suas aldeias, éramos completamente estranhos. A desconfiança não advinha apenas por haver técnicos estranhos trabalhando nas aldeias, querendo conhecer as casas, as famílias, saber como o povo vivia na Terra Indígena, mas também do histórico de empresas que realizaram trabalhos anteriores com os Rikbaktsa e não deram um retorno positivo para a comunidade. Ou seja, a desconfiança pairava sobre as possibilidades de a equipe construir um estudo de acordo com o que o governo ou empresa consultora desejam, e não de acordo com as informações que os Rikbaktsa forneceriam. Conforme é verbalizado por Paulo Henrique em uma entrevista concedida a mim, no dia 23 de julho de 2019:

[...] quanto ao seu trabalho, eu só peço que você seja imparcial com essa informação até no final desse relatório. Até porque a gente sabe que o governo, a empresa eles sempre puxam sardinha para o lado deles, e a corda arrebenta

para o lado do mais fraco. Que a gente não seja prejudicado com essas informações; vocês são pagos para trabalhar para a empresa, e é essa a desconfiança que eu tenho, que nós como comunidade temos. Como é que eu vou pagar uma pessoa para falar mal de mim? Então nós queremos ser relatados. Nós viemos observando que muitos dos lugares onde tem sido feito esses estudos, nos relatórios não foi aceito por conta que um servidor relatou que não era isso que a empresa queria; então nós não queremos que isso aconteça, que seja real, porque isso vai sobrar para nós futuramente. O povo, a nossa etnia, a terra podem ser prejudicados [...] Então quer dizer que a empresa vai pedir aquilo que ela quer e que interessa ela. Isso quanto ao relatório, que ele retorne na íntegra para que nós possamos ter o conhecimento e dar o aval. A gente sempre diz que nós não somos contra o progresso no nosso país, principalmente no nosso estado, que precisa se desenvolver; mas respeitando os direitos que nós indígenas temos, precisamos disso. (sic)

Paulo Henrique se referia a estudos e relatórios que não obedeceram aos interesses do contratante do relatório, o que resultou na demissão dos técnicos que o haviam elaborado.

Assim, no dia seguinte ao diagnóstico realizado na aldeia Divisa, dia 23 de julho de 2019, o trabalho foi encerrado no bloco 1. Neste último dia de trabalho no bloco 1 tive a oportunidade de entrevistar o professor Paulo Henrique que, além de apresentar um panorama da situação da educação indígena dentro da TI Erikpatsa, acrescentou uma importante contribuição sobre os efeitos e impactos sofridos pela comunidade Rikbaktsa desde o início do contato com as frentes de expansão que colonizavam a região das bacias hidrográficas do rio Juruena e do rio Aripuanã. Entrevista de Paulo Henrique (Paulinho):

Ah, a melhoria das rodovias, traz com certeza a aglomeração de sociedades não-indígenas que vão chegando muito mais perto de nós, a população cresce e da forma que estamos seguindo a integração é mais fácil, deles conhecer o mundo do lado de fora e se adaptar à realidade; e isso pra mim muitas vezes significa até casamento com não indígena, tanto menina quanto menino que possam estar chegando dentro da nossa cultura, fora as doenças, problemas com álcool, drogas, a exploração dos rios e a perda da cultura; porque existe material que não tem aqui. Por exemplo: para fazer uma flauta, uma buzina. Essa madeira não tem para cá, só para T.I escondido perto de Aripuanã; então remédio para cá não tem por conta de que aqui é a região do barranco tem uma vegetação diferente, muito arenosa; então a gente tem que buscar longe, e hoje a gente só vai em lugares que dá para ir. Então, com a melhoria dessa estrada, tanto melhora para nós quanto melhora para a população, mas também atinge diretamente a nossa comunidade, então o tipo de artesanato que; por exemplo pássaro que se tira para fazer artesanato, tem lugares que não tem como o mutum carijó e outros tipos de pássaro. O que nós utilizamos de plumas, tem gente que diz que nós estamos matando pássaro para fazer artesanato, nunca foi, porque se fosse já não tinha mais pássaro há muito tempo. A caça e a pesca é a base da nossa alimentação; as plumas e peles de animais mantem viva nossa cultura; e esses jovens vão deixando de lado aquilo que é tradição por causa da proximidade com a sociedade não indígena, ele vê outro mundo e perde o interesse pela sua cultura. Até a questão da língua materna, isso nos preocupa bastante em relação a escola, já querem sair cedo das aldeias para ir ver o mundo lá na frente que é diferente e que não é do jeito que eles imaginam, e eu to dizendo isso porque muito já aconteceu e muitos acabaram retornando para as aldeias; porque não tem como a concorrência de mercado é muito forte, e eles não tem preparação nenhuma.

Hoje a região já não tem como era antes; que era derrubar mato, fazer roça, pasto, pega invernadas para poder derrubar; hoje já não tem, muitos dos que saíram retornaram para a aldeia e graças a deus estão até hoje. Preocupa a gente (sic) (Trecho da entrevista concedida por Paulo Henrique Rikbaktsa, no dia 23 de julho de 2019)

Paulinho evidencia o que julga serem problemas causados pelo adensamento populacional no entorno do território Rikbaktsa, como os casamentos entre indígenas e não-indígenas, os problemas com o consumo de álcool, a perda do conhecimento da língua materna e as trocas culturais, que no seu entendimento são prejudiciais para os Rikbaktsa. Todos estes elementos dão embasamento para alguns impactos avaliados pelo ECI. No entanto, importante destacar em sua fala, outro elemento fundamental que evidencia as perdas de território dos Rikbaktsa em razão da colonização da região, que é potencializada pela abertura e pavimentação de rodovias. Este elemento se refere à matéria prima que os Rikbaktsa utilizam para produção de flautas, flechas e medicamentos. A partir da demarcação das terras indígenas Rikbaktsa, muito de seu território tido como de uso comum e cotidiano ficou restrito, foi tomado por fazendas e municípios da região. Com efeito, a comunidade teme que as queimadas e a produção de pastagens para o gado nas fazendas extingam de vez diversas plantas que servem de matéria prima de artefatos e medicações. Era recorrente nas conversas e entrevistas que pude realizar, a informação de que, atualmente, os Rikbaktsa precisam viajar longas distâncias até o município de Aripuanã, Colniza ou Cotriguaçu, solicitar autorização de fazendeiros locais, para então poder coletar determinadas espécies de plantas. Segundo seus relatos tal atividade é custosa e altamente arriscada, já que não podem antecipar até quando haverá disponibilidade das plantas e boa vontade dos fazendeiros em liberar acesso para suas propriedades.

No dia 23 de julho de 2019, então, a equipe iniciou o trabalho no bloco 2, com a reunião ampliada sendo realizada na aldeia Curva. A Figura 6, a seguir, apresenta o registro da reunião de consulta, informação e construção dos impactos socioambientais.

**Figura 6 – Reunião ampliada na aldeia Curva.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

Durante a atividade de construção dos possíveis impactos na aldeia Curva foi possível perceber diferentes posicionamentos entre os indígenas presentes. Contudo, de forma geral, apesar de haver indígenas presentes na reunião que nitidamente não se colocaram contra o empreendimento, seja por manter relações com fazendeiros e políticos locais, seja pelo desejo de poder se deslocar melhor pela região, os argumentos a favor da rodovia eram escassos, na prática, inexistentes, e acabavam absorvidos por manifestações contundentes em oposição à rodovia. O único benefício atribuído à rodovia era quanto à facilitação no deslocamento pela região, o que melhora as condições de atendimentos a emergências de saúde dos indígenas, porém, em contrapartida, facilita a ocupação da região por fazendas e o acesso de invasores às Terras Indígenas.

Esta reunião na aldeia Curva ficou marcada por manifestações bastante contundentes de mulheres Rikbaktsa, mais idosas e preocupadas com o futuro de seu povo. Francisca falou primeiro, na língua, sendo traduzida por Maria Eliza. Em seguida, Maria Eliza (mãe de Nelson) se manifestou também. Reproduzo sua fala, a seguir:

Eu acho que a fala da Francisca é uma batalha que nós indígena passamos, os que lutaram o tempo todo já se partiram e os que restam tão aí na luta, preservando, mas gostaria de perguntar a vocês o seguinte: pra que vão fazer rodovia? Pra que? Pra prejudicar mais a comunidade? Pra trazer mais impacto, trazer mais pobreza? Alguns se enriquecendo e mais pobre tem... e hoje os que nós elegemos eles pra proteger a humanidade tão querendo destruir nós e assim nós tamo sendo maltratados pelo que tá vindo, pelo que a gente ouve no jornal,

que não dizem assim ‘os indígenas tão preservando, os indígenas têm o ar puro’ mas o que que hoje tá querendo fazer? Fazer rodovia pra que? Pra destruir tudo isso que tá aqui? Destruir as nossas águas, destruir os nossos peixes, as nossas caças e as doenças vindo cada vez mais... é isso que a humanidade quer pro povo? A nação tá ficando mais doente. Nós indígenas também sofreremos as consequências da caça, do peixe, a poluição na água... Será que o ser humano não pensa? Não pensa que ele tá destruindo a vida de cada ser humano? É uma grande preocupação porque não temo uma coisa construída pra viver, nós temo uma construída aqui dentro das nossas aldeias pra nós ter nossas alternativas de sustentabilidade, nunca chegou isso... Mas de repente fala assim: “Vamo construir rodovia. Vamo (nós índios). Vamo fazer pesquisa tá”. Pesquisa bem, pesquisa pensando na humanidade não só nos povos indígenas, mas de todos que vivem ao redor do rio, das rodovias, tem gente morrendo aí pedindo esmola... pra que a sociedade envolvida não dá emprego pra toda a humanidade? Por que? E agora destruir com a rodovia. Nós tamo preocupado, tá acabando o peixe, como acabei de falar, a nossa água tá poluída, nós não temos uma água sadia que nós podemos tomar banho, podemos caçar... e os nossos animais também tão com medo. Soja, milho, tudo envenenado, daqui um dia nós vamo terminar e nós vamo comer o que? Isto? Isso que é a minha preocupação. (sic) (extraído do ECI, ECOPLAN, 2020)

A fala de Maria Eliza traz um lamento, um descontentamento com as constantes investidas das frentes de expansão econômica não só contra o território Rikbaktsa, mas sobre a região como um todo. Suas palavras carregavam um lamento profundo com relação às transformações que viu a região sofrer ao longo de sua vida. Contudo, sua fala contundente e num tom destoante das demais não era por acaso, se deu também em razão da presença de lideranças coniventes com as forças políticas a favor da rodovia. Foi uma fala para demonstrar resistência, na medida em que a força hegemônica é pró rodovia, Maria Eliza se posicionou de forma a demarcar um limite, demarcar a existência de uma visão de mundo que se opõe a tudo o que a rodovia significa para seu povo.

Ao final da atividade, a comunidade apontou as seguintes preocupações com relação à chegada da rodovia, com grande probabilidade de se concretizarem como impactos diretos ao seu território: avanço da atividade agrícola no entorno da TI, qualidade da água, doenças, alteração do modo de vida tradicional, lixo, segurança, poluição dos rios, redução da fauna, redução das áreas de caça no entorno, poluição dos córregos, população indígena migrando para a cidade, qualidade do ar, aumento populacional no entorno da TI e desmatamento (ECOPLAN, 2020).

Após a reunião ampliada na aldeia Curva, a equipe auxiliou no transporte de diversos indígenas de volta para suas aldeias, e organizou o alojamento e armazenamento dos equipamentos. A aldeia base e local de pernoite no bloco 2 foi a aldeia União, onde vivia a família de Nelson. Por volta das 19h deste dia, a equipe pôde se alojar na aldeia



União e encerrar o dia de trabalho. O bloco 2 era o que concentrava o maior número de aldeias, e onde a equipe passou mais tempo trabalhando.

No dia seguinte, 24 de julho de 2019, novamente dividida, a equipe fez as reuniões para diagnóstico socioambiental nas aldeias Laranjal, Cajueiro, Vale da Cachoeira, Primavera do Oeste, Pedregal, Curvinha, Segunda, Segurança e Vale do Sol. No final do dia, retornando para a aldeia União para descanso e o pernoite. No dia 25 de julho de 2019, a equipe fez as atividades de diagnóstico socioambiental na aldeia Primavera, enquanto outra parte fez uma vistoria pelo rio Juruena, para conhecer pontos de pesca e pontos de invasão facilitada.

Nestes dias, pude conhecer Benedito (conhecido como “Dito”), da aldeia Pedregal, que era um dos Rikbaktsa criadores de mel. Em sua entrevista, ele contou como tem sido difícil a produção na aldeia, reclamou muito dos agrotóxicos das fazendas vizinhas, que tem prejudicado suas abelhas. Dito contava com muito prestígio entre os Rikbaktsa, sendo sempre lembrado pelos outros caciques, pelo seu cuidado com as abelhas e a importante produção de mel. A comunidade havia adquirido alguns tratores para manutenção de roças e de estradas dentro da TI Erikpatsa, os quais ficavam aos cuidados de Dito, para evitar divergências e usos dos tratores para benefício próprio, já que Dito contava com a confiança de diversas lideranças.

As atividades no bloco 2 encerraram no dia 26 de julho de 2019, quando foi realizada uma reunião de fechamento dos trabalhos, na aldeia União. Nesta oportunidade, alguns caciques, idosos e lideranças Rikbaktsa guiaram uma roda de conversa com a participação da equipe, na casa central da aldeia (onde era o espaço de vivências), e muitas histórias foram contadas, de quando os Rikbaktsa se mobilizaram pela conquista da demarcação de suas terras. Ao final desse momento, as mulheres e crianças também foram chamadas à casa central, e todos dançaram, cantaram e tocaram suas flautas.

A aldeia União, e as aldeias do bloco 2 de modo geral, concentram muitos dos Rikbaktsa que passaram por Utiariti, e que se organizaram para retornar para as aldeias onde nasceram e onde seus pais viveram. Assim como no bloco 1, onde estão as aldeias próximas à Barranco Vermelho. Estes indígenas, atualmente, ainda relatam sobre este período com muita tristeza. É uma geração que atualmente possui idades entre 50 e 65 anos, e que participou ativamente das lutas por retomada e demarcação dos territórios Rikbaktsa, como Japuira e Escondido. O nome da aldeia União não é por acaso, ela foi

criada com este nome, segundo relatos do cacique Albano (pai de Nelson), para simbolizar uma tentativa de aproximação entre os grupos Rikbaktsa, com o viés de amenizar certos conflitos internos entre os clãs. Objetivo que, de acordo com o trabalho de campo, não parece ter sido atingido, já que as divisões e atritos internos se mantêm, apesar de os Rikbaktsa conseguirem manter representantes que conseguem agregar apoio político das três terras indígenas, muito em razão do prestígio que Jair e Nelson dispõem. Embora internamente haja muitas divergências entre os grupos, o que se evidencia até mesmo pela disposição das aldeias no território, a clivagem étnica parece se sobrepor quando o que está em jogo são os interesses coletivos com relação à manutenção dos territórios Rikbaktsa.

Após o encerramento dos trabalhos no bloco 2, precisamos retornar ao município de Juína para abastecimento dos veículos, manutenção dos equipamentos e aquisição de mais mantimentos para passar o restante dos dias de trabalho na TI Erikpatsa, com o diagnóstico do bloco 3. Retornamos para a TI Erikpatsa no dia 31 de julho de 2019, iniciando o trabalho com a reunião ampliada de informação, consulta e discussão sobre os impactos na aldeia Pedra Bonita. Quando a equipe chegou na aldeia, todos os representantes das outras aldeias do bloco 3 já estavam aguardando no local da reunião. Os trabalhos ocorreram normalmente, o que Nelson e Jair avaliaram como fruto da comunicação entre as pessoas das diferentes aldeias. Conforme íamos passando em todas as aldeias fazendo a atividade de diagnóstico, e realizando as reuniões ampliadas de consulta, as aldeias que ainda não havíamos visitado já estavam mais bem informadas do que se tratava a atividade, e já se preparavam previamente para as reuniões. O cacique da aldeia Pedra Bonita, Nicolau Apytsro, acrescentou a seguinte fala na reunião sobre os impactos:

Então, como hoje a pressão é de todo lado é garimpeiro, é madeireiro, é estrada... o que se sabe é que pra muitos não-indígena também fala que ele traz um progresso mas só que esse progresso também traz muita desvantagem. É que nem a gente tava comentando aquele dia, por exemplo, quando fizeram a ponte do rio Juruena, ninguém foi consultado e depois a que tá próximo da área ninguém foi consultado, a rede de energia também ninguém foi consultado pra ter muitas coisas... lavoura, essas fazendas que usa muito agrotóxico e todo mundo quer produzir mas não quer saber se a pessoa vai morrer, isso aí ninguém fala nada, ninguém explica também 'olha, vai acontecer isso com vocês, vocês tem que tomar muito cuidado', não querem nem saber, querem investir, querem colocar tanta coisa pra dizer, quando você vai perguntar, ainda fala que não sabia dessa coisa, mas sabe sim por quê muitas vezes quem quer prejudicar não vai falar que vai prejudicar. (sic) (Extraído de ECOPLAN, 2020, p. 47)

Após a oficina de construção dos impactos socioambientais, registramos o momento com todos os participantes, na aldeia Pedra bonita, conforme a Figura 7.

**Figura 7 – Fotografia após a oficina de discussão sobre os impactos na aldeia Pedra Bonita.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

Os impactos que a comunidade apontou como de possível ocorrência na oficina da aldeia Pedra Bonita foram os seguintes: expansão da fronteira agrícola, alcoolismo, acidentes de trânsito, redução área de caça e pesca, casamentos entre não-indígenas e indígenas, redução da área de coleta de sementes artesanato, aumento populacional, agrotóxicos, redução da fauna, redução área de coleta flechas e pontas, aumento fluxo de veículos, redução área coleta de ervas medicinais, qualidade da água, prostituição, redução da coleta mel, poluição córregos, queimadas, doenças, atropelamento de fauna, poluição do rio, drogas, lixo nas margens, qualidade do ar, desmatamento, transformações culturais (ECOPLAN, 2020).

No bloco 3, ficamos instalados na aldeia Nova, que era a aldeia onde se situava um dos postos de saúde da SESAI. Fomos bem recebidos pela equipe da SESAI lotada no posto, lugar que a equipe utilizou para higiene e pernoite, bem como armazenamento dos equipamentos e recarregamento de baterias. A chegada da equipe para se instalar no posto se mostrou, não apenas nesta oportunidade, mas em todas as que necessitamos da estrutura dos postos de saúde da SESAI, como um momento de descontração também para técnicos e técnicas que estavam a serviço da SESAI. Se constituía uma situação de campo, onde técnicos podiam “desligar” momentaneamente do seu trabalho na aldeia (no

período da noite, quando o expediente dos servidores da SESAI se resume apenas a emergências) tendo momentos de compartilhamento com não-indígenas, com troca de conversas, troca de refeições, contando histórias, compartilhando equipamentos e momentos em que a atividade profissional dá lugar para alguns minutos de “folga” antes que todos se recolham para o pernoite. Os postos de saúde da SESAI, nas aldeias, de praxe, funcionam como espaços nas aldeias tidos como de ocupação para os não-indígenas. Salvo algumas exceções, os postos de saúde (havendo espaço suficiente) costumam conformar os locais de pernoite e de higiene de equipes de trabalho hospedadas nas aldeias.

Para os trabalhos de diagnóstico socioambiental, no dia seguinte, a equipe se dividiu novamente, para visitar as seguintes aldeias do bloco 3: Areia Branca, Bacaval, Velha, Santa Rita, Seringal 1 e Seringal 2. Nestas oportunidades, novamente, os Rikbaktsa abundantes relatos relativos às suas preocupações com relação às fazendas e ocupações de não-indígenas nas áreas contíguas ao seu território. Na aldeia Santa Rita, o cacique Paulão relatou dos problemas que enfrentam por razão de agrotóxicos dos vizinhos, que prejudicam suas sementes e roças dentro da Terra Indígena. Ainda, na aldeia Seringal I, o cacique Valcir me levou para uma vistoria no rio Juruena, visitando na outra margem uma pousada de pesca, que ficava muito próxima das margens da TI Erikpatsa. Segundo o cacique Valcir, aquela situação trazia muitos impactos, pois havia muito consumo de bebida alcoólica, disposição de lixo às margens do Juruena, e os não-indígenas também costumavam pescar nas áreas contíguas à TI Erikpatsa, o que não é permitido. O cacique Valcir temia por algum agravamento da situação, como alguma possível invasão da Terra Indígena, algum conflito causado por consumo de bebidas alcoólicas, ou mesmo o aumento da ocupação de não-indígenas na região, com a instalação de mais fazendas e pousadas vizinhas.

Ao final dos trabalhos no bloco 3, os indígenas dessas aldeias realizaram um almoço coletivo na aldeia Nova, com carne de caça, peixes assados e farinha preparados pelos Rikbaktsa, para despedida da equipe técnica. O almoço foi precedido de uma apresentação de danças e músicas dos Rikbaktsa, além de algumas falas em agradecimento pelo trabalho realizado. No período da tarde, fizemos o deslocamento de volta para o município de Juína, para reorganização e deslocamento para a TI Japuira.

A cada retorno para a cidade, era um momento de a equipe se reorganizar, realizar reuniões internas apenas entre os técnicos, para avaliar o andamento do trabalho e planejar

os próximos dias, bem como fazer contato com as famílias, atividades que durante a estadia nas aldeias eram impossibilitadas. A equipe precisava estar atenta ao trabalho de campo ininterruptamente quando nas aldeias, apenas retornando para a cidade, quando havia oportunidade de estadia em hotéis, os técnicos podiam desfrutar de algum descanso. Ainda, muitas vezes o tempo na cidade não era suficiente para descanso, pois havia uma série de demandas para atender, como manutenção dos veículos, providenciar combustível para os indígenas que iriam participar das reuniões ampliadas, fazer as compras de alimentação para as refeições coletivas durante as reuniões ampliadas, dar manutenção para os equipamentos como câmeras, gravadores, baterias, pilhas, notebooks, fazer aquisição de novos equipamentos de uso individual da equipe que por ventura se danificavam ao longo do campo, aquisição de medicamentos ou produtos de uso pessoal, dentre outras atividades. Deste modo, o retorno para a cidade de tempos em tempos era um momento fundamental na logística do trabalho de campo.

Assim, 5 de agosto de 2019, a equipe saiu do município de Juína, dirigiu-se até o município de Juruena, onde se pega uma estrada vicinal da BR-174 em direção às margens esquerdas do rio Juruena. Esta estrada vicinal passa por dentro de diversas fazendas e por um assentamento do INCRA. Ao longo da estrada se cruza por diversas porteiras e limites entre propriedades privadas, até chegar a um porto na margem do Juruena, que serve de paradoro para os indígenas que vivem na TI Japuira. A TI Japuira, como já abordado acima, é uma ilha, cercada pelos rios Juruena, do Sangue e Arinos, logo, não há acesso por terra até a Japuira, o que, de certo modo, isola os Rikbaktsa, e os obriga a atravessarem diversas áreas privadas sempre que necessitam se deslocar para fora da Terra Indígena. Além disso, tal trajeto pela referida vicinal se torna inviável no período de chuvas na Amazônia, que dura normalmente entre os meses de dezembro e maio.

Na TI Japuira o trabalho de diagnóstico socioambiental e de reunião ampliada com objetivo de informar os indígenas sobre o empreendimento, fazer a consulta e a oficina sobre os impactos teria uma logística diferente da TI Erikpatsa. Na Japuira as aldeias não possuem ligação umas com as outras por meio de estradas internas, todas aldeias são acessadas pelo deslocamento de barco pelos rios. Tanto para entrar ou sair da TI Japuira, como para sair de uma aldeia e ir para outra aldeia, se necessita de percorrer trajeto pelo rio. Assim, as reuniões de consulta e informação não tiveram representantes de outras aldeias concentrados numa aldeia “base”, estas reuniões aconteceram em cada uma das 7

aldeias da TI Japuira. Com isso, a equipe fez 7 reuniões/oficinas de discussão sobre os impactos, seguida pelo trabalho de diagnóstico socioambiental.

Chegamos no porto (conhecido como porto “Coroado”), então, por volta das 10h da manhã. Havia algumas voadeiras disponíveis no porto, o que permitiu que adiantássemos o trabalho de descarregamento dos materiais e alimentos para levar até a aldeia Pé-de-Mutum. Abastecemos as voadeiras disponíveis no porto e Jair pilotou o barco até a aldeia Pé-de-Mutum. Quando voltou, já trazia alguns indígenas da aldeia com ele pilotando outra voadeira para ajudar no traslado do restante da equipe, galões de combustível e alimentos trazidos.

A chegada na aldeia ficou marcada por um mutirão para descarregamento das voadeiras e transporte de alimentos, botijão de gás, galões de combustível e equipamentos da margem do rio até o centro da aldeia, que era um caminho longo e com bastante aclive. Neste caso, não ficamos hospedados no posto de saúde, a equipe ficou hospedada em uma estrutura coberta de madeira, que estava vazia, onde também foi orientada a deixar os equipamentos. Após o trabalho de carregamento, preparamos um lanche, pois já estávamos no horário de almoço, e partimos para a aldeia Jatobá, para início dos trabalhos.

A reunião de consulta, informação e oficina sobre impactos na aldeia Jatobá teve a seguinte lista de possíveis impactos a serem causados pelo empreendimento: aumento da fronteira agrícola, redução da caça e pesca, aumento de população no entorno da terra indígena, destruição de áreas com importância cultural e religiosa, agrotóxicos, desmatamento, aumento do fluxo de veículos, redução da área de coleta de mel, alteração de padrões culturais, redução de áreas de coleta de sementes para o artesanato, poluição do rio, córregos e lagos, atropelamento de fauna, alteração dos padrões culturais, aumento de ruído, redução da área de coletas de alimentos, redução de áreas de coletas de ervas medicinais, pescadores externos no entorno da área indígena (ECOPLAN, 2020).

Após as atividades de diagnóstico socioambiental na aldeia, a equipe retornou para a aldeia Pé-de-Mutum para descanso e pernoite. Naquele dia faltou energia elétrica na aldeia Pé-de-Mutum, o que não permitia que funcionasse o motor da bomba que enche a caixa de água, logo, a aldeia ficou sem água encanada também, tendo que valer-se apenas das águas do rio Juruena para todas as necessidades. No dia seguinte, as atividades iniciarem cedo na aldeia Pé-de-Mutum, por volta das 8h da manhã a reunião de consulta, informação e oficina sobre os impactos já estava começando.

Antes do início dos trabalhos os Rikbaktsa da aldeia Pé-de-Mutum dançaram e se apresentaram na casa central, em seguida, o cacique fez algumas falas introdutórias na língua Rikbaktsa e abriu a reunião para a equipe iniciar o trabalho. Conforme apresentado na Figura 8, conduziu a oficina de construção dos possíveis impactos a serem causados pela rodovia BR-174.

**Figura 8 – Reunião na aldeia Pé-de-Mutum.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

A comunidade na aldeia Pé-de-Mutum apontou os seguintes impactos: redução da fauna, empreendimentos sinérgicos ao asfaltamento, redução área de coleta de sementes, segurança alimentar, desmatamento, aumento da violência, convivência com não-indígena na área indígena, aumento da fronteira agrícola, lixo, qualidade da água, aumento de fluxo de pesca no rio (turismo), DST, agrotóxicos, doenças, redução áreas de coleta de frutas, redução da área de caça, mudanças dos padrões culturais, receio de prostituição, assédio sexual, poluição rio, córregos (afluentes), redução áreas coleta mel, redução de peixes, alcoolismo, drogas, aumento populacional no entorno da área indígena (ECOPLAN, 2020). Após a oficina dos impactos, a equipe fez o diagnóstico socioambiental, e uma caminhada pela aldeia. Pé-de-Mutum era a maior aldeia da TI Japuira, tanto em área ocupada como em quantidade de pessoas. A caminhada para mapeamento das estruturas e área utilizada levou mais de uma hora de duração.

No dia seguinte, a equipe se deslocou para a aldeia Cerejeira, onde boa parte dos moradores estava ausente. Parte havia se deslocado para os castanhais e parte para a TI

Erikpatsa, onde estava para ocorrer um torneio de futebol. Novamente, os moradores que estavam presentes na aldeia desconheciam o processo de licenciamento da rodovia BR-174, e as razões para a presença da equipe técnica na aldeia naquele dia. O cacique Júlio, no entanto, nos recebeu e chamou todos que estavam na aldeia para participar da atividade. Ouviram atentamente as explicações da equipe e dos nossos interlocutores Nelson e Jair. No período da manhã foi feita a atividade de consulta e construção dos impactos, sendo o diagnóstico socioambiental feito no período da tarde. A comunidade da aldeia Cerejeira listou os seguintes impactos como passíveis de ocorrer: sinergia com outros empreendimentos (hidrelétricas), poluição do rio, redução de frutas silvestres, aumento da população próxima da área indígena, redução de sementes para artesanatos, redução da caça, desmatamento, mudanças dos padrões culturais, redução da pesca, presença de não-indígenas na área indígena, assentamentos no entorno, acidentes na estrada, redução de áreas de colheita de castanha, pescadores próximos da área indígena, extinção de peixes, agrotóxicos (ECOPLAN, 2020).

No dia 8 de agosto, a equipe fez o trabalho na aldeia Japuira, que apresentou os seguintes impactos como possíveis de ocorrer: migração da população (especulação imobiliária), aumento de pescadores próximos à área indígena, poluição de rios e córregos (afluentes), importância da preservação do rio (Jurueña, Vermelho), mudanças dos padrões culturais (uso da canoa), assentamento próximo da área indígena, redução das espécies dos peixes, aumento da população do entorno, avanço da fronteira agrícola (lavouras, fazendas), redução da pesca, agrotóxicos, qualidade da água, mudanças permanentes (ECOPLAN, 2020).

No dia seguinte trabalhamos na aldeia Divisa Marcolino, onde a recepção foi de poucas pessoas, pois a maioria das famílias estava trabalhando na abertura da picada para acessar as áreas de castanhal, visto que esta é uma atividade fundamental para os Rikbaktsa. Contudo, os presentes na aldeia ouviram atentamente à equipe e aceitaram contribuir com o trabalho. Algumas adaptações acabaram sendo feitas na oficina de construção dos impactos, conforme a receptividade de cada aldeia. A aldeia Divisa Marcolino colocou os seguintes impactos como passíveis de ocorrência: aumento do turismo de pesca, mudanças dos padrões culturais (língua, materna, hábitos dos jovens), bebidas alcoólicas, redução de peixes, sinergia com outros empreendimentos (usinas), aumento da área de fazendas no entorno, drogas, invasões para garimpo, receio de casamento entre não-indígenas e indígenas, deslocamento, saúde, tabagismo, receio de



assédio dos jovens (assentamentos), invasões de madeireiros, aumento da população no entorno, acidentes de trânsito (ECOPLAN, 2020).

No dia 10 de agosto a equipe retornou para o município de Juruena, se despedindo da comunidade da aldeia Pé-de-Mutum. Fomos levados de voadeira até o porto do Coroado, onde os veículos estavam estacionados. Deste local, dirigimos até um hotel em Juruena. Mais uma vez, a equipe pôde se reunir, reorganizar mantimentos e equipamentos, bem como descansar. O retorno para Juruena foi em razão de que as duas aldeias que restavam visitar na TI Japuira se localizavam no lado leste da TI, com acesso pelo rio Arinos, que era mais fácil de ser realizado saindo do município de Juruena, dirigindo até um porto no rio Arinos, e em seguida pegando uma voadeira até a aldeia Castanhal e São Vicente, que ficam na margem esquerda do Arinos.

No dia 11 de agosto (um domingo), sabendo da presença da equipe técnica na cidade de Juruena, que estava acompanhada de Jair e Nelson, um vereador do município convidou equipe e respectivos guias para participar de um almoço, um churrasco que foi oferecido ao público na praça central da cidade. O vereador aproveitou a ocasião para catalisar prestígio político, tentando mostrar proximidade com o processo de licenciamento da rodovia BR-174, e que este empreendimento também era uma pauta política de seu gabinete. Acompanhei Jair e Nelson neste evento, atendendo a meus objetivos etnográficos, mas parte da equipe optou em ficar no hotel descansando, visto que era um domingo planejado para ser um dia de folga.

Assim, no dia seguinte, 12 de agosto de 2019, realizamos o deslocamento até a aldeia Castanhal, para seguir o trabalho de diagnóstico e oficina sobre os impactos. Chegamos na aldeia no final da manhã, e equipe e indígenas almoçaram. No período da tarde, foi feita a atividade sobre os impactos, e o trabalho de diagnóstico socioambiental. Esta aldeia colocou os seguintes impactos na lista: avanço da fronteira agrícola (fazendas, lavouras), álcool, secando os afluentes (Juruena, Arinos, Sararé), drogas, extração de minérios, modificação dos rios, redução da coleta de mel, agrotóxico, aumento do fluxo de pesca, redução de peixes, aumento da população no entorno, sinergia com novos empreendimentos, redução da caça, lixo nas margens do rio (ECOPLAN, 2020). Encerramos a atividade na aldeia com a realização de um etnomapeamento, e retornamos para a cidade de Juruena para o pernoite.

O dia 13 de agosto foi o último dia de trabalho na TI Japuira, realizado na aldeia São Vicente. A equipe chegou pela manhã, bem cedo, na aldeia. Descendo das voadeiras no porto da aldeia, na margem esquerda do rio Arinos, é preciso uma caminhada, pelo interior da mata, ao longo de uma distância de 600 m (seiscentos metros) até chegar na clareira da aldeia. Esta aldeia já havia sido inundada pela cheia do rio Arinos, então os Rikbaktsa se mudaram para um local mais distante do rio. A caminhada pela trilha até a aldeia durava em torno de 20 min. Na parte da manhã a equipe realizou a oficina de consulta e construção dos impactos, e na parte da tarde foi feito o diagnóstico socioambiental, bem como o mapeamento da aldeia. A comunidade da aldeia São Vicente assinalou os seguintes impactos possíveis de ocorrer: qualidade da água, acidentes nas estradas, sinergia com outros empreendimentos (hidrelétricas), agrotóxicos, redução da pesca e caça, drogas, aumento de pescadores estranhos próximos da área indígena, queimada, poluição do rio (Arinos/Juruena), invasões, garimpeiros, lixo nas margens do rio, avanço da fronteira agrícola (lavouras), desmatamento, aumento da população do entorno, qualidade do ar (ECOPLAN, 2020).

Após a oficina, a equipe se despediu da comunidade da aldeia São Vivente e iniciou o deslocamento de volta para o município de Juruena, onde pernoitamos. No dia seguinte, 14 de agosto, iniciamos o trabalho de organização de mantimentos cedo pela manhã, passando em um mercado próximo. Em seguida, partimos em viagem até a aldeia Babaçuzal (esta aldeia também era conhecida como aldeia Escondido), na Terra Indígena Escondido.

A chegada na aldeia foi por volta das 14h, e os Rikbaktsa já estavam prontos esperando a equipe para início dos trabalhos. Então, foi realizada uma conversa inicial na maloca principal da aldeia, com participação de todos os moradores. Após a conversa introdutória e apresentação dos presentes, realizamos a oficina de consulta, informação sobre o empreendimento e construção dos possíveis impactos, conforme a Figura 9, a seguir.

**Figura 9 – Reunião ampliada na aldeia Babaçuzal.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

A comunidade de Babaçuzal elaborou a seguinte lista de possíveis impactos da rodovia: barreira para travessia de animais, desmatamento, redução das áreas de pesca, aumento da população no entorno, invasão de não-indígenas, invasão de madeireiros, melhoria para deslocamento para as outras áreas indígenas, avanço da fronteira agrícola (lavouras), agrotóxico, melhoria ao acesso à saúde, redução caça, redução dos peixes, invasão de garimpeiros, afugentamento de fauna, bebidas alcólicas, atropelamento de fauna, acidentes na estrada, melhoria no escoamento da produção, poluição dos rios.

Após a oficina, a equipe foi orientada a se alojar em uma estrutura de madeira próxima ao campo de futebol da aldeia, e orientada a utilizar o posto da SESAI como apoio para preparo de alimentos e higiene. No dia seguinte, pela manhã, foi realizado o diagnóstico socioambiental na aldeia, e elaboração do etnomapeamento, com uma caminhada guiada pela aldeia, e levantamento de pontos de importância para os Rikbaktsa com relação ao território. A TI Escondido possuía apenas duas aldeias: Babaçuzal e Parajuba. Neste dia, também, a equipe foi convidada a participar da apresentação dos Rikbaktsa. Houve uma dança coletiva, com músicas e falas dos mais idosos. A comunidade de Babaçuzal batizou cada membro da equipe com o pertencimento a um clã e conseqüentemente uma metade exogâmica, pintando cada um com a pintura e cores características de cada clã.

Atualmente, os Rikbaktsa relatam que muitos não seguem mais as regras de residência e casamento de acordo com a terminologia dos clãs e das metades. O relato mais recorrente, que pude extrair em campo, é que estas normas vigoraram por muito tempo, desde um tempo mítico anterior ao contato, quando os Rikbaktsa foram se agrupando e se casando e aglutinando grupos, de maneira que a população e o número de aldeias cresceram muito e num espaço de tempo muito curto. Tal relato e perspectiva encontra correspondência, também, na etnografia de Rinaldo Arruda (2019), realizada no final da década de 1980.

As duas metades exogâmicas dos Rikbaktsa correspondem a Arara Amarela (*Makwaraktsa*) e a Arara Cabeçuda (*Hazobiktsa*). Segundo os Rikbaktsa, a arara cabeçuda é uma arara vermelha, porém, com a cabeça maior, um tipo diferente de arara vermelha. A Tabela 6, a seguir, apresenta os clãs correspondentes a cada metade.

**Tabela 6 – Clãs correspondentes a cada seção exogâmica dos Rikbaktsa.**

<b>Makwaraktsa – Arara Amarela</b>		<b>Hazobiktsa – Arara Cabeçuda</b>	
Makwaraktsa	Arara Amarela	Hazobiktsa	Arara Cabeçuda
Tsikbaktsa	Arara Vermelha	Umahatsaktsa	Figueira
Bitsitsiyktsa	Fruta Silvestre	Tsuâratsa	Macuquinho
Mubaiknytsitsa	Macaco Aranha	Tsawaratsa	Inajá
Zoktsa	Árvore “pau torcido”	Bitsiktsa	Tucano
Zuruktsa	Animal feroz desconhecido	Buroktsa	Árvore “pau leiteiro”
Wohorektsa	Árvore desconhecida	Zerohopyrytsa	Jenipapo

Fonte: (ARRUDA, 2019).

No período da tarde a equipe se despediu da comunidade de Babaçuzal, e se deslocou para o município de Cotriguaçu, onde conseguimos hospedagem em um hotel para o pernoite. No dia seguinte, 16 de agosto de 2019, a equipe iniciou deslocamento para a aldeia Parajuba, que fica situada na margem esquerda do rio Juruena. Este dia inteiro foi de deslocamento, atravessando o rio Juruena por balsa, chegamos no município de Nova Bandeirante por volta das 14h, ainda distante da aldeia Parajuba.

Neste município a equipe conseguiu sinal de internet e pôde planejar melhor o deslocamento, já que não há mapeamento do caminho até a aldeia Parajuba, nem pelo *Google Maps*, a não ser que seja feito o deslocamento pelo rio Juruena de alguma aldeia na TI Japuira, porém, o trecho de rio é bastante longo e duraria mais do que um dia de

viagem, e a equipe nem os guias conheciam algum paradoro ao longo do rio. Assim, definimos uma rota possível a partir do mapa, mas sem a certeza de que as estradas vicinais de terra que traçamos a priori existiam ou apresentavam condições de tráfego, já que se tratava apenas de imagens de satélite, sem o devido mapeamento. Jair propôs que seguíssemos tal rota, porque havia uma pousada de pesca nas margens do Juruena onde a equipe poderia pernoitar, seria o local mais próximo da aldeia Parajuba no rio Juruena. Tal pousada era local de trabalho de alguns indígenas da aldeia Parajuba, e Jair havia comunicado o cacique da Parajuba que a equipe se deslocaria até lá e precisaria de local para pernoite.

Saindo de Nova Bandeirante, então, por volta das 14h, nos dirigimos até a pousada de pesca “Vida Dura”. Dirigimos até às 18h deste dia, passando por caminhos ainda sem mapeamento, de difícil acesso e com estradas em condições bastante inapropriadas, com muitas fazendas e locais de extração de madeira. No entanto, a equipe conseguiu chegar no início da noite na pousada Vida Dura. Sr. Miltinho, o proprietário da pousada nos ofereceu acolhimento, vendo que a equipe estava bastante desgastada pelos longos dias de trabalho em campo. Não cobrou pela estadia, e ofereceu uma janta para todos, junto dos funcionários da pousada. A pousada ficava às margens do Juruena, e neste trecho do rio a concentração de mosquitos era além do que já havia visto em qualquer lugar. Muitos piuns atacavam a todos a todo o momento. Era necessário ficar dentro da pousada quase todo o tempo, que era fechada com telas antimosquitos.

No dia seguinte, equipe iniciou os preparativos para se deslocar de voadeira até a aldeia Parajuba. Às 6h da manhã abastecemos as voadeiras da pousada e iniciamos deslocamento rio abaixo com os barqueiros da pousada. A viagem teve uma hora de duração. Chegando na aldeia, Nelson e Jair pediram que a equipe ficasse na margem do rio aguardando, apenas os dois seguiram para a aldeia acompanhados das crianças e do cacique, conhecido como Tio Chico. Após meia hora de espera, fomos chamados a ingressar na aldeia, onde todos os moradores aguardavam. Nelson e Jair tiveram de explicar para os moradores a razão da presença dos dois junto da equipe técnica.

Após o início das conversas, que foram muito dificultadas pelo excesso de piuns atacando a todos a todo o momento, a equipe conseguiu realizar o diagnóstico socioambiental e em seguida a oficina sobre os impactos, conforme a Figura 10.

**Figura 10 – Reunião na aldeia Parajuba.**



Fonte: ECOPLAN, 2020. Acessado pelo SEI/FUNAI-2046300.

A aldeia Parajuba relacionou os seguintes impactos como possíveis de ocorrer a partir da rodovia: facilidade para deslocamento, saúde, qualidade da água, invasão da área indígena, desmatamento, poluição do rio, redução de peixes, facilidade para escoar produção, trazer material para a aldeia, aumento populacional no entorno (ECOPLAN, 2020). Após os trabalhos, almoçamos na Parajuba, a comunidade preparou uma refeição para a equipe enquanto os trabalhos eram realizados.

Retornando para a pousada Vida Dura, a equipe reuniu os equipamentos e partiu nos veículos de volta até o município de Nova Bandeirante, onde pernoitamos no hotel Maktub. No dia seguinte foi realizado o deslocamento para Juruena onde a equipe pernoitou novamente. Neste dia, ainda no hotel em Juruena, realizamos uma entrevista com os guias Nelson e Jair, ocasião na qual os dois avaliaram o trabalho de campo agradecendo e parabenizando a equipe por todo o trabalho.

Já no dia 19 de agosto de 2019, deixamos Juruena em direção a Juína, onde os nossos guias foram largados em suas casas e se despediram da equipe. À tarde, fizemos uma reunião de avaliação e balanço das atividades e pernoitamos em Juína, para no dia seguinte seguir até Cuiabá, de onde cada técnico seguiria para sua casa, encerrando o trabalho de campo.

#### 4.1. Os Impactos Avaliados e a Validade do ECI

A equipe técnica, na conclusão do ECI, avaliou os seguintes impactos decorrentes das fases de planejamento, instalação e operação do empreendimento, conforme apresentado por Ecoplan (2020):

- Desmatamento;
- Diminuição das Formações Vegetais Naturais;
- Alteração na Produção de Castanha;
- Aumento no Turismo de Pesca;
- Escassez dos Recursos para Subsistência Afetando a Segurança Alimentar;
- Modificação de Hábitos Alimentares;
- Escassez dos Recursos para Artesanato;
- Escassez dos Recursos para Medicina Tradicional;
- Aumento da Caça e da Pesca no Entorno do Território Indígena;
- Invasão das Terras Indígenas;
- Aumento dos Acidentes de Trânsito;
- Interferência na Organização Política Interna da Comunidade;
- Modificação das Atividades Produtivas;
- Modificação do Uso e Ocupação do Solo;
- Intensificação de Conflitos pela Ocupação e Uso da Terra;
- Aumento da Violência e do Preconceito;
- Facilidade no Deslocamento dos Indígenas;
- Aumento das Atividades de Exploração Mineral;
- Exposição a Bebidas Alcoólicas, Tabagismo, Drogas Ilícitas, Assédio Sexual, Aliciamento à Prostituição;
- Alteração do Quadro de Saúde Indígena;
- Interferência no Cotidiano da Comunidade;
- Modificação dos Padrões Socioculturais Tradicionais;
- Oneração dos Serviços Públicos;
- Alteração na Distribuição da Fauna;
- Alteração no Fluxo Migratório dos Indígenas;
- Alteração da Qualidade da Água;
- Aumento do Uso de Agrotóxico;
- Alteração das Características dos Cursos Hídricos;
- Aumento na Ocorrência de Queimadas e Poluição do Ar;
- Aumento dos Níveis de Ruídos;
- Alteração das Relações Socioecológicas;
- Avanço de Travessões, Vias e Ramais Irregulares;

Nem todos os impactos são considerados negativos, alguns são positivos, e todos são devidamente caracterizados conforme a matriz de impactos construída. No entanto, para este estudo, o que importa ressaltar é que o ECI acaba funcionando como uma etapa de um processo administrativo e burocrático do Estado, para dar validade a um outro processo, o de avanço das fronteiras de exploração econômica. Avanço das fronteiras, porque se trata justamente de adentrar territórios ainda não explorados (ou pouco

explorados) pelas forças econômicas capitalistas. E a estrada se constitui enquanto um vetor de facilitação deste avanço da fronteira de exploração.

Em outras palavras, por mais que os impactos avaliados no ECI sejam bastante concretos, contundentes quanto aos seus efeitos socioambientais, bem detalhados e embasados tanto teoricamente quanto por meio de dados construídos em campo a partir de uma pesquisa com metodologia legítima e válida, o seu parecer final sobre a viabilidade do empreendimento não é suficiente para embargá-lo, ou mesmo impedir seus impactos. Além disso, o próprio ECI mostra em seu conteúdo que o contexto socioeconômico do noroeste mato-grossense, tal como se encontra atualmente, já não é favorável para os povos indígenas da região e, mesmo que a pavimentação da rodovia não saia do papel, seus efeitos tendem a continuar e os impactos avaliados a se perpetuarem. Ou seja, a rodovia apenas acelera um processo que não é passível de interrupção, ao menos, no referido cenário de exploração econômica que vive o noroeste mato-grossense.

Conforme o próprio texto do ECI menciona no subtítulo “Análise de Viabilidade”:

[...] Os dados analisados no diagnóstico indicam um aumento das atividades relacionadas a extração madeireira, exploração mineral, do agronegócio, das atividades econômicas e dos empreendimentos na área de estudo. Esses processos podem ser legalizados, por meio de licenças ambientais emitidas pela SEMA/MT, ou ilegais, conforme já identificado por meio de diversas operações realizadas pelo IBAMA e pelos dados da fiscalização produzidos pela FUNAI.

Os municípios do noroeste mato-grossense caracterizam-se pela atividade da pecuária. Os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (1988 a 2018) apontam para o crescimento da atividade pecuarista na região, atingindo 5.058.488 cabeças de gado no ano de 2018 nos municípios da área de estudo, o que representa 16,8% do rebanho total do Mato Grosso. Pode-se dizer que com a pavimentação da rodovia essa atividade tende a expandir-se.

A expansão do cultivo de soja no noroeste mato-grossense, acarreta em “empurrar” as áreas de pastagens para outras frentes de desmatamento. Na área de estudo, as lavouras temporárias têm crescido nos últimos anos, passando de 175.600 ha em 2003 para 458.800 ha no ano de 2018, com destaque para a produção de soja e milho, que correspondem à quase totalidade da área total plantada de lavouras temporárias. Embora atualmente a área de estudo onde está inserida a rodovia não seja caracterizada pelo cultivo de grãos, existe uma possibilidade de alteração desse cenário que é identificado pelo trabalho dos produtores do Mato Grosso. (ECOPLAN, 2020, p.451).

O ECI é taxativo ao descrever os efeitos dos impactos mesmo para os habitantes da região, a degradação socioambiental não se restringe ao modo de vida dos povos indígenas que vivem no local. Ainda no subtítulo “Análise de Viabilidade”, o ECI traz o seguinte argumento:

Estas consequências socioambientais adversas com a implantação do empreendimento também foram descritas no Estudo Ambiental, evidenciando



que os impactos negativos associados à pavimentação da rodovia não se restringem ao componente indígena [...]

sob a ótica de um cenário sem a pavimentação da rodovia BR-174/MT, conforme analisado no Estudo Ambiental, o processo de degradação ambiental tende a se manter, com o avanço progressivo e paulatino do desmatamento [...] (ECOPLAN, 2020)

E o ECI finaliza sua avaliação sobre a viabilidade do empreendimento com o seguinte parecer:

Levando em consideração essas informações e soma-se a isto os impactos identificados e precedentes adversos verificados em empreendimentos similares, o prognóstico de viabilidade das obras de pavimentação da BR-174/MT é possível mediante a proteção dos territórios indígenas e execução das medidas previstas neste estudo, no caso, para as TI Erikpatsa, TI Japuíra e TI Escondido. Ou seja, a viabilidade deste empreendimento está imprescindivelmente condicionada à execução de medidas de mitigação de impactos e de compensações ao povo Rikbaktsa pelos danos causados nas três fases deste empreendimento. (ECOPLAN, 2020, p. 454)

É nítido, me parece, a contradição nas análises do referido estudo. Já que os impactos e os problemas vividos não apenas pelos indígenas na região, mas por toda a população submetida a tal regime de exploração econômica, são irreversíveis, ou não necessitam de tal empreendimento para se perpetuarem, a avaliação de que tal empreendimento é viável, desde que os indígenas sejam compensados pelos impactos, ou que medidas para mitigar estes impactos sejam implementadas, soa um tanto incongruente.

Neste sentido, creio, um item neste ECI atendendo ao que a FUNAI atribui como “percepção dos indígenas sobre o empreendimento” não tem efeito senão protocolar, para continuidade do processo de licenciamento. O Estudo do Componente Indígena se propunha a considerar as oficinas realizadas com os Rikbaktsa para a elaboração de uma avaliação de impactos socioambientais, para enriquecer essa avaliação com o conteúdo das oficinas. Os resultados obtidos nas discussões de construção dos possíveis impactos, conforme apresentado acima, contribuiriam para o item do ECI “Percepção dos Indígenas Quanto ao Empreendimento”, que traz em seu conteúdo a seguinte explicação:

[...] esta compilação serve para alimentar a avaliação de impactos que é apresentada neste estudo, bem como embasar a análise de viabilidade do empreendimento. Além disso, ela oferece suporte para a elaboração futura das medidas de compensação e mitigação de impactos, com o auxílio da percepção dos indígenas sobre todo o processo que envolve a pavimentação da rodovia BR-174. (ECOPLAN, 2020)

O que o ECI, entretanto, não se propõe a questionar, é a maneira como a “percepção dos indígenas quanto ao empreendimento” é construída pela equipe técnica, tanto por meio das oficinas nas aldeias, como através da construção do texto do estudo em si, já na etapa de trabalho em escritório. Evidentemente, há certo pragmatismo no procedimento de construção desses impactos em campo. Afinal, a atividade de consulta, informação e debate sobre os impactos, incluía uma apresentação do empreendimento, do projeto de engenharia e etapas das obras, bem como exemplos de impactos socioambientais normalmente avaliados em empreendimentos como este. Assim, a percepção dos indígenas é, de certo modo, enviesada pela equipe e pelos guias Jair e Nelson, para poder dar conta deste item obrigatório no ECI: “a percepção dos indígenas sobre o empreendimento”. Não por acaso, os impactos apresentados nas listas elaboradas pela equipe e pelos Rikbaktsa, são repetitivos, com poucas alterações de aldeia para aldeia e de Terra Indígena para Terra Indígena.

Contudo, minha intenção aqui não consiste apenas em traçar uma leitura crítica acerca da elaboração do ECI, mas da maneira que o processo, como um todo, é absorvido e conduzido pelos Rikbaktsa. Se percebe que a condução dos procedimentos passa longe do que de fato há na percepção dos Rikbaktsa sobre a rodovia que se anuncia. Meu argumento, basicamente, é de que seu posicionamento (com poucas dissonâncias), e quando digo “seu” tento me referir ao povo, ou aos grupos Rikbaktsa, apresenta plena consciência do que significa a rodovia. Por mais que a maioria dos habitantes das aldeias não tenham entendimento claro sobre o processo de licenciamento, seu entendimento sobre os problemas de caráter estrutural, e as transformações permanentes que a rodovia causará em suas vidas é inquestionável.

Ademais, também é evidente que não há consenso entre os Rikbaktsa, tanto sobre os problemas que a rodovia acarretará, quanto sobre a “percepção” de que a rodovia deveria ou não ser construída. Tal trabalho de construção do ECI acaba assumindo um caráter puramente protocolar, no sentido de atender ao Termo de Referência da FUNAI, que delimita, de forma cartesiana, quais informações o ECI deve apresentar. A qualidade da maneira em que essas informações forem produzidas é secundária para a FUNAI, desde que ela atenda ao seguinte pré-requisito: deve ser elaborado com a participação dos indígenas. Como esta participação se dará, não é objeto de preocupação a priori, desde que representações dos indígenas atestem que houve participação.

Neste sentido, creio ser importante destacar o papel dos agenciamentos tutelares no desenrolar deste processo como um todo, e da percepção das agências tutelares, como a FUNAI, de que “os Rikbaktsa” (ou “os indígenas”) podem ser tomados como uma entidade representativa, organizada, coesa e de posicionamento homogêneo, uniforme. Assim como a própria convenção 169 requer, que os indígenas se organizem em uma classe representativa, que atenda à construção de um protocolo de consulta, para satisfazer à burocracia estatal. E, aqui, me valendo da leitura de Weber (1999), nada mais característico da dominação, do que fornecer os instrumentos e ferramentas de normalização da administração da vida cotidiana, para perpetuar o controle.

## 5. ANÁLISE SITUACIONAL DE UM CONFLITO HISTÓRICO

Tomando a ideia de campo a partir das contribuições de Max Gluckman (1967), para quem as unidades de análise não devem ser pensadas como unidades homogêneas ou fechadas, o contato interétnico se coloca como um elemento ordenador da organização social. Além disso, tomando o objeto desta monografia como um objeto histórico, é possível a transposição de modelos analíticos para entender as relações construídas nas situações observadas em 2017 e 2019. O que proponho é pensar o encontro simbólico e cultural suscitado pelos eventos observados, como um elemento formador daquele campo social. Ademais, para melhor compreender algumas estratégias e relações estabelecidas pelos Rikbaktsa, é necessário retomar uma leitura histórica do seu processo de contato e conquista da homologação de suas Terras Indígenas, traçando algumas comparações e paralelos entre eventos em tempos diferentes, mas que se correspondem de alguma forma.

Conforme corrobora Pires (2012) em sua dissertação, após 20 anos de contato com os missionários, e com as frentes de expansão econômica (como os seringueiros), se construiu uma relação de dependência da assistência que aqueles prestavam aos indígenas. As décadas vividas sob a assistência e atendimento de saúde prestado pelos missionários, que incluía um processo de catequização, escolarização e deslocamento de crianças de suas aldeias, produziram algumas marcas não só na memória dos Rikbaktsa, mas em padrões de organização coletiva.

Neste sentido algumas forças atuaram conjuntamente: ao mesmo tempo que eram açoitados pelos seringueiros e milícias armadas de um lado, os Rikbaktsa eram conduzidos pelos missionários a viverem de outra maneira. A tutela por parte da MIA e da instituição católica, de certo modo, se estabeleceu sobre os Rikbaktsa de forma processual, mas carregada por um projeto de dominação e subordinação dos indígenas. Athila (2006) coloca que o alto índice de mortalidade dos Rikbaktsa frente ao contato foi fundamental para a sua procura pelos missionários, em busca de ajuda e cuidados. Sabiam que estavam enfrentando doenças dos não-indígenas, e que os não-indígenas poderiam tratá-los. E aqui, é importante destacar como este campo de conflito com forças diversas e atores diversos, conformam de certo modo uma comunidade no sentido proposto por Gluckman (1967). Segundo este autor, os agentes do contato (missionários, recrutadores, administradores, etc.) devem ser vistos como componentes na vida tribal tal qual o xamã.

Pacini (1999), corrobora com a tese de Gluckman, mostrando que o Padre Dornstauder é absorvido pela cosmologia Rikbaktsa como um antigo cacique que faleceu e retornou à vida como não-indígena que veio para ajudar os Rikbaktsa. Contudo, não só Dornstauder se mostrou relevante na memória Rikbaktsa, diversos outros jesuítas são lembrados como não-indígenas que contribuíram muito para a sobrevivência dos Rikbaktsa, tais como Tolksdorf e Beduíno, dentre tantos outros.

O contato dos Rikbaktsa ocorria com diversos atores, e todos tiveram diferentes papéis e contribuições para o modo de vida Rikbaktsa, na medida em que estas relações não eram apenas de conflito. Conforme já abordado no capítulo 2, os seringueiros também estavam presentes nos postos de assistência, também desempenhavam outras relações com os indígenas, como o processo de elaboração de canoas, por exemplo. Além disso, após a saída da MIA das aldeias Rikbaktsa, na década de 1980, com os indígenas tendo que viver concentrados em espaços de reservas, com poucos recursos, uma saída foi justamente a absorção da prática de manejo da seringa nos seringais adquiridos de seringalistas locais. Por meio da criação de uma cooperativa, os Rikbaktsa se inseriram no mercado da exploração da seringa na região, como forma de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, em décadas anteriores, Athila (2006) traz que os Rikbaktsa já tentavam contatos pacíficos com os seringueiros, mas muitas vezes não eram compreendidos, ou simplesmente topavam com grupos de extermínio, que não procuravam estabelecer relações com os indígenas. O que proponho refletir é que a situação histórica de contato conformou uma unidade social, na qual novos processos e diferentes relações sociais foram suscitadas, transformando a coletividade Rikbaktsa historicamente.

É engendrado um cenário de relações interétnicas onde o conflito pela terra é o pano de fundo, mas outras formas de relações interétnicas são manifestadas. Não estou aqui reduzindo o conflito de caráter genocida ao qual os Rikbaktsa foram expostos, o que proponho é uma leitura do campo a partir das possibilidades e alternativas de sobrevivência que se desenvolveram após encontro entre universos simbólicos distintos. Neste ponto retomo a leitura de Lima (1995), quando este autor aborda a “conquista” como uma forma de se fazer a guerra, aproximando este raciocínio dos processos de estabelecimento do poder tutelar. Neste sentido, a conquista propriamente, não necessariamente envolve o uso da força, mas o aporte de poder no sentido colonizador do termo. Os missionários não lutavam contra os Rikbaktsa, mas eram componentes dentro

de um processo de conquista pelo Estado. Lima (1995), traz que a tutela se estabelece como uma forma de poder com uma intencionalidade difícil de ser verificada, que é a estruturação das bases para o Estado, implementando uma política de eliminação da alteridade, de eliminação do outro. Assim, a “pacificação” missionária contribuiu sobremaneira para o avanço da colonização das terras habitadas pelos Rikbaktsa.

Isto para acrescentar que o Estado não estava ausente das operações entre missionários e frentes de expansão econômica, o Estado é o agente que engendra este encontro entre universos simbólicos com o intuito da conquista territorial. O internato de Utiariti, por exemplo, antes de ser encampado pelas missões era mantido pelo SPILTN. Utiariti inicia como um projeto positivista e civilizador dos indígenas, e tem continuidade com a administração pela MIA, num processo civilizador e catequizador.

Entretanto, retorno para a ideia de campo, somando-se a ela, a ideia de que o processo de conquista (LIMA, 1995) engendrado pelas frentes missionárias (que intentavam o estabelecimento da tutela), abre um leque de “possibilidades relacionais no plano social e simbólico”. Segundo Lima (1995):

A guerra não é, pois, só uma forma de destruir e instaurar catástrofes, mas via constitutiva de novas relações sociais, base de múltiplos sistemas de aliança e antagonismo. Trata-se, pois, de ultrapassar o binômio destruição/resistência, muitas vezes subjacente à ideia de uma “história dos vencidos”, abandonando as narrativas de feitos heroicos das partes em confronto.

Essas possibilidades relacionais, que em outras palavras, consistem em transformações na socialidade Rikbaktsa, reverberam neste povo até a atualidade, e são observáveis nos procedimentos e estratégias de mobilização adotados face às frentes de expansão econômica durante os eventos que pude presenciar e etnografar.

Ainda, segundo Pacini (1999), há um reconhecimento pela MIA quanto à contribuição que a catequização e pacificação teve para as frentes de expansão econômica. O espaço geográfico no noroeste de Mato Grosso, a territorialidade dos indígenas da região, estavam como um todo, mensurados, divididos e comercializados pelo Estado, antes mesmo de as frentes de expansão chegarem em determinado território para sua exploração econômica e ocupação. O reconhecimento da MIA e, mais tarde, da própria congregação católica, é de que as missões “abriram terreno” para os seringueiros e a empresa exploradora. Os indígenas foram preparados para o contato pelos missionários e, de certo modo, enfraquecidos pelo contato, se pensarmos que antes do contato a guerra ou o conflito interétnico era total. A situação histórica consistia na luta

pelo estabelecimento na região, esta era uma condição geral. Para Pacini, a dinâmica dos movimentos territoriais Rikbaktsa está ligada às pressões da sociedade nacional e à expansão das fronteiras econômicas e agrícolas (1999).

Assim, a partir das relações criadas no passado com os missionários, que deixaram marcas na forma de disposição dos Rikbaktsa em seu território, marcas na sua organização, marcas nas suas atividades produtivas, marcas na sua educação, marcas na disposição interna das suas aldeias, marcas no seu relacionamento com os agentes do poder público e entre os grupos Rikbaktsa, é possível pensar os efeitos dessa tutela exercida pela MIA.

### **5.1. A Tutela como Poder Mediador**

Antônio Carlos de Souza e Lima (1995) classifica o poder tutelar da seguinte maneira:

o poder tutelar aparecerá sob interessantes matizes se remetido a este quadro formal da interação triangular: mediar sem tomar partido em disputas, acumulando poder desta maneira; arbitrá-las decidindo-se por uma das partes, beneficiar-se em proveito do próprio conflito [...]

Conforme abordado no capítulo de construção do processo de consulta pelos Rikbaktsa, os eventos ocorridos em 2017 mostram, de certo modo, um procedimento que já foi visto na história dos Rikbaktsa, quando se trata de relações interétnicas que envolvem as forças político e econômicas locais interessadas em explorar a região.

Os eventos ocorridos em 2017, quando os Rikbaktsa resistem a uma tentativa de suborno e conquistam o embargo do processo de licenciamento remetem a outra situação histórica, que pode ser vista de maneira análoga. É nítido no cenário da expedição de 2017, como a instituição católica, na pessoa do bispo Dom Neri é convocada pelas duas partes em conflito neste campo, os Rikbaktsa e o Estado de Mato Grosso, que representa a frente de expansão econômica.

O primeiro encontro na casa do bispo contava com o Estado de Mato Grosso, no cargo do secretário da SINFRA, buscando o bispo numa clara tentativa de construir um acordo com os indígenas, como se esta alternativa fosse uma possibilidade para o bispo,

mas não mais para o Estado, ou como se o bispo e a diocese de Juína tivessem alguma parte no processo de licenciamento ambiental. O que naturalmente não se verifica. O Estado, sendo a entidade, o agente responsável pelo cumprimento do processo de licenciamento ambiental (que é o meio legal para dialogar com os indígenas), busca burlá-lo, e recorre a uma força política na região, com talvez mais poder do que o próprio Estado em determinados momentos, a igreja católica.

Enquanto isso, o bispo ocupa justamente o lugar de poder mediador, tutelando os Rikbaktsa, e se mostrando sempre disponível ao chamado do Estado. Não se indis põe com nenhuma das partes, não aparenta tomar partido de nenhuma das partes, e toma o partido do Estado. O bispo tenta funcionar como um “amortecedor”, um suavizador do impacto das frentes de exploração econômica sobre os Rikbaktsa, mas sem eliminar o impacto, apenas convencendo-os de que é o caminho a ser tomado. As organizações dos Rikbaktsa representadas pelos interlocutores presentes na casa do bispo sabem disso, e sabem que o impacto virá, como tem vindo cotidianamente em suas vidas historicamente. E justamente por isso resistem recorrendo a única instituição local que tem trânsito entre os indígenas, mas que representa mais força política e econômica do que a FUNAI. Os indígenas tiveram de recorrer à três instituições diferentes com o intuito de frear o avanço das frentes de exploração econômica: FUNAI, MPF e Diocese de Juína/MT.

E aqui creio que é possível buscar no histórico de contato e de construção de uma política tutelar entre os Rikbaktsa, uma argumentação que permite compreender seu movimento. E compreender também como e por que os Rikbaktsa expulsaram a MIA de suas aldeias, num processo de retomada de suas áreas e de construção de autonomia, mas nunca romperam totalmente com a presença católica na região. Sua busca pelo bispo como um mediador com os agentes do Estado, se dá de forma análoga ao que este povo viveu entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, quando os missionários jesuítas iniciaram esta tarefa de “amortecer” o impacto que as frentes de expansão imprimiam invadindo seus territórios e causando mortes incalculáveis, danos irreparáveis ao povo.



## 5.2. Atos de Resistência

A resistência dos Rikbaktsa, conforme abordado ao longo de todo o texto desta monografia é evidenciado pelos eventos descritos e pelas posturas assumidas. O processo conforme sistematizado em ordem diacrônica no capítulo 3, mostra como a mobilização Rikbaktsa, de certo modo surtiu efeito, e sua pauta foi concretizada, conquistada junto aos órgãos burocráticos de Estado.

Contudo, creio ser importante destacar uma forma de resistência de mais difícil verificação e racionalização, como reconhece Scott (1986). Em uma tentativa de detalhar diferentes formas de resistência cotidiana, não a que pretende uma rebelião ou revolução, mas a resistência para conseguir chegar até o fim do dia, ou até o fim do mês, uma resistência prosaica, que não pretende o enfrentamento simbólico das estruturas de dominação.

Neste sentido creio ser possível aprofundar a leitura dos eventos ocorridos em 2019, na etapa de realização da consulta prévia e realização do diagnóstico socioambiental com os Rikbaktsa. Não pretendo e nem possuo elementos etnográficos sistematizados para uma discussão aprofundada sobre as rivalidades e faccionalismos entre os grupos Rikbaktsa. O que meu campo permite observar é que, de fato, a resistência Rikbaktsa se dá não somente ao processo de licenciamento e ao empreendimento BR-174 em si, mas esta inclui manifestação também na etapa de construção do ECI junto à equipe técnica. Aqui, equipe técnica inclui nossos dois guias e interlocutores.

Estou me referindo a seguinte forma de resistência: “a) individuais, localizadas e descoordenadas, b) baseadas no auto interesse; c) não teriam efeitos revolucionários sobre o sistema de dominação; d) não faria a crítica deste sistema em si” (SCOTT apud FERREIRA, 2007). Andrey Ferreira ainda acrescenta o seguinte sobre esta forma de resistência abordada por James Scott (2007):

Scott faz a crítica desses pressupostos, mostrando que na realidade ações individuais e sem nenhuma coordenação poderia ter consequências revolucionárias, como o caso das “deserções durante a revolução russa”; a partir do mesmo exemplo, já que não existiu contradição entre o interesse individual do soldado em sobreviver e o efeito político revolucionário, o interesse em debilitar o Exército enquanto instituição repressiva.

No caso da expedição para construção do ECI, não se trata propriamente de ações individuais, mas sim de uma manifestação coletiva, sem organização prévia, mas que demonstra um grau de “deserção” para com as atividades de diagnóstico socioambiental. E neste sentido, é importante destacar a colaboração como um elemento da dominação, fator que permite que o processo siga em frente, apesar das discordâncias de grupos Rikbaktsa.

A resistência cotidiana era de difícil percepção no trabalho de campo de elaboração do diagnóstico, já que algumas aldeias fizeram até mesmo apresentações, danças, atribuíram nomes e clãs para a equipe técnica, com falas de agradecimento e almoços coletivos. Contudo, essas ações se devem, também, em parte, ao trânsito de Jair. Como um interlocutor influente e respeitado pelos grupos Rikbaktsa, Jair sempre fazia falas antes de início dos trabalhos, de convencimento dos Rikbaktsa da importância do trabalho, e da importância de os Rikbaktsa mostrarem para a equipe técnica seus traços culturais, tradicionais, com o intuito de afirmação da identidade étnica e alteridade. Dizia Jair em uma dessas oportunidades: “você têm que mostrar pra eles, o pessoal tá aqui pra fazer o estudo, e vocês tem que mostrar nossa cultura pra eles”. A maioria das vezes sua fala neste sentido era feita na língua Rikbaktsa. Deste modo, relativizo a suposta participação dos Rikbaktsa na construção do diagnóstico. Ela não se deu sem considerável esforço de interlocução de nossos guias Jair e Nelson.

É neste sentido que penso que a “deserção” se deu. Havia certo “esvaziamento” das aldeias. Muitas famílias estavam no mato fazendo suas tarefas, ou trabalhando nos castanhais, ou então haviam se deslocado para as cidades. O que diversas vezes reduziu os presentes nas atividades de diagnóstico. Interpreto esta postura como certo grau de resistência que advém das rivalidades dos grupos, justamente porque a demanda de passar em cada uma das aldeias veio das próprias organizações representativas dos Rikbaktsa.

Por fim, outro aspecto relativo ao tipo de resistência que abordo, não tem a ver com a elaboração do ECI, mas com o cotidiano dos Rikbaktsa na região, quando precisam percorrer as próprias Terras Indígenas e passar por entre as fazendas locais. Em duas oportunidades pude registrar o grau de exposição a violência que se dá na região. Primeiro, na TI Japuira, quando passando pelo rio, os indígenas avistaram assentados pescando em áreas da TI Japuira. O barqueiro não hesitou em jogar o barco em que estávamos em direção ao dos assentados, subindo a proa da voadeira em cima do barco dos assentados. Em poucos segundos dois Rikbaktsa pularam da nossa voadeira para o

barco dos assentados, retirando-lhes todas as varas e equipamentos de pesca, dentre utensílios como facões, baldes, etc. Após avisarem-lhes de que não deviam pescar na área, os dois Rikbaktsa voltaram para a voadeira e seguimos viagem para a aldeia Pé-de-Mutum. A segunda situação, além das constantes ameaças que os interlocutores recebem em Cotriguaçu, as fazendas e pousadas de pesca na região também não são lugares de segurança para os Rikbaktsa, mesmo trabalhando como empregados nestes estabelecimentos. Na pousada Vida Dura, Jair me relatou estar muito preocupado com nossa estadia, já que conhecia alguns barqueiros da pousada, e sabia que trabalhavam como guacheba (pistoleiros, jagunços locais). Sobre a região de Escondido:

Para muitos moradores de Cotriguaçu, a demarcação da TI Escondido culminou em impactos socioeconômicos negativos. A Terra Indígena é percebida como uma grande extensão territorial sem fim produtivo e que não gera benefícios diretos ao município. Para esses atores, a área poderia ser utilizada para exploração madeireira, mineral ou agropecuária. Alguns moradores e produtores rurais também rechaçam as práticas de manejo desenvolvidas pelos Rikbaktsa, que são concebidas como incompatíveis com a noção de eficiência e produtividade e, portanto, constituiriam um obstáculo ao desenvolvimento do município. (ALMEIDA et al, 2016)

A região de Cotriguaçu é literalmente a fronteira com uma vasta região de florestas fechadas, mais ao norte de Mato Grosso, na fronteira com o Amazonas. Esta região é extremamente visada por grileiros e invasores. Neste sentido, a própria disposição das aldeias dos Rikbaktsa nos seus territórios também cumpre com uma função de vigilância, estando todas elas nas “margens” das TIs, nos seus limites. A própria circulação dos indígenas pelo território, então, já estabelece uma “vigilância ostensiva”. Arruda (2019) discorre sobre a disposição das aldeias, e os rearranjos das formas de ocupação territorial nos territórios demarcados, que seguem uma lógica tanto de proximidade das áreas de “acesso”, uma lógica de parentesco / aliança / afinidade, e uma lógica da proteção territorial, em face ao avanço da fronteira de exploração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este empenho etnográfico tentei abordar um segmento do que está sendo o processo de licenciamento ambiental da BR-174, naquilo que os Rikbaktsa tiveram parte. Tratando de construir uma análise situacional de diversos eventos, considerando o histórico processo de relações interétnicas no qual os Rikbaktsa estão inseridos. Tentei abordar o processo de licenciamento ambiental, e todas as reuniões e atividades necessárias para a construção do ECI, como mais uma etapa no longo processo histórico de contato, de conflito regional. Conflito que se desenrola em uma situação de fronteira, e que tem a clivagem étnica como fator principal na equação que conforma as unidades sociais aqui analisadas.

Traçando alguns paralelos e analogias tentei propor reflexões quanto aos procedimentos assumidos pelos indígenas diante das forças de expansão econômica, e como estes eventos produzem novos modos de relações sociais e de ação social entre os indígenas naquilo que concerne à defesa de seus territórios. Neste sentido, entendo a *resistência* Rikbaktsa como defesa do seu território, e defesa do seu modo de vida, do seu direito a alteridade, que constantemente é apossada pelo poder tutelar. Este poder tutelar inicia com o SPILTN, mas chega até os Rikbaktsa através da MIA e seus missionários, que paulatinamente vão sendo afastados do território Rikbaktsa, e dando lugar à tutela pela FUNAI. Quando as Terras Indígenas são homologadas, no entanto, este povo já está transformado pelas relações sociais suscitadas pela dita “pacificação”, assumindo novas formas de organização, novas formas de relação com o território, novos usos atribuídos à floresta. Contudo, também assumiram novas estratégias de mobilização, novos meios de resguardar seus territórios, de manipular códigos simbólicos em favor de suas pautas, novas maneiras de resistir. Tal cenário é chamado por algumas etnografias como uma conquista de autonomia dos Rikbaktsa. É possível aferir que as constantes mobilizações dos Rikbaktsa em torno das demarcações de seus territórios, as longas lutas judiciais, ocupações e mobilizações, foram criando certa expertise entre estes indígenas, no que concerne às relações com o poder do Estado. Estes processos são inicialmente engendrados junto às agências tutelares, como a MIA e a própria FUNAI, mas muitas relações sociais são reelaboradas a partir das diferentes alianças e antagonismos vividos pelos Rikbaktsa neste cenário de luta.

E minha intenção na escrita do capítulo 2 foi demonstrar a importância das primeiras relações construídas em torno da dita “sociedade nacional”, a partir do processo de “pacificação”, pois entendo que aquelas unidades sociais tidas em torno dos PAIs são reflexos de como os Rikbaktsa reelaboraram sua ocupação e mesmo distribuição das aldeias nas atuais terras indígenas homologadas. Estes processos têm uma continuidade, mas mostram, também, de fato, ações dos indígenas no sentido de interromper algumas situações, de maneira a preservar a autonomia do grupo étnico. É neste sentido que aproximo a ideia de resistência às ações sociais de retomada e defesa de um território que é entendido como o seu lugar, um território que está presente nos seus mitos e que fora dele a vida *Rikbaktsa* não é possível, a alteridade não é possível. O luto e a dor de diversas formas demonstradas nas atividades de construção dos impactos socioambientais junto à equipe técnica, são evidências de um processo de perda de territórios, que remetem ao passado de guerra total, em que as perdas territoriais para as fazendas seringalistas também significavam a perda de contingentes populacionais. Os grupos Rikbaktsa estiveram perto de serem exterminados dada a quantidade de massacres e epidemias que sofreram. Conseqüentemente, a chegada de uma rodovia que divide sua territorialidade ao meio, facilitando o avanço da fronteira de exploração econômica segundo a lógica de um capitalismo de pilhagem, revive e atualiza dramas que estes grupos indígenas enfrentam há mais de 50 anos.

Ao sistematizar o desenrolar do processo de construção da consulta prévia, livre e informada no capítulo 3, tentei detalhar o máximo que permite esta monografia os pormenores da burocracia que permeia todo este processo. Processo este, que nada tem a ver com o licenciamento ambiental. E aqui reside um de meus argumentos, o de que este processo de licenciamento da rodovia é nitidamente um conflito de forças pelo uso e ocupação das terras exploráveis economicamente na região. Tal é a explicação para que não tenha tido tanta preocupação em detalhar o processo administrativo que é o licenciamento ambiental nesta monografia, pois entendo que outras forças estão em jogo naquele cenário, e que mereciam um olhar que considerasse devidamente o conflito que está posto. Tal conflito, entenda-se, transcende o licenciamento ambiental. Tomei o licenciamento como ponto de partida, e como um segmento que circunscreve meu trabalho de campo, contudo, creio ser imprescindível tratar do conflito interétnico evidente nos eventos etnografados.

Ademais, a suposta conquista de um valor, uma verba, que é extraída do próprio orçamento das obras da BR-174, para destinação da execução do PBA dos indígenas, não garante que este PBA será executado futuramente. As medidas mitigatórias e compensatórias dos impactos causados pela BR-174 estão, também, condicionadas a mais mobilizações por parte dos indígenas, já que a SINFRA, uma vez concluído o ECI, deve iniciar o lobby pela concessão da licença ambiental de instalação. E neste ponto, é importante atentar para a característica do empreendimento em si. Entenda-se, uma rodovia nunca para de “operar”, a estrada, uma vez que foi construída, passa a operar intermitentemente. Não é a mesma condição de uma indústria (apesar de haver indústrias funcionando sem parar), que precisa da licença de operação para passar a funcionar. A rodovia tem suas obras de estrutura e pavimentação ocorrendo enquanto ela já opera, não necessitando de uma licença de operação para funcionar. Com efeito, uma vez que IBAMA conceda a licença de instalação, possivelmente a SINFRA não mais procurará os indígenas para nenhum tipo de tentativa de suborno, já que a rodovia estará completamente autorizada. E restará aos indígenas cobrarem na justiça novamente pelas reparações dos impactos sofridos.

Evidentemente, trago algumas conjecturas, mas que não são improváveis, tento traçar um cenário possível para o prosseguimento deste processo, que está em andamento, e que produzirá novos desdobramentos no futuro. Assim, este trabalho também se coloca como um primeiro ensaio de pesquisa neste campo, ainda requer mais trabalhos de campo, com mais tempo, para melhor sistematizar as informações que procuro apresentar. Ainda, esta monografia também se centrou com mais ênfase no histórico de contato dos Rikbaktsa no período da pacificação dos missionários até os anos de demarcação das terras. O que justifico pela característica da própria pesquisa, em se tratando de uma monografia, creio que este trabalho é inicial, e ainda requer muito aporte de estudos e novos campos para melhor compreensão das problemáticas que propus neste texto.

Importante acrescentar, também, que foi realizado um trabalho de campo extenso, com ampla participação dos grupos Rikbaktsa (mesmo que sujeita a críticas conforme capítulo anterior), e que resultou na elaboração de um ECI denso, multidisciplinar, rico em dados quantitativos. Este ECI projeta impactos contundentes (isto sem considerar os passivos ambientais, ou seja, os impactos já ocorridos no passado), contudo, este estudo não é capaz de aferir a inviabilidade do empreendimento, por mais que seja uma região sensível e sujeita a potencialização dos impactos avaliados a um nível não calculável.

Quando afirmo que o ECI não é capaz, na verdade, me refiro à equipe técnica responsável pelo ECI, que mesmo com dados pertinentes, não teve ingerência sobre este parecer em específico, o de classificar o empreendimento BR-174 como viável ou inviável. A equipe responsável pelo estudo, neste ponto, não era unânime quanto à viabilidade ou não da rodovia, no entanto, este fator não interferiu no parecer final do ECI. Esta ocorrência reforça o caráter político-econômico de tal processo. Se o estudo era contratado pelo empreendedor (SINFRA), naturalmente este cobraria da empresa consultora a viabilidade do empreendimento, e assim foi feito.

Importante acrescentar também, que o ECI, a avaliação de impactos, por mais que tente qualificar as análises, o diagnóstico não leva em consideração um fator fundamental, que é a lógica de acumulação do capital e o caráter burguês do Estado. Além disso, o ECI se debruça sobre uma região conflituosa, sobre uma região em situação de fronteira, ou seja, onde o capital se reproduz muitas vezes segundo formas de trabalho escravocratas, onde a peonagem trabalha por pagamento de dívidas (como já foi o caso de alguns Rikbaktsa). Evidentemente, o ECI não considera a lógica capitalista que impera na sociedade e que se constata como o maior fator de ameaça às Terras Indígenas, já que é justamente a “ausência de regras”, ou “as regras próprias”, da situação de fronteira que funcionam como disparador para confrontos entre os indígenas e os invasores, garimpeiros, pistoleiros, madeireiros, grileiros, etc. Já que as instituições tais como a FUNAI, e seus servidores locais assumem procedimentos próprios na “linha de frente” do conflito pela terra, como bem analisa Oliveira (1987). Não se trata de inoperância, mas de uma operação característica com a situação, onde diferentes valores são assumidos. É destes “confins do humano”, nestas regiões amazônicas, que se tem avançado a fronteira de exploração para extração da mais valia de forma desregrada, desumana (MARTINS, 2009).

Por fim, tentei mostrar como a estrada, na verdade, retoma certos processos, ou atualiza certas forças econômicas que historicamente pressionam os territórios Rikbaktsa, ao mesmo tempo que agências de características coloniais se colocam na arena de disputas no qual o processo de licenciamento se tornou. Tentei mostrar como o processo, quando submetido a um estudo etnográfico, revela diferentes nuances, e expõe os reais interesses presentes na arena de disputas, e como os mais diversos atores contribuem segundo seus interesses, que não necessariamente refletem os interesses da instituição ou grupo que representam.

Assim, penso que este trabalho está em aberto, está nitidamente incompleto, muitos elementos ficaram de fora, não é possível tratar de toda a complexidade do campo, e se trata de uma iniciação de pesquisa sobre este processo como um todo. Necessitando de mais trabalhos de campo, para melhor sistematizar os eventos e enriquecer as análises históricas possíveis sobre a luta Rikbaktsa.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana; ATHAYDE, Simone; CASTORINO, Adriano; SELUCHINESK, Rosane. Territorialidade e reexistência indígena na fronteira amazônica: o povo Rikbaktsa e a Terra Indígena Escondido, Mato Grosso, Brasil. In: Sustentabilidade em Debate. Brasília, v. 7, nº 2, p. 73-89, 2016.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços por uma antropologia topológica. IN: AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (orgs.) No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 29-73.

ARRUDA, R. S. V. Rikbaktsa, Os Canoeiros do Rio Juruena. São Paulo: Margem, 2019.

\_\_\_\_\_. Os Rikbaktsa: mudança e tradição. 1992. Tese (Doutorado em Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

ATHILA, Adriana Romano. Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. In: Cadernos de Campo nº 3 USP, São Paulo: 1993.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT, Philippe e STREIF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 2000, p. 187-227.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Disponível em:

[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_Interministerial\\_60\\_de\\_24\\_de\\_marco\\_de\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_Interministerial_60_de_24_de_marco_de_2015.pdf). Acesso em: 22 fev. 2022.

CAIUBY NOVAES, S. Jogo de Espelhos: Imagens da Reprodução de Si Através dos Outros. São Paulo: EDUSP, 1993.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Urbanização e Tribalismo – Integração dos Índios Terena numa Sociedade de Classes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. *Ethnography and the historical imagination*. Boulder: Westview Press, 1992.

DAL SASSO, G. Desenvolvimento, território indígena e medidas de compensação socioambientais no litoral gaúcho. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

DORNSTAUDER, João Evangelista. *Como pacifiquei os Rikbaktsa*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975.

ECOPLAN Engenharia Ltda. Estudo do Componente Indígena (ECI) Povo Rikbaktsa. Estudos Ambientais BR-174/MT, Castanheira – Colniza, 2020.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (org) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo: Global Universitária, 1987.

FERREIRA, Andrey C. *Tutela e Resistência Indígena*. Tese de Doutorado. UFRJ – Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tutela e Resistência Indígena*. São Paulo: EDUSP, 2013.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: UNESP, 1987, p. 237-364.

HAHN, Robert Alfred. *Rikbakca categories of social relations: an epistemological analysis*. 1976. Tese (Doutorado em Filosofia), Harvard University, Cambridge, 1976a.

HERZFELD, Michael. *A Produção Social da Indiferença: Explorando as Raízes Simbólicas da Burocracia Ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Características gerais dos indígenas - Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Características Gerais dos Indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LEÃO, J.P.P.; SAYAGO, D. A. Protagonismo indígena no licenciamento ambiental. Revista Econômica do Nordeste, v. 44, p. 1, 2013.

LIMA, Antônio Carlos do Sousa. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade na formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. Fronteira - A Degradação do Outro nos Confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. Teoria Científica da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOURA E SILVA, José de. Fundação da Missão de Diamantino. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "O nosso governo": os Ticuna e o regime tutelar. Brasília: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PACINI, Aloir. Pacificar: relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsa. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PAULA, Larissa Cykman de; EMIL, Luana Rosado. Interpretações sobre a Consulta Prévia no Contexto de Licenciamento Ambiental: reflexões a partir do Estudo de Componente Indígena (ECI) para um empreendimento rodoviário no Brasil. In: Trabalhos Técnicos do II e III Seminário Socioambiental de Infraestrutura de Transportes. Via Viva: Brasil, 2019.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. Rikbaktsa: Um estudo de parentesco e organização social (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Humanitas, 2012.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Situações Coloniais, Pluralismo Étnico e Desafios da Autonomia Indígena na América Latina. In: Revista de Estudos em Relações Interétnicas. V 19, N. 1, p. 3-35, 2015.

SCHULTZ, Harald. Informações Etnográficas sobre os Erigpagtsá (Canoeiros) do Alto Juruena. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. XV, p. 213-282, 1964.

SCOTT, James. Everyday forms of Peasant Resistance. The Journal of Peasant Studies. Volume 13, Nº 2, 1986.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the Savage Slot: The Poetics and Politics of Otherness. In. Recapturing Anthropology: Working in the Present. Santa Fé: School for Advances Research, 1991.

\_\_\_\_\_. Silenciando o passado: poder e a produção do passado. Curitiba: Huuya, 2016.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 2, Brasília: Editora UnB, 1999.

WOLF, Eric. A Europa e os Povos sem História. São Paulo: EDUSP, 2005.

\_\_\_\_\_. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. IN: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.) Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 93-114.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA FUNAI**



Processo nº. 401/2015  
 Folha 58  
 Assinatura: *[Handwritten Signature]*

## Análise Cartográfica nº 9 15

### 1. DESCRIÇÃO GERAL

REGISTRO MJDOC	08620071446201437
DOCUMENTO DE ORIGEM	Ofício nº 109355/CIE/SUIMIS/2014
OBJETIVO	Solicita licença prévia e licença de instalação para a obra de pavimentação da rodovia BR 174 NO TRECHO CASTANHEIRA A COLNIZA.

### 2. DADOS DO REQUERENTE

DENOMINAÇÃO IMÓVEL	Pavimentação da Rodovia BR-174 Trecho Castanheira a Colniza/MT
TIPO DE OBJETO	Projetos
TIPO DE DEMANDA	Licenciamento
RESPONSÁVEL TÉCNICO	Governo do Estado do Mato Grosso / SEMA - -
REQUERENTE/INTERESSADO	SEMA
ORIGEM	SEMA - MT
MUNICÍPIO	Juruena-MT, Colniza-MT, Castanheira-MT, Aripuanã-MT,

### 3. ANÁLISE CARTOGRÁFICA

#### T.I. Proximas

TI 4201 - Aripuanã / 750649.265 Ha / Regularizada 1992-01-22 - Matr. 46.633 Lv. 2-GS Fl. 159V	DISTÂNCIA Km	50
TI 11201 - Enawenê-Nawê / 742088.6783 Ha / Regularizada 1998-03-19 - Matr. 15.135 Lv. 2-RG Fl. 001	DISTÂNCIA Km	88
TI 11401 - Erikpatsá / 79934.801 Ha / Regularizada 2012-08-21 - Matrícula 3.367, Livro 2-Q/RG	DISTÂNCIA Km	27
TI 11501 - Escondido / 168938.468 Ha / Regularizada 1999-03-15 - Matr. 58.626 Lv. 2-JZ Fl. 048	DISTÂNCIA Km	31
TI 61401 - Kawahiva do Rio Pardo (restrição de uso) / 411848 Ha / Delimitada 2011-02-24 - Despacho nº 8, de 24 de fevereiro de 2011	DISTÂNCIA Km	265
TI 33601 - Parque do Aripuanã / 1603245.9806 Ha / Regularizada 1988-09-22 - Matr. 4.146 Lv. 2/RG Fl. 001	DISTÂNCIA Km	68
TI 42601 - Serra Morena / 147836.1461 Ha / Regularizada 1990-03-08 - Matr. 41.255 Lv. 2-FO Fl. 11	DISTÂNCIA Km	56
TI 3301 - Arara do Rio Branco / 114842.4748 Ha / Regularizada 1997-04-01 - Matr. 54.317 Lv. 2-IS Fl. 191	DISTÂNCIA Km	27
TI 11202 - Enawenê-Nawê / 0 Ha / Em Estudo 2008-07-25 - Portaria nº 859/PRES/08	DISTÂNCIA Km	62
TI 18601 - Japuíra / 152509.88 Ha / Regularizada 1989-09-12 - Matr. 25.230 Lv. 2-CC Fl. 176	DISTÂNCIA Km	19

#### MUNICÍPIOS COM REINVIDICAÇÃO OU AREA EM ESTUDO

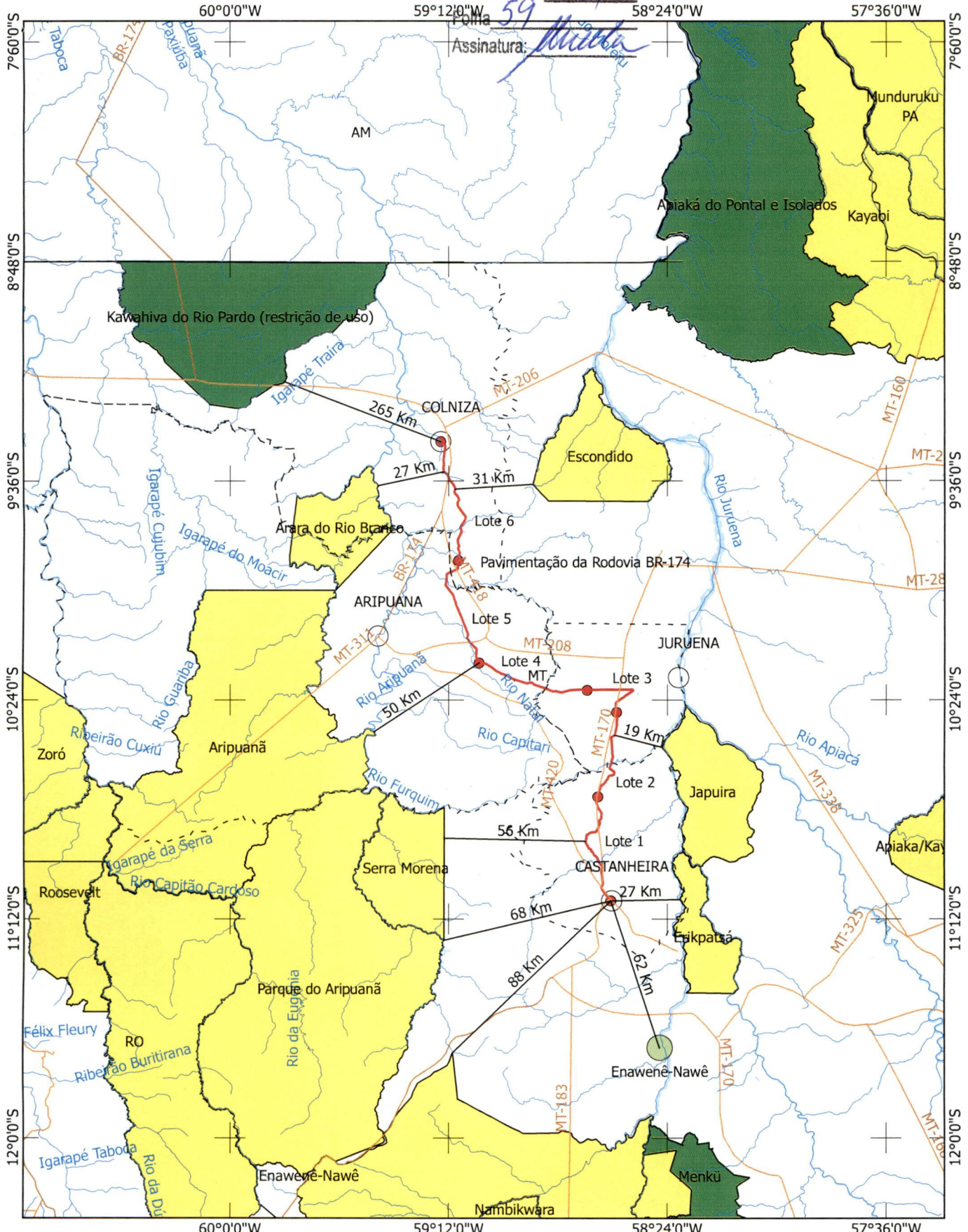
Colniza-MT, Aripuanã-MT,

OS:1149

*[Handwritten Signature]*  
 Adriano Elias Sipaubá  
 Analise Técnica  
 Brasília, / /2015

*[Handwritten Signature]*  
 José De Sousa Castro  
 COCART/CGGeo/DPT  
 Brasília, / /2015

Encaminha-se a: *[Handwritten Signature]*  
 José Antônio de Sá  
 CGGeo/DPT - CREA/RR Nº 15455D  
 Brasília, /2015



- Legenda**
- Das Terras Indígenas**
- Em Estudo
  - Restrição de Uso
  - Delimitada
  - Declarada
  - Homologada
  - Reserva Indígena
  - Regularizada

- BR-174
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede Municipal
- Hidrografia
- Rodovia**
- Estadual
- Federal
- Ponto

**Observações:**

1 - Este documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.

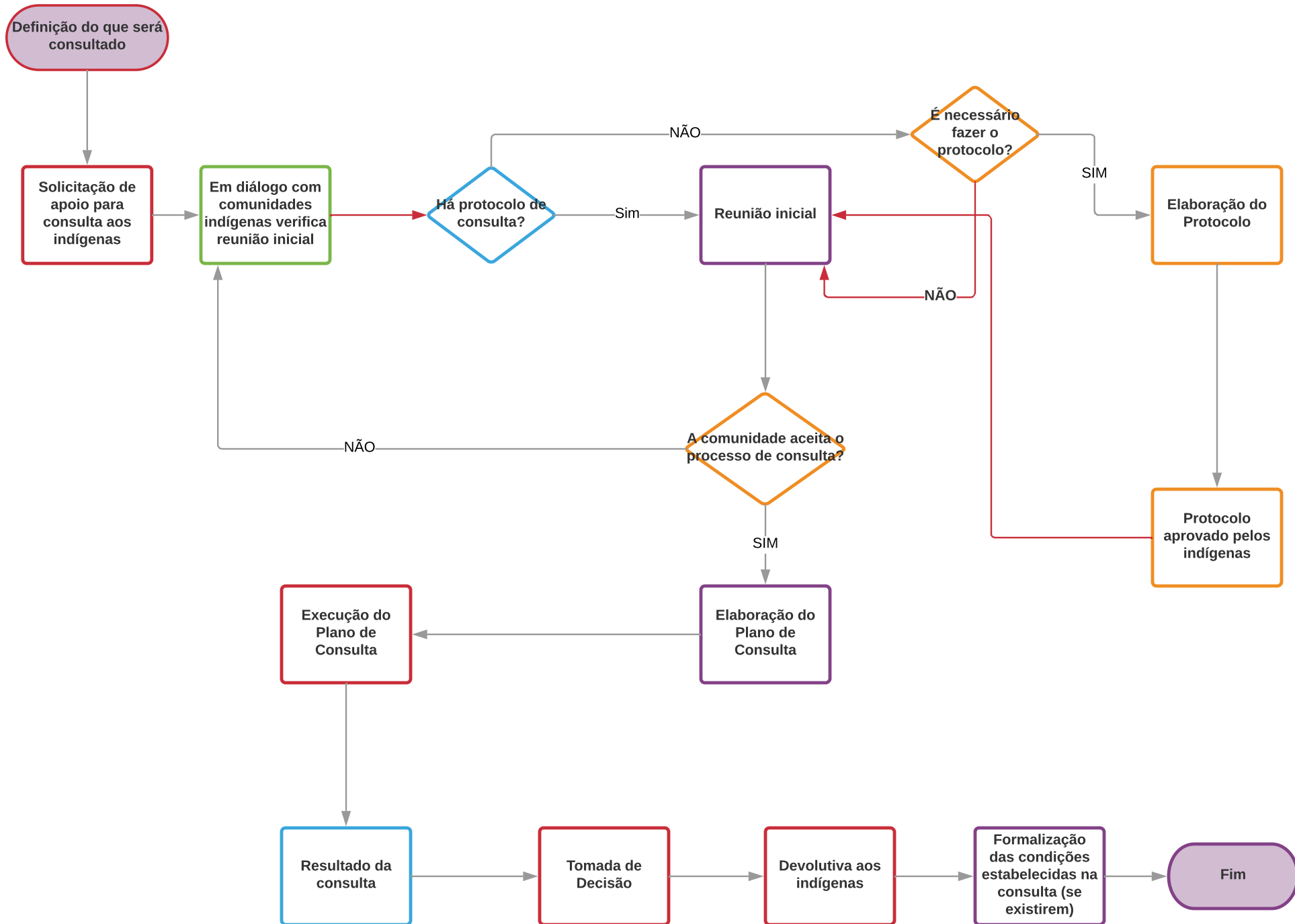
Datum SIRGAS 2000  
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa político

<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA <b>FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI</b> DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>	
<p>OPERAÇÃO: PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA 174 TRECHO CASTANHEIRA A COLNIZA /MT</p>	<p>INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 0009/15</p>
<p>INTERESSADO: GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO SEMA / SUIMIS</p>	<p>DOCUMENTO REFERENCIAL: OFIC.109355/CIE/SUIMIS/2014</p>
<p>MUNICÍPIO / UF: COLZINA, ARIPUANÃ, JURUENA E CASTANHEIRA / MT</p>	<p>ESCALA: 1:1.840.000</p>
<p>DESENHO EM <i>[Handwritten Signature]</i></p>	<p>CONFERIDO EM <i>[Handwritten Signature]</i></p>
<p>JOSE CEZAR CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA FUNAI / DPT</p>	<p>DR. ANTONIO DA SA COORDENADOR DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT</p>



**ANEXO 2 – FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO PLANO DE CONSULTA DA  
FUNAI**

# COMPONENTE INDÍGENA - CONSULTA



**ANEXO 3 – TERMO DA ABERTURA DE CONTA PARA DEPÓSITO DA  
VERBA DO PBAI**

Senhora Coordenadora,

Em Atenção ao Ofício Nº 583/SATE/SEFAZ/2018 informamos a abertura da conta corrente **1042759-7**, conforme descrita abaixo:

**Agência / Conta**  
3834-2 / 1042759-7

**Nome Personalizado**  
EXECUÇÃO DO PLANO BÁSICO  
AMBIENTAL INDÍGENA - PBAI

2. **À SINFRA:** Encaminhamos 01 (uma) via do Contrato de Abertura da conta corrente acima relacionada para controle deste Órgão.

3. Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente,

**BANCO DO BRASIL S.A.**  
**Agência 3834-2 - Setor Público Cuiabá (MT)**

  
**Marcelo Montanher**  
Gerente de Relacionamento

  
**Ludmila Patricia Muniz**  
Assistente

Ilma. Sra.

**Bruna Moraes Rodrigues**

Coordenadora Financeira

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA

Governo do Estado de Mato Grosso

**Contratado:** (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 3834-2 - S.PUBLICO CUIABA ( MT ), inscrita no CNPJ n.º 000.000/5125-08, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

**Proponente/Contratante:** ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ n.º 03.507.415/0022-79, ADM PUB EST INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO BASICO, constituída em 30/03/2004, por meio do documento de constituição 164 - LEI ESTADUAL, registrado no(a) DOE MT em 30/03/2004 e sediada à RUA J, S/N , QUADRA 01 LOTE 05 SETOR A, CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO, CUIABA (MT), CEP 78.049-906, telefone(s) (65) 3613-6609.

#### **Dados da conta**

Agência 3834-2, Conta-Corrente n.º 1.042.759-7, Poupança Ouro n.º 511.042.759-X e Poupança Pouplex n.º 961.042.759-1, aberta em 12/09/2018.

**Fornecimento de dados cadastrais às empresas do conglomerado Banco do Brasil e Empresas parceiras:** Não autorizado.

#### **Declarações e autorizações**

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado aceita** a abertura de conta-corrente e/ou conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 924.356, em 14/07/2017, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia recebe no ato da assinatura deste instrumento.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na conta-corrente ora aberta e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na conta-corrente e/ou na conta de Poupança Ouro e/ou Pouplex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

**O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.**

Para **informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários** a respeito desta Proposta/Contrato, o **Contratado** coloca a disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004 0001\* ou 0800 729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC 0800 729-0722, para Deficientes Auditivos 0800 729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800 729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500\* ou 0800 729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800 729-5678.

\* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

**Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.**

Local e data  
CUIABA (MT), 12/09/2018

### Contratado



### PropONENTE/CONTRATANTE

Razão Social: ESTADO DE MATO GROSSO  
CNPJ: 03.507.415/0022-79

### Testemunhas

Nome: Maurício Lopes da Silva  
CPF: 043.717.381-09

Nome: Álvia Beatriz dos Santos Martins  
CPF: 012-920 071-92

### Responsável pelo acolhimento da proposta

Matrícula: 6.357.625-2 Nome: LUDMILA PATRIOTA MUNIZ

### Responsável pela abertura da conta

Matrícula: Nome: Eng.º Civil Yvelton Prestes do Carmo  
Secretaria Municipal de Administração  
Sistema/SINERPA

### Fontes de referência consultadas

Nome	Telefone
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE MT	(0065)36133-2080
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MATO GROSSO	(0065)36172-5120



## Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G336191208569774008  
19/03/2019 12:15:22

### Cliente

Agência 3834-2  
Conta 1042759-7 ESTADO DE MATO GROSSO  
Mês/ano referência MARCO/2019

### S PUBLICO SOBERANO - CNPJS PUBLICO SOBERANO

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
28/02/2019	SALDO ANTERIOR	15.125.742,78			6.363.663,790641		
19/03/2019	SALDO ATUAL	15.156.794,67			6.363.663,790641		6.363.663,790641

### Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	15.125.742,78
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	31.051,89
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	31.051,89
SALDO ATUAL =	15.156.794,67
Disponível p/ Resg =	15.156.794,67
Carência p/ Resg =	0,00
IR Estimado =	0,00
IR complementar =	0,00
IOF estimado =	0,00

### Aplicações em ser

Data	Documento	Valor aplicado	Quantidade cotas	Saldo cotas
26/12/2018	909.383.426	15.000.000,00	6.363.663,790641	6.363.663,790641

### Valor da Cota

28/02/2019	2,376892192
19/03/2019	2,381771755

### Rentabilidade

No mês	0,2052
No ano	0,9889
Últimos 12 meses	4,7581

### VALORES LÍQUIDOS PARA RESGATE

Projeção para 19/03/2019 - Cota: 2,381771755

Transação efetuada com sucesso por: JA699485 ADRIANA P G FRANCA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



G336191208569774007  
19/03/2019 12:14:30

## Cliente - Conta atual

Agência 3834-2  
Conta corrente 1042759-7 ESTADO DE MATO GROSSO  
Período do extrato Mês atual

## Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
26/12/2018		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
Invest.com Resgate Autom.						15.156.794,67	C
Saldo						15.156.794,67	C
Juros						0,00	
Data de Debito de Juros						29/03/2019	
IOF						0,00	
Data de Debito de IOF						01/04/2019	
<b>Saldo de fundos de investimento</b>							
S PUBLICO SOBERANO						15.156.794,67	

-----  
-----  
OBSERVAÇÕES:  
-----

Transação efetuada com sucesso por: JA699485 ADRIANA P G FRANCA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088





## Consultas - Poupança

G334191049374537012  
19/03/2019 10:59:16

### Cliente

Agência 3834-2  
Conta 1042559-4 SETPU PAV BR 174 MT CAS  
Período 03/2019

### POUPANÇA-OURO DIÁRIA

Variação 51  
Outras condições CTA. RESGATE AUT., PESS.JURIDICA, EXTR. NAO REM

### Lançamentos

Dt. lançamento	Dt. base	Histórico	Ag. origem	Documento	Valor
28/02		Saldo ant.			7.761.501,21 C
01/03	01/	JUROS	3834-2		19.367,00 C

### Saldos

SALDO	7.780.868,21 C
VLR. BLOQUEADO	0,00 D
DISPONIVEL	7.780.868,21 C

### Saldos por dia base

Dia	Valor	Dia	Valor
01/00	5.232.557,72	24/00	2.548.310,49

Poupança premia clientes BB.

Saiba mais em [www.bb.com.br/poupancapremiada](http://www.bb.com.br/poupancapremiada)

---

Transação efetuada com sucesso por: JA699485 ADRIANA P G FRANCA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



G334191049374537007  
19/03/2019 10:55:57

## Cliente - Conta atual

Agência 3834-2  
Conta corrente 1042559-4 SETPU - MATO GROSSO GOVER  
Período do extrato Mês atual

## Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
21/12/2018		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
Invest.com Resgate Autom.						7.780.868,21	C
Saldo						7.780.868,21	C
Juros						0,00	
Data de Debito de Juros						29/03/2019	
IOF						0,00	
Data de Debito de IOF						01/04/2019	
<b>Saldo de fundos de investimento</b>							
POUPANCA RESG. AUTOMATICO						7.780.868,21	

(\*) Saldo atualizado ate 18.03.2019

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JA699485 ADRIANA P G FRANCA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

# DNIT

TC-143/2013-04

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO E INCLUSÃO DE NOVA CONTA CORRENTE ESPECÍFICA PARA O ATENDIMENTO DA DESPESA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA, AO TERMO DE COMPROMISSO CELEBRADO ENTRE O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT E O ESTADO DE MATO GROSSO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINFRA, QUE TEM COMO OBJETO A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA, ESTUDOS AMBIENTAIS E LAUDOS PARA DESAPROPRIAÇÃO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-174/MT, COM EXTENSÃO TOTAL DE 272,70 KM; CÓDIGO PNV: 174BMT0195 A 174BMT0210, NA FORMA ABAIXO:

**DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES:** DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, ente autárquico federal vinculado ao Ministério dos Transportes, doravante denominado DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, com sede em Brasília/DF, Setor de Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Q.3, Lt. “A”, representado neste ato pelo seu Diretor de Infraestrutura Rodoviária, **Sr. Luiz Antônio Ehret Garcia**, RG nº 1.249.907-8 - SSP/MT, CPF nº 820.696.201-82, por delegação de competência, conforme Portaria nº. 1.788/DG de 03/10/2016, publicada no Boletim Administrativo nº. 187 de 04 de outubro de 2016, e de outro lado, o ESTADO DO MATO GROSSO, CNPJ nº 03.507.415/0001-44, com Sede à Av. Hist. Rubens de Mendonça – Palácio Paiaguás – Centro Administrativo – CPA, CEP nº. 78.050-970, CUIBÁ/MT, denominados neste ato como ENTE FEDERADO BENEFICIADO, representado pelo seu Governador **Sr. José Pedro Gonçalves Taques**, portador da Carteira de Identidade nº. 0626416-2 – SSP/MT, CPF nº. 405.404.481-68, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SINFRA, CNPJ nº. 03.507.415/0022-79, com Sede Edifício Edgar Prado - CPA, CEP nº. 78.090-970, representado pelo Secretário de Estado **Sr. Marcelo Duarte Monteiro**, CPF nº. 654.212.051-34, Identidade nº. 899.659 – SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Santiago nº. 319, Jardins das Américas, CEP nº. 78.060.628 – CUIABÁ/MT, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo na forma abaixo:

**DO FUNDAMENTO LEGAL:** Nas disposições da letra “c”, inciso II do art. 65 e, art. 116, ambos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**DA FINALIDADE:** alterar a redação da **CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**, incluindo uma conta corrente específica para o depósito do valor correspondente à implementação do Plano Básico Ambiental Indígena, em atendimento ao pleito das comunidades indígenas, conforme ata de reunião do MPF, TCU, SEINFRA, anexo ao processo nº 50611 000708/2018-88, conforme a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA DA ALTERAÇÃO

O Parágrafo Primeiro da **CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**, passa a ter a seguinte redação:



# DNIT

**Parágrafo Primeiro.** A liberação dos recursos, pela Unidade Gestora, necessários ao atendimento das despesas de que trata a Cláusula Primeira, será processada por meio da conta bancária específica do Termo de Compromisso, Agência nº 3834-2, Conta Corrente nº 1042559-4, no Banco do Brasil, na cidade de Cuiabá/MT. Excepcionalmente, para o atendimento da despesa Implementação do Programa Básico Ambiental Indígena, conforme Plano de Trabalho, Cronograma de Execução, (Meta Etapa ou Fase), Item 2.1, será processada por meio da conta bancária específica do Termo de Compromisso, Agência nº 3834-2, Conta Corrente nº 1042759-7 no Banco do Brasil, na cidade de Cuiabá/MT.

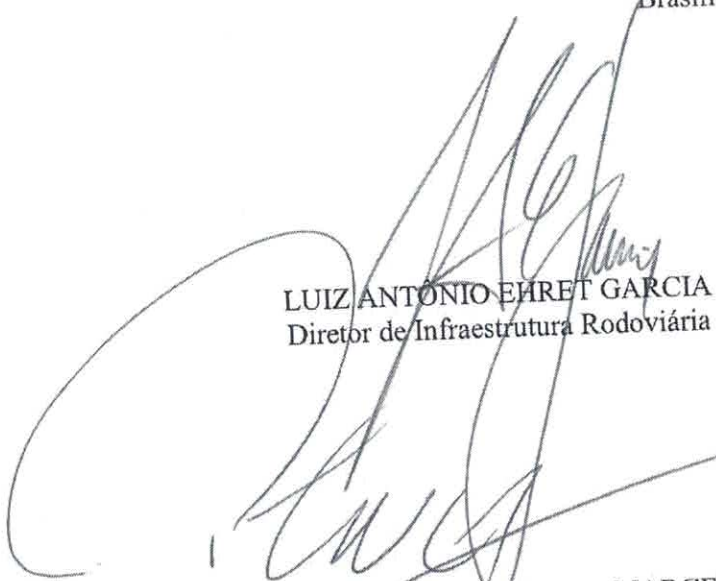
## CLÁUSULA SEGUNDA DA RERRATIFICAÇÃO E EFICÁCIA

**1- DA RERRATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições constantes do Convênio de Delegação TC-143/2013-00, no que não tiverem sido modificadas, alteradas ou retificadas pelo presente instrumento que fica fazendo parte integrante do mencionado Convênio.

**2- DA EFICÁCIA:** O presente Termo Aditivo, terá eficácia a partir da data de sua publicação em Extrato no Diário Oficial da União.

E por estarem de acordo, firmam o presente Termo Aditivo, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo indicadas e nominadas.

Brasília-DF, 18 de Setembro de 2018

  
LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA  
Diretor de Infraestrutura Rodoviária

JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES  
Governador do Estado do Mato Grosso

  
MARCELO DUARTE MONTEIRO  
Secretário de Estado/SINFRA



**TESTEMUNHAS:**

Nome..... Nome.....  
CPF..... CPF.....

## PLANO DE TRABALHO - 1/3

## 1 - DADOS CADASTRAIS

ORGÃO / ENTIDADE PROPONENTE				CNPJ	
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SINFRA)				03.507.415/0022-79	
ENDEREÇO					
ED. EDGAR PRADO ARZE - CPA					
CIDADE	UF	CEP	DDD/TELEFONE	E. A.	
CUIABÁ	MT	78.090-970	(65) 3613-6600	ESTADUAL	
CONTA CORRENTE		BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
1042559-4		Banco do Brasil	3834-2	CUIABÁ	
CONTA CORRENTE (PBAI)		BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGAMENTO	
1042759-7		Banco do Brasil	3834-2	CUIABÁ	
NOME DO RESPONSÁVEL					CPF
MARCELO DUARTE MONTEIRO					654.212.051-34
CI / ORGÃO EXPEDIDOR	CARGO	FUNÇÃO		MATRÍCULA	
899 659 SSP-MT	SECRETÁRIO DE ESTADO	SECRETÁRIO DE ESTADO		-	
ENDEREÇO					CEP
ED. EDGAR PRADO ARZE - CPA					78.090-970

## 2 - OUTROS PARTICIPES

NOME		CGC/CPF	E. A.
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO		03.507.415/0001-44	ESTADUAL
ENDEREÇO			CEP
PALÁCIO PAIAGUÁS - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO			78050-970
NOME DO RESPONSÁVEL			CPF
JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES			405.404.481-68
CI / ORGÃO expedidor	CARGO	FUNÇÃO	MATRÍCULA
626418	GOVERNADOR	GOVERNADOR DO ESTADO	

## 3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação e pavimentação da BR-174/MT, no trecho Castanheira - Juruena - Colniza.	24/06/2013	23/06/2019
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
O presente termo de convênio tem por objeto a Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia, Estudos Ambientais, Supervisão de Obra e Execução das Obras de Implantação e Pavimentação da BR-174/MT, no trecho Castanheira - Juruena - Colniza.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO		
Justifica a nossa solicitação, uma vez que a Fundação Nacional do Índio - Funai juntamente com os povos Indígenas Erikbaptsa, Japuirá, Escondido, habitadas pelo Povo Erikbaptsa, Terra Indígena Arara do Rio Branco, habitada pelo Povo Arara exigiu como condicionante da realização dos Estudos que darão origem ao PBAI, a criação da garantia do recurso para execução do PBAI.		
Essa exigência dos povos Indígenas levou esta secretaria a propor a criação de uma segunda conta corrente no Termo de Compromisso, específica para recebimento de recursos para execução do PBAI.		



## PLANO DE TRABALHO - 2/3

**Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação e pavimentação da BR-174/MT**

Rodovia: BR-174/MT  
 Trecho: Castanheira - Juruena - Colniza  
 Extensão: 272,7 (aproximada)

### 4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META, ETAPA OU FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNID	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO
1	<b>Projeto Executivo de Engenharia</b>	km	272,7	01/07/2015	31/07/2015
	Relatório Periódico nº 01 (RP-01)			31/07/2015	30/08/2015
	Relatório Periódico nº 02 (RP-02)			30/08/2015	29/09/2015
	Relatório Preliminar			29/09/2015	29/10/2015
	Relatório do Projeto Básico			29/10/2015	28/11/2015
	Relatório Periódico nº 03 (RP-03)			28/11/2015	28/12/2015
	Relatório Final do Projeto Executivo – Minuta			28/12/2015	27/01/2016
	Relatório Final do Projeto Executivo – Impressão Definitiva				
2	<b>Estudos Ambientais e Implementação de Programas Básicos Ambientais, incluindo Compensação Ambiental</b>	%	5,25	24/06/2013	23/06/2019
	Implementação do Plano Básico Ambiental Indígena - PBAI	%	2,50	24/06/2013	23/06/2019
2.1		%	5	24/06/2013	23/06/2019
3	<b>Supervisão de Obras</b>				
		km	272,7		
4	<b>Obras Rodoviárias</b>			15/07/2015	10/05/2016
	Mobilização			15/07/2015	10/05/2016
	Canteiros e Acampamento			10/05/2016	10/05/2017
	Terraplenagem			09/06/2016	08/08/2017
	Obras de Arte Correntes			08/08/2016	08/08/2017
	Pavimentação			07/10/2016	06/11/2017
	Drenagem			06/11/2017	05/01/2018
	Sinalização			09/07/2016	05/01/2018
	Recuperação Ambiental			06/11/2017	05/01/2018
	Obras Complementares				
			m²	14.336,00	
5	<b>Obras de Arte Especiais</b>				
	<b>Trecho (Castanheira - Juruena - Passagem do Loreto)</b>				
	Ponte Es. 108	m²	448,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Piranha	m²	640,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tucumã	m²	512,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tucumã	m²	640,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Canamã I	m²	448,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Vazante Rio Canamã	m²	448,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Loreto	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Canamã II	m²	1.152,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Córrego Queixada	m²	576,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Córrego Queixada	m²	1.088,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Vermelho	m²	1.088,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Vermelho	m²	576,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Trairão	m²	576,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Trairão	m²	640,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tucunãzinho	m²	640,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tucunãzinho	m²	1.216,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tucaná	m²	1.216,00	24/06/2015	23/06/2019
	<b>Trecho (Passagem do Loreto - Colniza)</b>				
	Ponte Córrego do S	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Córrego do S	m²	1.920,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Córrego da Barragem	m²	640,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Natal	m²	320,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Vazante Natalzinho	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Rio Tachi	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019
	Ponte Córrego S/ Nome I	m²	320,00	24/06/2015	23/06/2019
Ponte Córrego S/ Nome II	m²	320,00	24/06/2015	23/06/2019	
Ponte Córrego S/ Nome III	m²	320,00	24/06/2015	23/06/2019	
Ponte Córrego S/ Nome III	m²	512,00	24/06/2015	23/06/2019	
Ponte Córrego S/ Nome IV	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019	
Ponte Corrego Perseverança I	m²	384,00	24/06/2015	23/06/2019	
Ponte Corrego Perseverança I	m²	448,00	24/06/2015	23/06/2019	

### 5 - PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DE DESPESA	TOTAL 1= 2 + 3	Proponente 2	Concedente 3
ESPECIFICAÇÃO	R\$ 684.796.850,00	R\$ 0,00	R\$ 684.796.850,00
DNIT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SETPU	R\$ 684.796.850,00	R\$ 0,00	R\$ 684.796.850,00
TOTAL GERAL			



**PLANO DE TRABALHO 3/3**

**Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia e Execução das Obras de Implantação e pavimentação da BR-174/MT Castanheira - Juruena - Colniza**

Rodovia: BR-174/MT

Trecho: Castanheira - Juruena - Colniza

Extensão: 272,7 (aproximada)

**6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)**

CONCEDENTE						
META	06/13	07/13	08/13	09/13	10/13	11/13
1+2+3				15.233.000,00		
META	12/13	01/14 até 12/14	01/15 até 07/15	08/15	09/15 até 01/17	02/17
1+2+3				25.100.000,00		
META	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/2017 até 12/17
1+2+3						
META	01/18	02/18	03/18	04/18	05/18	06/18
1+2+3						
META	07/18	08/18	09/18	10/18	11/18	12/18
1+2+3			218.221.283,34		106.560.641,67	
META	01/19	02/19	03/19	04/19	05/19	06/19
1+2+3	106.560.641,67		213.121.283,32	0,00		
<b>TOTAL GERAL DO CONCEDENTE</b>						<b>684.796.850,00</b>

PROPONENTE						
META	06/13	07/13	08/13	09/13	10/13	11/13
1+2+3						
META	12/13	01/14 até 12/14	01/15 até 12/15	01/16 até 12/16	01/17	02/17
1+2+3						
META	03/17	04/17	05/17	06/17	07/17	08/17
1+2+3						
META	09/17	10/17	11/17	12/17	01/18	02/18
1+2+3						
META	03/18	04/18	05/18	06/18	07/18	08/18
1+2+3						
META	09/18	10/18	11/18	12/18	01/19	02/19 até 06/19
1+2+3						0,00
<b>TOTAL GERAL DO PROPONENTE</b>						<b>R\$ 0,00</b>

**7 - DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para os devidos fins de prova ao DNIT, para os efeitos e sob pena da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com Tesouro Nacional ou qualquer Órgão da administração pública Estadual ou Federal

Pede deferimento

CUIABA, 18/09/2008  
Local e Data

Proponente: **MARCELO DUARTE MONTEIRO**  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

**8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE**

Aprovado

CUIABA, 18/09/2008  
Local e Data

Concedente: **ENG. ORLANDO FANAIA MACHADO**  
Superintendente Regional do DNIT em Mato Grosso



